

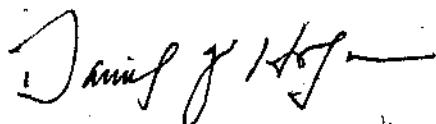
MARIA TEREZA DUARTE PAES, LUCHIARI 7-263

**CAIÇARAS, MIGRANTES E TURISTAS: A TRAJETÓRIA DA
APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NO LITORAL NORTE PAULISTA
(SÃO SEBASTIÃO - DISTRITO DE MARESIAS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e apro-
vada pela Comissão Julgadora em

24 / 03 / 1992.



Orientador: Daniel J. Hogan

L963c

16720/BC

fevereiro de 1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*Ao Hilton, companheiro constante
e à Ineizá que nasceu um pouco
antes desta idéia e cresceu
junto com ela*

Agradecimentos:

*Ao Prof.Dr. Daniel J. Hogan, pela orientação e estímulo
durante toda trajetória,*

*à Lucia C. Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Estudos e
Pesquisas Ambientais (NEPAM/UNICAMP), e ao Prof.Dr. Carlos
Rodrigues Brandão (IFCH/UNICAMP) pela amizade e críticas
valiosas,*

*ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro que forneceu no
início desta pesquisa,*

*ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Mestrado em
Sociologia) que me concedeu uma bolsa de monitoria sem a
qual o trabalho de campo estaria comprometido,*

*aos funcionários da pós-graduação do IFCH, sempre
preocupados em ajudar*

*e especialmente, a todos os colegas e outros amigos de
Maresias sem os quais este trabalho se tornaria inviável*

SUMÁRIO

	. PG.
INTRODUÇÃO GERAL.	01
 CAPITULO I Os Primórdios da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista.	07
 CAPITULO II A Relação do Homem com o Ambiente no Universo Caçara - Formas Tradicionais.	14
As "Canoas de Voga".	15
As Lavouras.	16
A Pesca.	21
O Espaço Social do Caçara.	29
De Lavradores-pescadores à Pescadores Artesanais.	37
 CAPITULO III Os Agentes Externos: Urbanização e Turismo.	43
Rede Viária - O Fim do Isolamento.	46
População e Urbanização.	50
O Setor Turístico.	57
 CAPITULO IV A Apropriação Atual do Ambiente Litorâneo - Distrito de Maresias.	64
Unidades Ambientais: Caracterização e Degradação Sócio- Ambiental das Planícies e Encostas da Serra do Mar.	67
 CAPITULO V O Universo da Pesquisa Distrito de Maresias: O "Locus" das Contradições.	83
O Desenvolver da Interação Homem X Ambiente.	92
Os Três Principais Personagens: Um Breve Perfil.	102

Um Olhar Qualitativo

O Caçara.	109
Os Imigrantes.	111
O Turista.	114
Uma Brecha na Nova Ordem.	116

CAPITULO VI

A Pesquisa de Campo.	118
Entre o "Antigo" e o "Novo" a Trajetória da Perda.	122
A Reconstrução Simbólica da Paisagem.	134
De Quem é a Responsabilidade?.	144
Entre o Valor de Uso e o Valor de Mercado.	160
Espaço, Paisagem e Lugar.	174
Entre o Homem e a Natureza.	181

CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
--------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO GERAL

A temática ambiental vem amadurecendo rapidamente dentro das ciências sociais. Cada disciplina, à seu modo, vai se aproximando da problemática ambiental tendo como suporte a sua própria tradição de pesquisa. A construção da temática sociedade X natureza, dentro das ciências sociais, tem como 'fio condutor' a questão dos processos sociais e sua relação com os fenômenos naturais, ou seja, toma como pressuposto a incorporação do homem nos ecossistemas naturais que a partir de múltiplas relações geram configurações regionais peculiares. "A perspectiva específica dessa visão é tomar essa relação não como interface de dois domínios, mas observar como a sociedade se articula (em sua lógica e dinâmica própria) para se apropriar e submeter a natureza". (MORAES, A.C.R., 1986) Tendo em vista esta ótica é possível levar a efeito uma análise social da problemática ambiental.

Na relação sociedade X natureza existem vários aspectos que devem ser abordados (o social, o econômico, político, ambiental entre outros) porém, não se pode pensar exclusivamente no aspecto social ou se ter como meta uma posição radicalmente preservacionista. "A questão que se coloca não é mais a de que se devem ou não recriar as paisagens, mas de que maneira isso pode ser alcançado com responsabilidade e com base na percepção e na experiência dos usuários" (MACHADO, L.M.C.P., 1988).

Na atualidade, as atitudes imediatistas - características do modelo econômico - estão provocando a ruptura do equilíbrio ecológico da paisagem, assim como a desintegração de comunidades nativas e seus respectivos ajustes ecológicos. As paisagens são recriadas da noite para o dia, estradas, loteamentos, condomínios fechados, aterros, desvios dos cursos dos rios desfigurando as relações sócio-ambientais pré-existentes, sem um levantamento prévio dos limites do meio ambiente físico

ou das possibilidades de sobrevivência das comunidades nativas que, em muitos casos, são representantes de uma produção cultural característica e possuidoras de um modo de vida fundamentado em uma relação integrada com aquele meio ambiente físico.

A interação harmoniosa entre sociedade e natureza deve ser respeitada e progressivamente adaptada às novas necessidades do homem, tendo em vista a sobrevivência de ambos. Esta interação tem se tornado mais necessária a cada dia. MACHADO (1988) cita Dubos ao afirmar que a harmonia só é conseguida após lentas e progressivas adaptações recíprocas entre as pessoas e as paisagens, cujo catalisador "é o modo de tratá-la, não como uma coisa, mas como um organismo vivo."

"O Índio, como todos os povos primitivos, sempre estabeleceu relações mais íntimas com o meio ambiente, alcançando satisfações sensoriais, emocionais e espirituais mediante uma real identificação com os atributos dos lugares e com cada elemento da paisagem onde vivia. Durante séculos, eles adquiriram um conhecimento minucioso da terra e de seus recursos e não consideraram a natureza como algo a ser dominado por simples razões econômicas. Eles coletam e caçam, mas estas atividades não estão somente ligadas à sua vida econômica, tendo também, muita importância na sua vida mística e cerimonial. O colonizador, porém, não se deu conta dessa atitude perante a paisagem, uma vez que, de acordo com seus anseios e necessidades, a percebia e a valorizava através de interesses mais práticos e menos afetivos."

(MACHADO, L.M.C.P., 1988)

Tendo em vista a abordagem destas questões no litoral norte paulista (Distrito de Maresias / Município de São Sebastião) onde os principais personagens enfocados são o caçara, o imigrante, o turista e o meio ambiente físico (enquanto recurso percebido, utilizado e transformado pelo homem), esta investigação aponta alguns dos principais elementos

responsáveis pela transformação da cultura caçara e da paisagem primitiva do litoral norte enquanto uma transformação da racionalidade no modo de tratar a natureza.

Inicialmente, buscou-se a recuperação da história regional dentro de um contexto mais amplo: o dos ciclos econômicos. Essa abordagem reforçou a constatação de que a natureza no litoral norte paulista não se manteve intacta durante séculos; ao contrário, ela serviu de "palco" de inúmeras investidas do homem/colonizador, responsável pelo uso de seus recursos numa escala inédita às populações nativas. Em seguida, tendo em vista as atividades produtivas mais marcantes para a reprodução das comunidades nativas e que melhor representassem suas formas de relacionar-se com o meio ambiente físico, tentou-se distinguir a cultura caçara dentro de seu "habitat" original. Dessa maneira buscou-se criar uma ponte entre a história e a cultura tradicional com aquele meio ambiente de modo a enfatizar a relação dinâmica e recíproca que os caçaras mantiveram com a natureza durante muito tempo.

A partir da fixação dos agentes externos contemporâneos na região (urbanização e turismo), buscou-se caracterizar a ocupação atual da área e a degradação de seus ambientes litorâneos. Como esta investigação busca compreender um momento de transição relacionado ao presente - onde o processo de transição já está instaurado - buscou-se apreender os agentes das mudanças (principalmente a urbanização e o turismo) não só sob o ponto de vista negativo, ou seja, como agentes desorganizadores dos padrões tradicionais de ajustamento sócio-econômico e ecológico. Buscou-se também focalizar os elementos que revelam as tendências de transformação de um ponto de vista positivo, inserindo estas comunidades tradicionais numa nova ordem social, econômica e política, promovendo a reorganização do sistema antigo de modo a permitir um novo ajuste com a sociedade urbana e a estreitar a articulação com a sociedade global.

Concentrando o olhar no distrito de Maresias foi possível caracterizar melhor a área em estudo e os dois segmentos sociais contemporâneos à população caiçara e que têm um grande poder nas transformações econômicas, sociais e ambientais que estão tendo lugar na costa sul de São Sebastião: os imigrantes e os turistas.

Finalmente, a análise do trabalho de campo é um depoimento das três posturas em relação à natureza. O momento contemporâneo de transição do sistema sócio-econômico é favorável à análise sociológica "pois ela permite que se conheça a importância dos diferentes fatores envolvidos (especialmente os que se referem a representações e ideologias), enquanto o ajustamento está se processando" (MOREIRA, M.S.F., 1963).

A partir da caracterização dos três segmentos sociais, a "fala" dos informantes entrevistados em cada segmento foi delineando o conflito de interesses entre eles e detectando as formas de dominação e os valores que orientam a interação desses personagens com a natureza. O conflito de interesses existente entre estes três segmentos sociais evidenciou uma diferenciação social onde o "jogo" político e o poder econômico permeiam os discursos. Enquanto estes elementos desarticulam a organização dos padrões tradicionais de ajustamento, a nova postura ambientalista vem conciliar as diversas ideologias e começa a reorientar uma nova integração e ajustamento do homem com a natureza. Parece que a aliança natural das associações de caiçaras é com o movimento ambientalista. Esta aliança é, antes de tudo, necessária e começa se configurar a partir das relações societárias que vão tendo lugar nas SABs, nos grupos de preservação ambiental, no Projeto São Sebastião Tem Alma, na Sociedade de Artesãos, e de forma menos abrangente na Colônia de Pesca Z 14.

Esta investigação se apoiou muito fortemente no trabalho de campo enquanto um rico recurso para o conhecimento da realidade. A partir

de indagações verbais, questionários, entrevistas, gravação de depoimentos, conversas informais buscou-se reconstruir as "visões de mundo" e as "concepções de natureza" de cada grupo (caiçaras, imigrantes e turistas).

A observação sistemática do comportamento concreto dos sujeitos e de suas práticas cotidianas não fez parte desta investigação a não ser como consequência da própria permanência no campo e do estreitamento da relação entre observador/observado.

Nesse sentido e a partir deste procedimento o resultado da investigação se aproximou mais de uma avaliação das diferentes ideologias, ou melhor, de uma exposição das diversas "ideologias da natureza" dos grupos sociais do que uma avaliação das práticas sociais. A "razão prática" foi pensada aqui mais ao nível macro, onde a sociedade (tradicional ou capitalista) vai criando mecanismos de interferência na natureza e substituindo antigas práticas baseadas em novas ideologias. Só nesse sentido a razão prática teria um papel mais determinante nesta pesquisa. (FELDMAN-BIANCO, B. 1987) Este procedimento não foi levado a efeito como uma opção metodológica *a priori*, mas foi sendo montado com os desdobramentos do próprio trabalho de campo e a partir da opção de se investigar sujeitos sociais tão diversos mas que não poderiam ser excluídos dentro do objetivo maior da pesquisa que foi o de investigar um processo socio-ambiental em transição - onde os agentes da transformação são atores fundamentais.

A partir de uma aproximação da pesquisadora com os três grupos ficou claro que entre a ideologia transmitida em seus discursos e a prática social de cada um havia uma grande distância. Logo ficou claro também que esta distância não era apenas a diferença entre o discurso e a prática mas era o contexto cultural em que cada um estava envolvido que ampliava ou diminuía esta distância. É que a ação e a representação dos grupos são permeadas por um projeto cultural (SAHLINS, M. 1976), pelo

momento histórico/político/econômico, e pelo espaço local, regional e global com o qual a sociedade - representada por grupos sociais diferenciados - está interagindo. Visto isto, restava levar a efeito uma abordagem da realidade onde se pudesse abranger pessoas, natureza e história tomando como ponto de partida o momento de formação da sociedade tradicional caíçara até chegar no momento atual e dar ênfase a este período de grandes transformações sócio-ambientais.

Esta investigação não teve a pretensão de ser uma análise profunda da ideologia da natureza construída por cada grupo a partir da apropriação que ele faz dela mas tentou ir um pouco mais além da análise descritiva desta apropriação ao incorporar as diversas maneiras de se pensar a natureza e buscar os diferentes valores que orientam estas formas de pensar.

"A natureza vivida, pensada e apropriada é revista como saber, como valor, como princípio integrante de códigos de relações entre homens e o mundo natural e - ser também do mundo natural - entre os próprios homens."

(BRANDÃO, C.R. e CAMPOS, M.D. 1991)

CAPÍTULO I

OS PRIMÓRDIOS DA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NO LITORAL NORTE PAULISTA

A cultura caiçara sobreviveu a todos os ciclos econômicos que dominaram a economia do país e penetraram no litoral norte paulista nos séculos XVII ao XIX, sendo fundamental à economia local nos interstícios destes ciclos econômicos.

O processo de povoamento do litoral paulista é anterior ao período colonial. Quando os europeus chegaram ao Brasil, a costa paulista era então habitada por grupos Tupy-Guaranis (AYROSA, P. 1934:2). Esta ocupação pré-colonial não modificara muito a organização natural da paisagem, onde as trilhas indígenas representavam a interferência mais marcante na natureza.

"As primeiras vias de comunicações e transportes existentes na região foram as trilhas indígenas, que utilizaram também as águas costeiras e os rios mais importantes como, entre outros, o Juqueriquerê, o Sal, o Una e o Ribeirão Grande de Ubatuba" (SILVA, A.C.da 1975:84)

Além desta, os indígenas deixaram duas contribuições marcantes à esta região: o tipo étnico e sua cultura. O tipo étnico que se originou da mistura das raças negra, indígena e branca é o caiçara, e a principal contribuição à cultura material que o caiçara recebeu do indígena é a roça. Algumas técnicas utilizadas na pesca pelos caiçaras também são originais da cultura indígena.

Durante os séculos XVI e XVII, a partir da concessão de sesmarias para o estabelecimento de engenhos de açúcar e aguardente, o

litoral norte começou a conhecer uma economia relativamente aberta, que foi se diversificando. Apesar do açúcar ser o principal produto para exportação, no século XVII, o litoral norte também produzia aguardente, 'fumo da terra', anil, farinha de mandioca e arroz (FRANÇA, A. 1951:133).

Ao contrário do momento anterior, estes dois séculos deram uma definição mais marcante à paisagem, tanto pela ocupação agrícola como por alguns traços arquitetônicos que sobreviveram, em particular a rede urbana sob a forma de 'tabuleiro de xadrez' implantada pela colonização portuguesa nos núcleos urbanos. (SILVA, A.C., 1975:76)

A fase do açúcar não durou muito tempo e não teve a mesma relevância que teve para o nordeste, porém foi suficiente para que o canal de São Sebastião - que sempre foi um bom ancoradouro natural - apresentasse contínuo movimento das embarcações (SILVA, A.C. da 1975:22). A decadência da fase açucareira está provavelmente relacionada a três fatores: à posição geográfica mais favorável do nordeste em relação ao mercado consumidor europeu, à escassez dos espaços agricultáveis assim como outros elementos de ordem natural (qualidade dos solos, clima, etc.) difíceis de serem transpostos pela tecnologia disponível, naquele período, e o próprio interesse dos colonizadores em adentrar no planalto em busca de metais preciosos. (SILVA, A.C. da 1975:23 e PETRONE, P. 1965:22)

Nos fins do século XVII e início do XVIII o litoral passou a ter uma nova função de articulação econômica: com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, as localidades do litoral passaram a servir de pontos estratégicos entre as áreas de mineração e o Exterior. (SILVA, A.C. da 1975:23) Os caminhos percorridos pelo ouro correspondiam às velhas trilhas indígenas, das quais algumas ainda sobrevivem ligando o planalto ao litoral.

"A partir de 1710, com a abertura do caminho novo, ligando por Lorena as áreas de mineração diretamente ao Rio de Janeiro, e com a elevação de São Paulo à Vila em 1713, o Vale do Paraíba entrou em declínio e o litoral deve ter sofrido êxodo demográfico" (SILVA, A.C. da 1975:23).

No século XVIII a economia girava em torno do açúcar, arroz, mandioca e da pesca à baleia, que fez surgirem as armações. "Tratava-se, então, de uma alternância de economia de subsistência e economia de exportação, necessárias ambas à vida regional da época". (SILVA, A.C. da 1975:80).

No início do século XIX o litoral norte conheceu uma fase de grande dinamização com seu ingresso no ciclo cafeeiro. Com a abertura do caminho do Padre Dória, ligando São Sebastião à Salesópolis e Ubatuba a São Luis do Paraitinga, ambas no reverso da escarpa, e também a ligação entre Caraguatatuba e Paraibuna, foi possível desenvolver o novo produto monocultor. "Até meados do século XIX o litoral norte produzirá maior quantidade de café que a região de Lorena, então a maior área produtora do Vale do Paraíba Paulista, exportando tanto a sua produção como a do Vale para o Rio de Janeiro." (SILVA, A.C. da 1975:23) Segundo FRANÇA (1951), muitas áreas desnudas atuais dos esporões são resultado do período do café.

O apogeu dessa fase culmina com uma grande produtividade de café, principal produto da então província de São Paulo (em 1836, Vila Bela, São Sebastião e Ubatuba produziam o equivalente a 14,2% do café da província paulista), com o aumento demográfico, com uma prosperidade semelhante aos distritos do interior e com uma intensa utilização do solo, inclusive nas encostas da Serra (FRANÇA, A. 1954:68). Em 1854, havia em São Sebastião 106 fazendas de café com 2.185 escravos, produzindo 1.290 toneladas de café. Os contingentes de escravos que desembarcavam

no porto de São Sebastião chegaram a constituir quase 40% de sua população (ALMEIDA, P. 1959 e PAPY, L. 1957).

Nesse período a cidade de São Sebastião se expande: abrem-se ruas, erguem-se edifícios assobradados e formam-se inúmeras fazendas. O porto é movimentado pelo transporte de cabotagem, pelo tráfico de escravos e pelas tropas de burros. Entretanto, a produção do município já começava a ser menos significativa que o escoamento dos produtos do Vale do Paraíba (PAPY, L., 1957:146).

Após este período de dinamismo econômico como produtores e portos de café, São Sebastião e Ubatuba começaram a entrar em declínio quando, a partir de 1867, inaugurou-se a ferrovia entre São Paulo e Santos e, em 1877, definiu-se a ligação ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro (SILVA, A.C. da 1975:80).

As transformações sócio-econômicas do país, promovidas, nesse momento, pelos fazendeiros de café do interior paulista, não incluíam o desenvolvimento do litoral norte. Os solos pobres, erodidos pelas práticas agrícolas rudimentares, o clima úmido, sem uma estação realmente seca, em pouco tempo tornaram insignificante a produtividade do café (PAPY, L. 1957). "Em poucas décadas, as antigas áreas cultivadas com café, quando não foram invadidas pela floresta, foram substituídas pelos cultivos de cana, feijão, milho, mandioca, frutas cítricas, etc." (NOFFS, P. da S. 1988:13).

No final do século XIX e início do século XX, Santos já polarizava a economia do litoral assim como se tornou pólo de atração para a sua população (FRANÇA, A. 1965:211). Aos distritos do litoral norte coube, gradativamente, a dependência de uma economia familiar com poucos excedentes, voltada basicamente para a subsistência. O litoral norte entrou no século XX marginalizado em relação ao Planalto, e com uma agricultura pouco desenvolvida enquanto outras áreas do Estado

viveriam fases de grande dinamismo, acompanhando a expansão do café e da urbanização. (SILVA, A.C. da S. 1975:25).

A decadência e o isolamento do litoral norte paulista é um processo característico da decadência da estrutura econômica colonial que baseava-se na monocultura para exportação. Para DIEGUES (1973) "em nenhum momento a região ficou ilhada no sentido de não manter contatos com os centros hegemônicos". Pelo contrário, sempre retraiu ou expandiu sua produção nos moldes de uma economia dependente. No momento em que não correspondeu mais a esta demanda econômica retraiu a sua economia para uma produção baseada na subsistência.

Nesse período houve um despovoamento da região (que somou-se ao êxodo da população escrava, do final do século XIX), o aparecimento de pequenas propriedades com plantações de cana e engenhos de aguardente e o abandono de propriedades com culturas de café que deixaram para trás um rastro de degradação ambiental com inúmeras áreas desmatadas e abandonadas. Durante o período colonial o litoral norte paulista participou ativamente das demandas econômicas de produtos agrícolas para exportação. A inserção do litoral paulista na economia monocultora causou um rápido esgotamento de suas terras agricultáveis e também o sufocamento periódico de sua economia que oscilava entre a produção para exportação e a produção para subsistência. Com o declínio desta ocupação grande parte da mata da encosta se transformou em campos e capoeiras, o desolamento econômico deu aspectos de abandono à paisagem e houve um processo acentuado de emigração, principalmente para Santos e para as sedes de município.

Do início deste século à 1950 predominava na região a pequena propriedade caíçara, com a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, aipim, cana, frutas e aves. Embora a produção de alimentos sempre tenha ocupado posição de destaque no litoral paulista a pequena

produção mercantil, nesse momento, passou a ser a base de sua economia. As populações rurais, constituídas por pequenos agricultores e pescadores dispersos nas praias e planícies, pouco ocupavam as encostas da serra do mar. Ao contrário dos 'caipiras' da Serra (designados capuavas) os caíçaras sempre foram predominantemente praianos. Em 1955 Ari FRANÇA escrevia:

"... todo o domínio das montanhas e morros recobertos pela floresta, que corresponde a, aproximadamente, 60% da região apresenta-se vazio. Não há habitantes da montanha ou da floresta, somente populações costeiras, ou 'praianos', como habitualmente são designadas".

A produção das comunidades caíçaras era exportada principalmente para Santos sendo que a vida econômica rural era, então, pouco expressiva refletindo uma "pequena evolução de técnicas rotineiras na agricultura tropical itinerante, e com baixos rendimentos". (SILVA, A.C. da 1975:212 e FRANÇA, A. 1955:49) Nesse momento, o litoral norte paulista passa a ser um espaço totalmente impregnado pelo "universo caíçara".

A apropriação da natureza no período colonial difere - por princípio - da apropriação da natureza empreendida primitivamente pelos índios e, posteriormente, pelos caíçaras. Enquanto os índios/caíçaras incorporavam aqueles espaços como único referencial de vida e sobrevivência, os colonizadores europeus se apropriaram dos espaços litorâneos visando, primeiramente, a exploração de riquezas naturais em larga escala (madeiras, peles, metais preciosos, etc.) que acreditavam ser ainda mais abundantes no interior do território e, posteriormente, a expansão comercial agrícola que ampliou as áreas de cultivo e passou a ser uma estratégia da política colonial para defesa desse território.

Os índios logo foram desapropriados de seus territórios e a

ocupação colonial imprimiu uma dinâmica nova à paisagem primitiva, implantando uma paisagem secundária mais humanizada. O caçara parece ter surgido como um resíduo daqueles segmentos sociais desprivilegiados (índios e negros) que se somaram aos agentes da ocupação colonial (os europeus). A presença caçara persistiu no espaço litorâneo, fortalecendo-se nos momentos de declínio econômico dos produtos para exportação, ou seja, nos interstícios de um ciclo econômico e outro.

Do mesmo modo, a natureza se retraiu e se expandia de acordo com as oscilações entre a emergência de um produto monocultor (açúcar, café) e o retorno para a produção de subsistência. No auge da produção açucareira ou cafeeira as fazendas se expandiam, as encostas da serra eram ocupadas e um pequeno comércio se dinamizava. Com o declínio destes produtos a população que não emigrava se concentrava nas sedes dos municípios, enquanto as comunidades caçaras passavam a ocupar as pequenas planícies espalhadas ao longo da costa paulista, pouco avançando sobre as encostas da serra com suas roças de subsistência. Era o momento dos campos se transformarem em capoeirões e das matas se regenerarem.

O que se coloca não é um juízo romântico da ocupação caçara em relação à ocupação colonial, apenas se quer demonstrar que as regras que regiam uma e outra estavam baseadas em diferentes princípios, que já nos primórdios da ocupação se contrapunham. O que também quer dizer que a "tradição secular" caçara nunca existiu isoladamente a partir de povos primitivos com uma 'economia fechada' e uma 'cultura estática'. Pelo contrário, ela sobreviveu à integração (açúcar, ouro, café) e a marginalização (café) de uma economia regional dependente das políticas econômicas que alimentavam o mercado mundial de produtos tropicais, assim como recebeu diversas influências destas.

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO DO HOMEM COM O AMBIENTE NO UNIVERSO CAIÇARA FORMAS TRADICIONAIS

"A compreensão das transformações que ocorreram no litoral norte paulista implica, antes de mais nada, em caracterizar como a sociedade local estava organizada antes que lá se definissem os atuais padrões de uso do solo urbano. Se estamos partindo do princípio de que o capital monopolista foi um dos responsáveis pela transformação do solo rural em solo urbano e, principalmente, pela transformação da terra em mercadoria, torna-se necessário entender como a sociedade local se organizou e explorou a terra durante décadas sem lhe imprimir este caráter." (NOFFS, P.da 5. 1988:26)

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O estilo de vida característico das populações litorâneas do litoral norte paulista, no passado, já foi amplamente analisado por diversos viajantes e estudiosos e pouco diferem de um município para o outro na Costa Norte Paulista.

A base econômica dessas comunidades litorâneas - embora tenha passado por períodos onde a pequena produção mercantil despontava em sintonia com o momento histórico-econômico nacional - se fundamentou na economia de subsistência, representada principalmente pela pesca e pela lavoura. Dado o isolamento geográfico e um certo isolamento econômico, essas comunidades se reproduziram a partir de uma relativa auto-suficiência, com uma relação de complementariedade com o meio ambiente natural e com o uso de técnicas rudimentares de exploração dos recursos naturais. De acordo com processos históricos específicos da região - e também com as especificidades do meio ambiente natural - algumas formas de sobrevivência foram mais relevantes em determinados

períodos a partir do final do século XIX e início deste.

Tomando por base a literatura existente e alguns depoimentos orais colhidos no trabalho de campo, foi possível destacar algumas formas de sobrevivência e de utilização dos recursos naturais no universo caiçara tradicional.

AS 'CANOAS DE VOGA'

"Associadas à produção de aguardente, chegaram até nossos dias as canoas de voga, tão célebres no Rio de Janeiro para o sul, quanto as jangadas ou as barçaças no Nordeste, também associadas à produção dos engenhos". (MUSSOLINI, G., 1980:225) Essas canoas, sobreviventes da cultura indígena, eram feitas de um só tronco escavado a machado, enxó ou fogo. "O transporte de mercadorias e pessoas realizado por estas canoas representou a fase heróica na história deste litoral, a chamada epopéia caiçara" (NOFFS, P.da S. 1988:15).

Através destas canoas os caiçaras do litoral paulista transportavam os excedentes de sua pequena produção (a aguardente e ocasionais excedentes da roça e da pesca) para Santos, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. Durante este período as canoas de voga eram o único meio de transporte, de mercadorias e de pessoas, que abastecia as vilas, de difícil acesso, daquilo que os caiçaras não produziam (ferramentas, sal, vestuário, anzóis, etc.). Esta relação comercial frágil - principalmente com Santos - mantinha a pequena produção mercantil das inúmeras praias da costa paulista. (MUSSOLINI, G. 1980:225 e CARVALHO, M.C. 1944:114)

Enquanto no litoral paulista praticava-se uma agricultura de roças itinerantes que, salvo o emprego de enxadas, foice e ferramentas, era muito semelhante a praticada pelos índios, a região sudeste se desenvolvia com a expansão do café e da infra-estrutura ferroviária e rodoviária.

Contemporâneas do transporte ferroviário, as canoas de voga levavam mais de dez dias para transportar 5.000 Kg. (máximo de capacidade de peso estimado por FRANÇA, A.) de São Sebastião a Santos (FRANÇA, A. 1954:147). Este tipo de transporte, mantido pelos caçaras, era uma forma de resistência ao isolamento econômico imposto pelo capital paulista ao privilegiar o desenvolvimento do interior. Apesar de sua insignificância no contexto da economia nacional - e mesmo estadual - este pequeno comércio dava ao caçara a oportunidade de articular-se ao processo geral de circulação de mercadorias, através da troca monetária, e fornecer condições mínimas para a sua reprodução social. (NOFFS, P. da S. 1988:17).

Segundo DIEGUES (1973:89) essas canoas foram a testemunha de que o litoral norte não se encontrava em regime de economia fechada como FRANÇA, A. (1954:149) tentou sustentar. A economia mercantil, naquele momento, perdeu sua intensidade mas continuava presente.

"Mas um dia as canoas de voga desapareceram, por volta de 1920, barcos de cabotagem começaram a lhes roubar a primazia nos transportes de carga, e para pescaria elas não se prestavam" (MUSSOLINE, G. 1980:225). As embarcações a motor, que passaram a visitar as pequenas vilas da costa paulista em busca de pescado para o mercado de Santos, logo substituíram as canoas de voga. Era o fim do período heróico caçara.

AS LAVOURAS

Situada entre a Serra do Mar e os limites dos sítios urbanos uma estreita faixa de terra agrícola (segundo o IBGE), representa os setores rurais do litoral norte paulista. Esta faixa, entre a orla marítima e as encostas da serra corresponde aos "sertões" do litoral. É neste espaço que o caçara desenvolveu suas principais culturas de alimentos.

Tradicionalmente, as roças serviam para a subsistência e para o mercado (principalmente a banana), variando conforme o período e o tipo de produto oferecido. As roças "itinerantes" (1) fizeram parte de um período mais remoto na história do litoral norte pois, devido a baixa disponibilidade de terras, as famílias foram se estabelecendo em glebas (que se estendiam da praia até o sertão), e somente nessas propriedades faziam a rotação de suas lavouras.

Na metade deste século, o litoral norte paulista conheceu a agricultura comercial da banana nanica para exportação. Inversamente à lavoura caçara, a banana passou a ser cultivada, neste período, em escala comercial e em grandes propriedades, com mão-de-obra assalariada. (HOFFS, P. da S. 1988:21) Na verdade, a banana já havia sido introduzida no litoral norte desde o século XVIII, porém, ela só se tornou economicamente importante no século XX. (SILVA, A.C. da 1975:81)

Os salários pagos aos empregados das lavouras de banana eram muito baixos e as acomodações disponíveis precárias. Os caçaras não se habituaram ao trabalho exclusivo nos bananais, para o qual foram recrutados trabalhadores no porto de Santos (espanhóis, portugueses e nordestinos) e no Vale do Paraíba (caipiras). (PAPY, L. 1957:160)

(1) A forma itinerante predominava na agricultura caçara na passagem do século XIX para o século XX. No período mais seco (inverno) o sub-bosque era derrubado, próximo ao período chuvoso (agosto a outubro) ocorriam as queimadas. Neste terreno cultivava-se a roça durante dois a três anos, período após o qual a terra ficava em descanso. Antes que se reconstituísse a floresta secundária (em torno de 15 anos) abria-se uma nova roça. Este tipo de agricultura, com o crescimento populacional, tornou-se predatória. (PAPY, L. 1957:150 e FRANÇA, A. 1954:55)

O caiçara passou a cultivar então, em pequena escala, a banana prata. Esta, além de seu caráter comercial, passou a ser fundamental em sua alimentação: a banana verde, junto com o peixe e a farinha de mandioca se tornam o prato principal da mesa caiçara (o "azul marinho"). A pequena produção familiar da banana, a exemplo das roças de mandioca, feijão e milho, segue as condições rudimentares de cultivo. Cultivada em pequenas clareiras abertas no meio da mata, sem nenhuma técnica de conservação, correção ou melhoramento dos solos este cultivo tem se apresentado com baixa qualidade e produtividade incerta.

"Até a abertura da rodovia interligando São Sebastião a Bertioga em 1962, a banana do litoral era recolhida, praia por praia, por pequenas embarcações motorizadas que, por sua vez, abasteciam de mercadorias variadas (bebidas, laticínios, etc.) as diversas vendas espalhadas por este trecho do litoral".

(NOFFS, P.da S. 1988:23)

As culturas permanentes da lavoura caiçara eram então representadas pelas plantações de bananeiras, coqueiros e café. As "fruteiras" (termo usado pelos caiçaras), laranja, banana, manga, jaca, abacate, cana, pitanga, goiaba, etc., eram culturas de quintal e só esporadicamente eram comercializadas ou plantadas nas clareiras da mata.

As culturas eram pouco extensas e trabalhadas com técnicas rudimentares. As culturas de banana, mandioca e cana-de-açúcar se sobressaem pela importância como produtos comerciais e também como base na subsistência das comunidades caiçaras. (FRANÇA, A. 1954:54-55) A produção de alimentos sempre forneceu aos caiçaras uma certa autonomia em relação aos centros urbanos:

"Comida nós tinha aqui. Tinha roça, farinha nós fazia de 10 a 20 alqueires de farinha e ia vendê em São Sebastião a 3 mil réis o alqueire"

Sr. Nilo de Mattos, 85 anos, caiçara de Boiçucanga

"Aqui nós plantava muito feijon, mandioca, café dava de um ano pro outro, cana prá fazê o melado e adoçá o café... Um ano a gente plantava tanto feijon, abacaxi, arroz que dava prá quem precisava. A banana nanica quem comia era o porco, a galinha, o pato. A canoa só levava a banana branca (banana prata)... A laranja a gente vendia, os pé de laranja ficava arriado os galho. Limão caia no chão, a gente ia deixá apodrecê? Não, o pessoal colhia, aproveitava. Era até um absurdo tanta fartura.

Dna. Rosalina de Mattos, 87 anos, caçara de Boiçucanga

O regime de mutirão ou de parceria para o plantio e/ou colheita era uma forma de partilhar o produto da colheita e, ao mesmo tempo, estreitar as relações sociais:

Os moços que iam cortá o arroz, que iam ajudá, ganhavam 1/3. Cada um levava um saco. O trabalho deles era prá eles. Tudo que a gente fazia se precisava de ajuda, ajuda tinha.

Dna. Rosalina, caçara de Boiçucanga

Apesar dessas lavouras terem sido praticadas em pequena escala, em espaços determinados e em regime de "pousio" (2), foram elas que imprimiram a presença caçara na paisagem litorânea. Em 1955 FRANÇA escrevia:

"O caçara do litoral de São Sebastião e Ubatuba (...) tem-se manifestado um ativo transformador das paisagens (...). Não há extensão plana superior a um hectare, por mais isolada que se apresente, junto à marinha, que não tenha uma habitação e árvores frutíferas plantadas à roda da casa, uma pequena cultura, um rancho, ou não evidencie, com suas ruínas e capoeiras, o abandono de antigo estabelecimento".

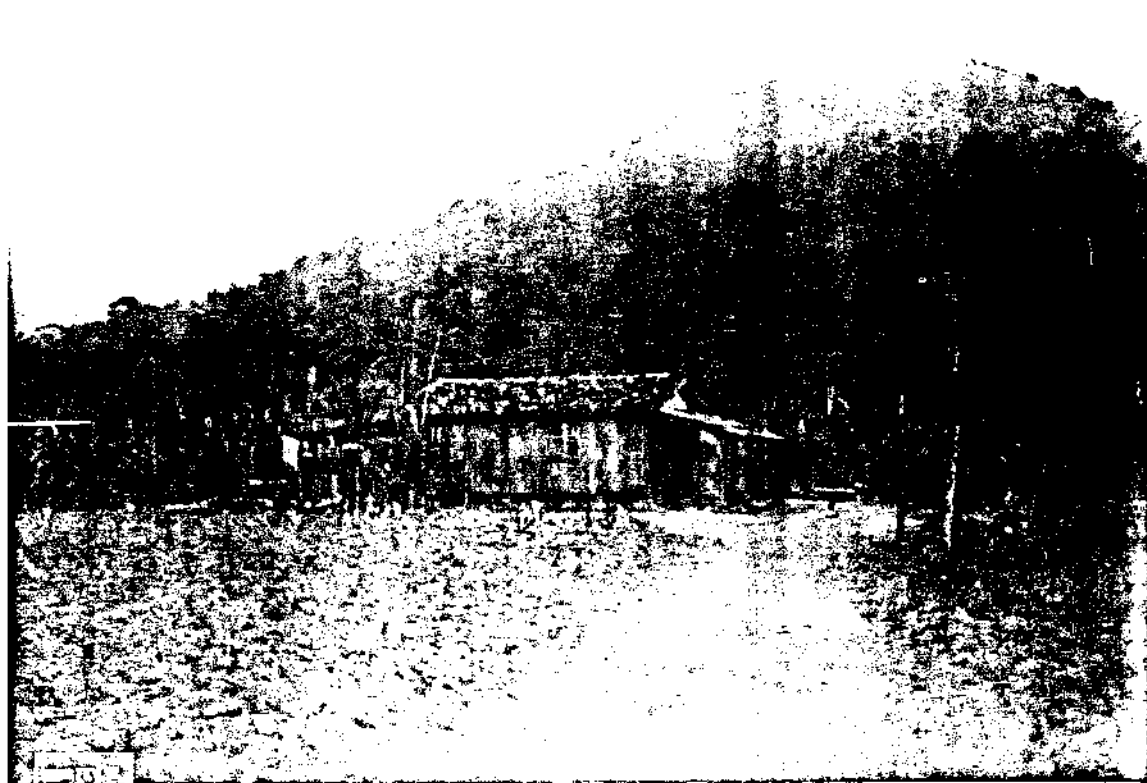
(FRANÇA, A. 1955:49)

(2) "pousio" : descanso da terra por um período de até 20 anos, o que a capacita para a recuperação, através de estágios sucessivos, com possível formação de florestas secundárias.

Até meados da década de sessenta era comum o cultivo de algumas roças ao redor das residências. Plantava-se milho, feijão, batata-doce, mandioca e fruteiras (jaca, manga, abacate, laranja, limão, jaboticaba, pitanga, goiaba, etc.). Com a mandioca fabricava-se a farinha - alimento básico para o caçara. As famílias que possuíam a 'casa da farinha' permitiam a sua utilização por outras famílias. Aliás, o costume da colaboração mútua era fundamental na sobrevivência das famílias caçaras, quer no seu universo concreto, de trabalho e subsistência, quer no seu universo simbólico, de festas, crenças e compadrios.

Atualmente, poucos caçaras ainda conseguem manter suas roças, e elas já não indicam fartura e autonomia mas um empobrecimento crescente.

Foto 1. Plantação de mandioca e banana mantida por caçara na planície do bairro de Maresias - Set./1988



A PESCA

"...através do conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver e do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira também modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho". (MALDONADO, S.C. 1986)

A pesca, no espaço litorâneo, representou não somente uma alternativa em termos de recursos naturais para a sobrevivência das comunidades locais, mas uma influência fundamental nas relações entre o homem e a natureza. Desde o período colonial a pesca artesanal parece ter tido um importante papel para as comunidades litorâneas mas, segundo DIEGUES, A. (1973), foi no período imediatamente posterior à decadência do café que a pesca artesanal se afirmou, no litoral norte paulista, enquanto produção mercantil. Essa incorporação de um setor de subsistência pela economia de mercado propiciou o desenvolvimento de diversas técnicas para a captura do pescado.

Até 1960, alguns tipos de pesca eram os mais praticados, por caíças, na costa sul do município de São Sebastião. Entre eles está a pesca dos cercos flutuantes, de caráter comercial, produzida através do regime de parceria entre o proprietário e os "camaradas" e correspondendo a um grande volume de pescado.

A pesca com os cercos flutuantes foi introduzida no litoral norte paulista, por volta de 1920, pelos japoneses. Os cercos ganharam grande importância comercial e rapidamente se expandem por todo litoral paulista. Enquanto os caíças mantêm sua pequena produção mercantil, os japoneses estabelecem ali a captura e comercialização do pescado em bases capitalistas. (HOFFS, P. da S. 1988:19)

Por serem estrangeiros, os japoneses estavam legalmente proibidos de exercerem a pesca comercial no litoral brasileiro. Logo, transformaram-se em empresários da pesca: construíam os cercos e as traineiras, das quais eram proprietários, empregavam caíçararas na produção e no transporte de pescado e mulheres nas fábricas de conservas, instaladas em São Sebastião. (PAPY, L. 1957:163)

Após a segunda grande guerra os japoneses retiraram-se do litoral norte, onde os caíçararas tiveram que conviver com o esgotamento do pescado nas águas rasas. Apesar da permanência do sistema de produção dos japoneses ter se estendido durante muitos anos no litoral norte paulista, os caíçararas não absorveram esta nova racionalidade para a produção e comercialização do pescado. Eles adotaram apenas a técnica da construção dos cercos flutuantes, que sobrevivem até os dias de hoje no litoral norte paulista.

"A presença de pescadores só se faz necessária para a despesca, operação que consiste em levantar o fundo da rede a partir de uma das extremidades, para acumular todo o peixe na outra, donde é recolhido pela embarcação. Os visitadores entram pelo cerco a dentro em duas canoas. Uma delas, pequena, com dois homens apenas (Foto 1), começa a funcionar na boca do aparelho, fechando a porta em primeiro lugar, enquanto outra, maior, com três tripulantes, na extremidade que fica ao lado oposto ao círculo da despesca :

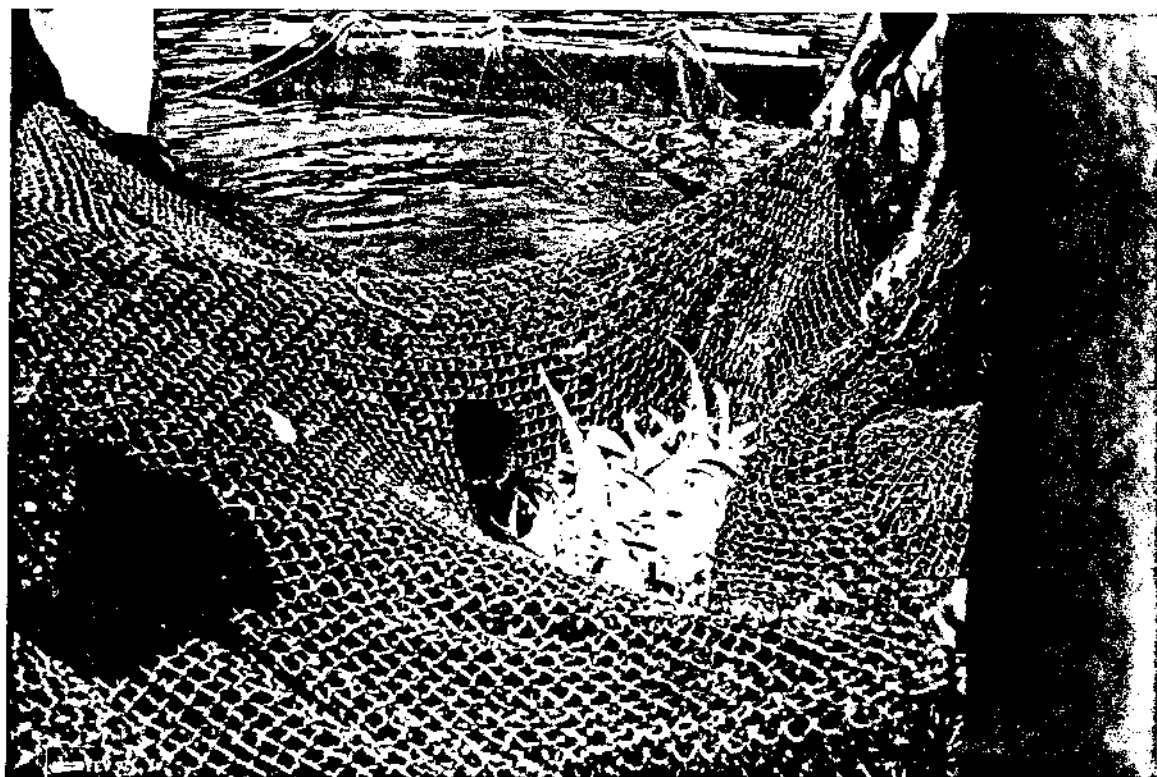


a rede vai sendo tomada de um dos bordos da canoa grande, o peixe sacudido para diante e a parte da rede sacudida é largada por baixo da canoa (foto 2). Chegando defronte da canoa pequena, que se manteve parada, começa a ação conjunta das duas, descrevendo elas um semicírculo dentro do cerco, realizando a mesma operação que acabamos de descrever, até que, quando ambas se encontram no ensacador, todo o carregamento está ali acumulado. Virada esta parte para dentro das canoas ou com o auxílio do sarico (espécie de coador de café, munido de um cabo), o peixe é recolhido. Em tempos de abundância, as visitas se amiúdam e muitas vezes, enquanto se despesca, a porta do cerco, que, logo depois de realizada a operação inicial, se abre novamente, já vai dando entrada a outros peixes, começando-se novo descarregamento mal se termina o primeiro. Comumente, porém, as visitas se fazem de 4 a 6 por dia a intervalos regulares de 4 a 3 horas". (MUSSOLINI, G. 1980 : 277 e 278)

Foto 3. A rede do cerco sendo puxada pelos pescadores da canoa grande



Foto 4. O resultado da visita nem sempre promissora



A pesca de tresmalho (3) é mais simples e realizada próxima à praia utilizando apenas uma canoa à remo. Com a modernização dos meios e das técnicas na produção do pescado e com a introdução do motor, ela pôde se arriscar mar adentro. Quase todas as famílias possuíam um tresmalho. (NOFFS, P. da S. 1988:52)

A pesca de arrastão, que envolvia um grande número de pessoas, era praticada apenas esporadicamente quando um cardume "batia" na praia. A pesca da tainha, por exemplo, que ficou conhecida em todo o litoral paulista, utilizava este procedimento. Era a única forma de pescaria da qual participavam mulheres e crianças, mas apenas da praia, puxando os cabos. As mulheres não pescavam embarcadas. (NOFFS, P. da S. 1988:53)

Meu pai tinha muito saco prá salgá pêxe, então a gente comprava tainha. Quando o lance era bom a gente chegava a pegá 7 mil tainha. Ai tinha festa. A festa da padroeira que carregaram (roubaram). A padroeira chegava a ganhá 2,3, quinhão de pêxe que davam prá comprá vela, toalha, prenda...

Dna.Rosalina, caiçara de Boiçucanga

"Atualmente (...), a tainha não mais representa o papel que desempenhava há 30 anos atrás. Inúmeros fatores, entre os quais a pesca industrial praticada no Sul, na saída das lagoas, parece reduzir muito, o número de tainhas que conseguem furar o cerco e 'correr a costa'. O escasseamento da tainha, espinha dorsal da pesca artesanal de então, alterou inúmeros padrões de conduta e introduziu modificações na própria vida do caiçara." (DIEGUES, A.C.S. 1973:89)

Outras formas de pescaria como a utilização do picaré (pequeno arrastão), do espinhel e da linha de mão também ocorriam, mas eram menos importantes.

(3) "O que se conhece hoje como tresmalho é uma rede de forma retangular e de comprimento aproximado de 90m, composta de uma única parede de malhas uniformes, de tamanho que permita prender o peixe pela cabeça e que, portanto, é ditado pelo porte do peixe a que se destina" (MUSSOLINI, G. 1980:233)

Por volta da década de trinta apareceram, no litoral norte, as "traineiras" (4) para a captura da sardinha. Estas, estavam longe das possibilidades econômicas dos caíçaras, e já exerciam uma concorrência desigual em relação aos recursos pesqueiros disponíveis para as comunidades locais. Até esse período todo o peixe capturado pela pesca artesanal era dividido pelo sistema de "quinhões", limpo e salgado em varais de sol (Foto 4) e só depois era comercializado.

"(...) a pesca da sardinha através dos barcos e da traineira superava as possibilidades de apreensão da organização social local : essa pesca era realizada em grandes proporções, por barcos vindos de Santos que além de pescar utilizando equipamentos mais modernos compravam o pescado dos pescadores locais para vendê-lo em Santos". (DIEGUES, A.C.S. 1973:90)

Em meados da década de quarenta surgem os barcos à motor que passaram a visitar as pequenas praias comprando o peixe excedente dos caíçaras. Nesse mesmo momento o sistema rodoviário é melhorado, surgem os "atravessadores da pesca" e o produto da pesca começa a atender o mercado urbano em expansão.

Nesse período a tecnologia pesqueira começa a se desenvolver, de um lado, equipando melhor os pescadores caíçaras (barco à motor, linha de nylon, etc.), de outro, colocando os pescadores artesanais em concorrência direta com a pesca industrial, capitalista.

"à medida em que há uma vinculação mais estreita com o mercado e melhorias tecnológicas, alguns pescadores deixam de depender exclusivamente de um calendário local. A racionalização chega a tal ponto que o barco, que no verão, por exemplo está na captura do camarão num local, passa a capturar tainha no inverno, isto é, o pescador começa a procurar o pescado e não vice-versa surgindo a pesca oceânica" (DIEGUES, A.C.S. 1973:149).

(4) "Traineira" é o nome da rede estendendo-se atualmente também aos barcos. Todos eles são de motor e a maioria possui convés.

Contudo, ainda hoje, a pesca artesanal no litoral norte paulista respeita algumas regras e códigos tradicionais, seja por condicionamento, segurança social ou necessidade. Uma delas é a divisão do pescado pelo sistema de "quinhão": o produto da pesca é dividido em duas partes, metade vai para a "rede", ou seja, para o proprietário dos meios de produção (barco, rede, etc.) e a outra metade é dividida entre os pescadores que trabalharam na captura inclusive o proprietário, se este participar da pescaria.

Fotos 5 e 6. Nestas duas fotos vemos o produto da pesca sendo dividido em partes por seu Reinaldo, pescador artesanal nascido no bairro de Maresias (Maresias fevereiro/1990)



Foto 5. A separação em duas partes. ...

Foto 6. A divisão entre os "camaradas"



Vale ressaltar que a pesca artesanal empreendida pelos caiçaras sempre esteve associada a normas consensuais que evitavam o esgotamento das espécies: uso de técnicas não predatórias com equilíbrio entre a necessidade e a oferta dos recursos pesqueiros, respeito aos ciclos reprodutivos e aos processos migratórios das espécies marinhas, utilização de um calendário construído a partir da observação e da experiência empírica que respeitava os processos e a interação entre os diversos fenômenos naturais e, outros intermináveis procedimentos de ordem cultural que resultavam em técnicas conservacionistas.

"(...) tais aspectos revelam o alto grau de integração existente nas formas tradicionais de produção pesqueira com a natureza, em face de suas condições de reprodução e conservação dos recursos naturais. E mais: deve-se considerar que havia aí um complexo sistema cultural marcado por uma grande sabedoria de vida e das condições naturais, o que propiciava uma relação de equilíbrio com a natureza". (DIEGUES, A. e CUNHA, L. 1989:15)

O ESPAÇO SOCIAL DO CAIÇARA

Caiçara é um termo utilizado para designar a população mestiça que habita a região litorânea paulista. Neste estudo seguiremos a definição de Kilsa Setti, que considera o caiçara não simplesmente segundo a sua etnia, mas como uma população que tem um tipo de vida e cultura que lhes é característico.

Na década de sessenta, apesar da abertura da rodovia Bertioga-São Sebastião em 1962, a configuração espacial da costa sul ainda era predominantemente caracterizada pelo universo caiçara: a pequena produção mercantil, a agricultura, a pesca, o 'habitat', a venda, a igreja, o artesanato, a casa da farinha e as festas.

Nas vilas, originariamente, os caiçaras viviam na praia em casas isoladas umas das outras numa disposição desordenada, escondidas entre a folhagem e interligadas por trilhas e caminhos. Este tipo de povoamento ainda pode ser encontrado em algumas vilas de Maresias, não mais como vilas exclusivamente caiçaras mas núcleos isolados ou mesmo mesclados na ocupação mais recente. As cercas e os muros não existiam, eles fazem parte de uma mentalidade trazida por turistas e imigrantes em relação à propriedade privada. Apesar da multiplicação dos muros e das casas de veraneio, ainda hoje, é possível perceber a resistência do caiçara a esta forma de isolamento: muitas famílias caiçaras possuem em uma mesma propriedade (ou posse) várias casas destinadas a diversos membros da mesma família.

Esta propriedade, por exemplo (Foto 7), é constituída de vários lotes e cercada, mas dentro dela a vida de relações se assemelha àquela vivida pela vila antes da década de setenta: as casas são construídas sem uma posição ordenada, as criações de quintal (galinhas, patos, etc.) ficam soltas, as culturas de quintal (árvores frutíferas) servem a todos e

alguns utensílios e atividades são partilhados (freezer, confecção de redes para pesca, salga de peixe, etc.).

Este terreno (da foto) possui aproximadamente 50 X 40 m e se localiza próximo à praia. Alguns membros da família (família Mattos, residente em Boiçucanga há mais de um século) construíram aí cinco casas e alguns quartos com banheiro (para alugar nas temporadas). Nestas casas moram representantes de três gerações (avós, pais e netos). Todos os homens são pescadores, desde o Sr. Benedito, de 85 anos, que hoje não exerce mais a atividade devido à idade, até os seus netos, entre eles dois meninos de 8 e de 12 anos.

Foto 7. Residências mantidas por caiçaras de Boiçucanga



As casas eram, originariamente, construídas atrás do jundu - vegetação que orla a praia - como proteção contra o vento. "Lofgren, descreveu jundú como uma vegetação do tipo cernadão, com árvores

baixas e retorcidas, distanciadas entre si, e separadas por uma vegetação de arbustos, epífitas e gramíneas. São aí abundantes as goiabeiras, os araçás, a pitangueira, a pita, a aroeira". (CARVALHO, M. 1946)

Atualmente, a maior parte do jundu foi retirada para dar lugar aos hotéis, balneários e condomínios.

A estrutura da casa caiçara era semelhante à do caipira : de pau à pique, telhado de sapê de duas águas, algumas vezes caiada. (CARVALHO, M. 1946) Segundo depoimento de Dna. Rosalina de Mattos, 87, caiçara de Boiçucanga:

*As casas eram de taipa, de madeira.
Cada um fazia a sua, as vezes os
outros ajudavam.*

Em 1960, os caiçaras ainda não construíam casas de alvenaria e até hoje, não há uma 'estética' de jardins em volta das casas, as plantas para subsistência se misturam as plantas ornamentais. Mais distantes da praia, perto dos morros mais enxutos e nas várzeas dos pequenos rios o caiçara cultivava suas roças de mandioca, cana e banana.

"Apertado entre o mar e a serra, pouco terreno se lhe oferece para o plantio. Mesmo a várzea é abandonada por ocasião das cheias, pois exige drenagem e outras obras dispendiosas para o cultivo permanente. O caiçara não possui tradição agrícola, e essas pequenas roças espalhadas pelos morros cristalinos ou nas restingas arenosas é de aproveitamento limitado"

(CARVALHO, M. 1946).

A praia era o território onde se configurava a trama das relações sociais do caiçara. Enquanto as trilhas e caminhos projetavam no espaço a circulação das pessoas, as praias eram os pontos de articulação com o mundo exterior e, ao mesmo tempo, o palco da convivência entre as famílias:

"A praia é o centro humano de atração permanente, ponto de contatos sociais, onde os homens se demoram em palestras ou jogos, ou risonam, sob a acolhedora sombra dos 'chapéus de palha' (terminalia catapa), indiferentes às picadas dos incomôdos mosquitos". (FRANÇA, A. 1955:50)

Apesar da propriedade ser privada ela não era cercada, e as trilhas, com seu traçado irregular, recortavam o espaço caiçara e permitiam o livre acesso a todos para todos os lugares: fontes de água para o consumo doméstico, igreja, sertão, venda, casa de parentes e amigos, etc. A lógica da origem - destino dessas trilhas só é compreendida absorvendo-se primeiro a espacialização das necessidades e dos hábitos caiçaras. Uma trilha pode terminar numa residência ou simplesmente desaparecer no meio da mata. Nesse sentido, o uso coletivo do espaço se sobrepunha ao uso privado das posses.

Em todas as vilas da costa sul do município de São Sebastião a escola, a igreja e a venda se localizavam na praia. Para o caiçara os territórios do sertão se contrapunham aos da praia: o sertão era o espaço do trabalho. Ali se encontravam as roças, bananeais e as regiões especiais da floresta (locais de caça, de coleta de madeira e ervas, etc.), onde alguns membros da família iam diariamente cuidar das suas lavouras, cortar algum pau, recolher lenha ou caçar. (NOFFS, P. da S. 1988:74). A produção do sertão - geralmente a banana - era transportada para a praia com grandes dificuldades: a pé, através de trilhas estreitas, terrenos alagadiços ou acidentados, ou através de canoas, nos pequenos rios de difícil navegação. Contudo, essas dificuldades eram vencidas através da ajuda mútua, muito comum entre os caiçaras nestas ocasiões. Na praia, a produção do sertão era consumida ou embarcada para Santos ou São Sebastião.

A divisão territorial do trabalho era muito marcante entre os

caçaras: os homens pescavam, as mulheres se incumbiam dos trabalhos domésticos (tarefas da terra). Segundo MALDONADO (1986) existe entre os pescadores brasileiros uma visão de mundo que é fortemente marcada pela separação dos dois domínios: terra e mar. A divisão do trabalho familiar reflete, além de uma visão de mundo, uma forma de apropriação do ambiente produtivo.

Antes do acesso a sítios urbanos, facilitado pela rodovia, o consumo alimentar do caçara se restringia praticamente ao produto de suas culturas, da pesca, da caça e de algumas reservas alimentares naturais, como frutas e palmito.

"A carne de caça era importante complemento na alimentação da família, enriquecendo-a em proteínas e diversificando a dieta. Por mais insignificante que fosse o produto de uma caçada, a caça era repartida com amigos e parentes"(NOFFS, P.da S. 1988:62)

Os animais de criação além de representarem uma importante reserva alimentar conferiam ao ambiente a aparência de pequenos sítios. Os animais eram criados soltos no terreno ao redor das casas:

A gente criava porco, galinha. . . o mínimo que criava, criava 4, 5 porco prá se ter em casa, quando tinha vontade (de carne) matava um porco. Quando não tinha nada prá comer pegava um pato e matava. Eu cheguei a tê 120 marreco que botavam ovo.

Sr. Nilo de Mattos, 85, caçara de Boiçucanga

As matas eram reservas naturais fundamentais à sobrevivência do caçara. Além da caça e coleta de alimentos dela eram retirados a madeira, utilizada no fabrico de canoas e utensílios domésticos, o pau-a-pique e o madeirame para a construção das casas de barro, e a lenha, único combustível consumido na cozinha. Tanto a caça como a coleta eram praticadas com o uso de técnicas seletivas que respeitavam a reprodução natural das espécies animais e vegetais.

Fora a frágil relação mercantil com o exterior (Santos e São Sebastião) o espaço caiçara estava articulado por um sistema de orientação singular, regulado pela natureza: rios, areia, pedreiras, morros, e vegetais (mangueiras, jaqueiras, taquarais, etc.). Mesmo com a construção da estrada em 1962, o caiçara evita sistematicamente a incorporação da sinalização oficial (BR-101), quilometragem, nome de ruas, etc.). Além da incorporação do "esqueleto topográfico" de seu território, o caiçara faz combinações entre os dois universos (espaço natural X espaço produzido) desde que exista para ele um referencial significativo: a capela, a venda, a pensão da Dna. Chica, o asfalto - que neste caso, está relacionado ao material utilizado. (SETTI, K. 1985:18)

Através destes referenciais os caiçaras mantinham um fluxo de informações frequente entre as diversas praias, eliminando o isolamento mesmo antes da construção da rodovia. As trilhas e caminhos mantiveram, durante muitas décadas, os laços de sociabilidade e solidariedade inter-bairros (festas, batizados, casamentos, encontros musicais, etc.) entre os caiçaras do litoral norte paulista. (SETTI, K. 1985)

O tempo caiçara também estava relacionado aos referenciais naturais de seu universo. Ele era definido através dos ciclos da natureza (dias, noites, luas, ventos, etc.) no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies (do mar e da terra). (MALDONADO, S.C. 1986) Era através da relação/apropriação dos ciclos da natureza que os caiçaras construíam um "tempo natural" permeado por uma dinâmica social própria. Havia um relativo controle do tempo social, mesmo quando submetido ao tempo "natural" ou "mercantil".

"Paradoxalmente, embora sujeito à natureza, o pescador possui controle relativo sobre o tempo, no modo como encadeia as atividades, em que tempo de trabalho e tempo livre parecem se trançar em arranjos distintos, ainda que, nesta relação, o primeiro comande" (CUNHA, L.H. de O., 1988)

O tempo natural, cíclico, regia as atividades agrícolas e a pesca. Era através dele que se construía o calendário das atividades. Dessa forma, do ponto de vista antropológico, a categoria tempo era transformada numa criação cultural (CUNHA, L.H. de O, 1988:205) e os ajustes ecológicos conferiam diferentes nuances às atividades.

"O calendário é uma relação entre um ciclo da atividade e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividade do qual deriva seu sentido e função. . . o calendário está ancorado no ciclo das mudanças ecológicas". (EVANS-PRICHARD, 1975:113)

A natureza imperava soberana no espaço e no tempo caiçara : o espaço das habitações se confundia com o espaço rural, as roças com as matas. . . Não havia um traçado urbano, apenas trilhas e caminhos. O tempo natural, cíclico, impregnava as atividades econômicas e sociais. "Estava configurado um espaço onde a relação direta com a natureza era mais marcante do que aquela que o caiçara mantinha com a cidade, através do comércio". (NOFFS, P. da S. 1988:75) As relações comerciais não estavam materializadas no espaço, as com a natureza sim.

É difícil concordar com a afirmação de NOFFS, P. (1988:75) de que: "A trama das relações sociais de produção revelava uma relação pobre com a natureza". As tecnologias rudimentares para a utilização dos recursos naturais não representavam um distanciamento do homem com a natureza, ao contrário, exigia do homem-caiçara um maior conhecimento e uma maior familiaridade do ambiente natural, para a sobrevivência de ambos. Com o desenvolvimento de tecnologias mais modernas o homem consegue um controle maior sobre os recursos naturais mas isto não significa uma relação mais rica com a natureza. Afinal, foram tecnologias mais desenvolvidas que geraram os maiores processos de degradação ambiental conhecidos.

Contudo, na década de sessenta o universo caçara já estava irremediavelmente subordinado ao capital comercial dos centros urbanos (principalmente Santos), e à penetração do capital monopolista e de pequenos investidores que acelerariam o processo de urbanização do litoral paulista a partir da valorização dos capitais investidos em imóveis. Esta nova realidade se tornaria definitivamente presente, alterando as relações dos homens com os homens e dos homens com a natureza.

DE LAURADORES-PESCADORES À PESCADORES ARTESANAIS

A definição do que vem a ser o camponês, no Brasil, passa por várias polêmicas e controvérsias. IANNI (1979:133), afirma:

"... a história social do município de Conceição do Araguaia indica que a maioria dos posseiros, antigos e recentes, se compõe de camponeses, por sua forma de organizar a economia e a vida social. Produziam e produzem principalmente valores de uso e, secundariamente, valores de troca..."

Nesse sentido, o caçara tradicional do litoral norte paulista podia ser considerado um camponês. Uma das diferenças a ser considerada é a peculiaridade regional de cada grupo. Assim, MARTINS (1981:21) coloca:

"Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado caçara."

Contudo, esse "camponês", lavrador-pescador teve seu mundo subitamente transformado. Na década de sessenta o litoral norte já possuía taxas de urbanização semelhante à do Estado, e um grande fluxo turístico já se dirigia para as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Ilha Bela e Caraguatatuba.

Com acesso rodoviário precário a costa sul do município de São Sebastião (distrito de Maresias) continuou a ser o espaço do caçara, da pequena produção mercantil, da lavoura para subsistência e da pesca artesanal. Enquanto o litoral norte se urbanizava seguindo a expansão do setor turístico na região, a costa sul do município de São Sebastião se portou como um "reduto de resistência" da vida caçara durante as décadas de sessenta e setenta. Em todas as praias da costa sul, com poucas variações, as relações comerciais com o mercado externo

(Santos, São Sebastião e outros), ainda dependiam das canoas e/ou das visitas de pequenas embarcações a motor.

A propriedade dominada pela posse da terra, as vezes sem titulação alguma, a disposição espacial dessas posses (herança das sesmarias), a dificuldade em ocupar toda a gleba com uma única família facilitaram a superposição de posses - problema que perdura até os dias atuais, na costa sul do município de São Sebastião.

Cada vila (praia) se desenvolvia distintamente e de forma diferenciada de acordo com várias condições. Entre elas estão as facilidades para o transporte de mercadorias/pessoas através da cabotagem para Santos, a posse de glebas suficientes para as lavouras de subsistência e para a produção mercantil, e a propriedade dos meios e o desenvolvimento da produção pesqueira. Os povoados que produziam e trocavam menos mercadorias eram mais pobres. Ou seja, com uma produção menos organizada para o mercado, circulava menos dinheiro para obter mercadorias nos centros urbanos. (NOFFS, P.da S. 1988:39)

Atualmente, estes lavradores-pescadores que possuíam uma visão de mundo, valores e formas de se relacionar com o tempo e com o espaço (calendário das atividades produtivas) marcados pelas atividades agrícolas e pesqueiras estão se transformando em pescadores exclusivos. Esta transformação, impulsionada pela urbanização e seus processos específicos (turismo, valorização da terra, especulação imobiliária, segregação espacial, etc.), está descartando e acelerando a desintegração de uma produção cultural (material e simbólica) baseada fundamentalmente na reprodução e preservação dos recursos naturais.

"Enquanto no passado as populações litorâneas possuíam uma economia diversificada e integrada à natureza, com certo grau de auto-suficiência, hoje essa diversificação e equilíbrio tendem a se romper, a partir da ampliação dos laços da economia litorânea com a produção mercantil, tornando-as cada vez mais dependentes dos chamados 'bens' industriais. Essas populações - principalmente as gerações mais recentes - vêm deixando de praticar a caça, a agricultura, o artesanato (tal como antes ocorria em conjunção com a atividade pesqueira) para se dedicar quase que exclusivamente à pesca."

(DIEGUES, A.C.S. e CUNHA L.H. de O 1989:41)

Seu Raimundo Faustino, caçara de Camburi, lembra que na década de 50 os moradores desciam o rio Camburi, arrastando as canoas cheias de banana para vender em Boicucanga, Bertioga ou Santos. Havia 33 famílias. Todas viviam da venda da banana, da cultura do milho, arroz, feijão e mandioca e da pesca para o consumo familiar. Em 1950 não havia estrada, apenas uma 'picada' no meio do mato seguindo a linha do telégrafo (5). O "Ubatubinha" e o "São Manoel", os dois barcos que faziam o serviço de transporte da região, chegavam duas vezes por semana. Nas emergências o percurso era feito a pé, em meio dia Camburi-Bertioga e em um dia Camburi-Santos. (NOGUEIRA, e ALENCAR, G. 1984:56)

Na década de sessenta, após a abertura da estrada (rodovia de terras de São Sebastião a Bertioga), o transporte da banana passou a ser feito por caminhões. Contudo, até o final de 1970 a estrada era intransitável quando chovia. Nem mesmo as precárias pontes resistiam, isolando, por terra, estas praias da costa sul.

(5) A linha do telégrafo alcançou o litoral paulista no início do século

A década de setenta marca o período de transição para a economia e para a cultura caiçara. É o momento de ruptura do isolamento onde as transformações econômicas e sócio-culturais começam a se materializar no espaço construído, no espaço de convivência das famílias e nas atividades produtivas. As construções residenciais se multiplicam, o comércio, os serviços de abastecimento e infra-estrutura despertam nas comunidades novas necessidades de consumo. O contato direto com as populações dos centros urbanos passa a delinear outra transformação: a dos hábitos e dos costumes.

Nesse mesmo período, a atividade pesqueira começa a se dissociar da lavoura e se transformar em principal atividade econômica. Esse processo resultou na transformação desses lavradores-pescadores em pescadores exclusivos destruindo a antiga autonomia decorrente da auto-suficiência alimentar, desarticulando um saber secular acumulado através do qual se produzia artesanalmente os próprios meios de produção, reduzindo os espaços de relação dos caiçaras e conferindo ao tempo um caráter de duplicidade (tempo natural X tempo mercantil, inverno/vazio X verão/cheio/turismo), onde o tempo mercantil-capitalista é dominante e se reduz ao seu valor em dinheiro. (LOUREIRO, V.R. 1985:26 e CUNHA, L.H. 1988:204)

Desde a década de sessenta o litoral norte já estava se transformando. Era o início do processo de concentração das propriedades. Entre 1960 e 1970 a agricultura do litoral norte tendeu a se desenvolver com padrões mais avançados, substituindo a agricultura tradicional pela moderna. A melhoria das rodovias e a migração japonesa estimularam novas iniciativas. Apesar do predomínio da banana e da cana de açúcar começou a surgir na região uma produção mais diversificada. (SILVA, A.C.da 1975:212)

"Ao lado dos remanescentes da atividade caiçara vem se desenvolvendo uma agricultura moderna, localizada principalmente na

Enseada" (costa norte do município). (SILVA, A.C.da 1975:217) Em todo o litoral norte a agricultura permanente aumentou e a temporária diminuiu. Também diminuiu o número de estabelecimentos mas aumentou o tamanho das propriedades. Houve, porém, um aumento da intensidade do cultivo com a imigração de japoneses e brasileiros que estão trabalhando intensivamente em pequenas propriedades.

Os latifúndios, dadas as características específicas da área, apresentavam-se como grandes propriedades de pouca utilização efetiva. Atualmente, o que se constata é a presença de fazendas adquiridas por grandes capitalistas de São Paulo e Rio de Janeiro, com fins especulativos e não aproveitadas. Nestas propriedades aparecem numerosos posseiros, remanescentes de caíçaras e capuavas (SILVA, A.C.da 1975). A partilha por herança é a principal responsável pela ocorrência dos minifúndios no litoral paulista (MARCILIO, M.L. 1986), sendo que estes constituíam-se na forma particular da organização da vida caíçara. A grande propriedade do litoral norte paulista se modificou com o aparecimento das empresas agrícolas, que se utilizam de mão de obra assalariada, muitas vezes proveniente dos centros urbanos.

Os caíçaras também se sentem desapropriados pela legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, pois não podem mais manter suas atividades agrícolas, de pesca nos rios, de extração e de caça.

"O Parque é administrado pelo Instituto Florestal. A polícia florestal é equiparada aos agentes de segurança pública e por isso lhes é assegurado o porte de arma. Em casos de infração, as penalidades vão de multas - de um a cem vezes o salário mínimo, à prisão - de três a doze anos."

(OLIVEIRA, A.F., 1991)

A polícia florestal só não atua nas áreas urbanas que são consideradas competência dos municípios mas atua também na fiscalização da

pesca, mais especificamente da pesca artesanal, já que, no município de São Sebastião a polícia florestal não está suficientemente equipada (com lanchas, helicópteros, etc.) para fiscalizar a pesca industrial (traineiras) que atua nas águas mais profundas ao largo da costa.

Atualmente, grande parte da população caiçara e seus descendentes já estão ligados às atividades urbanas (como caseiros, na construção civil, nos órgãos públicos, etc.). De um modo geral, foi de 1960 para 1970 que ocorreu a transformação de uma área predominantemente rural para predominantemente urbana. A mecanização do setor agrícola, nesse período, acelerou o processo de urbanização já que muitos lavradores partiram para os núcleos urbanos. Este processo foi mais ou menos geral e concomitante em todo o Estado.

A terra passou a se afigurar como mercadoria, acessível apenas mediante a compra. Neste momento, o caiçara-camponês passou a ser, direta ou indiretamente, expulso de suas posses. A única alternativa de sobrevivência que alia o modo de vida caiçara a uma atividade produtiva é a transformação deste lavrador-pescador em pescador exclusivo.

"A atividade pesqueira que, desde o Brasil-colônia vinha sendo exercida de maneira artesanal, voltada para a auto-subsistência de populações marinhas e ribeirinhas, após o início do processo urbanizatório se organizou para atender o mercado urbano, sofrendo transformações significativas nos últimos anos. . .

(DIEGUES, A. 1973).

E é enquanto pescador artesanal que o caiçara passou a concorrer com a pesca empresarial capitalista na conquista de espaço, recursos e mercado.

CAPÍTULO III

OS AGENTES EXTERNOS : URBANIZAÇÃO E TURISMO

O processo de urbanização brasileira, que foi acelerado a partir de 1950, gerou áreas de intensa concentração espacial, de atividades e de pessoas. Apesar dele ter sido acompanhado por importantes inovações técnicas, a "modernidade" do urbanismo - entendida aqui, segundo LOPES (1976) como um único processo concreto que inclui industrialização/urbanização/modernização - não é distribuída de forma homogênea, tanto social como espacialmente. Os centros urbanos são recortados por diversos setores diferenciados sócio-economicamente, contrapondo assim a riqueza à miséria, o luxuoso ao simples, o tradicional ao moderno dentro dos mesmos limites territoriais.

Nas grandes concentrações um grande contingente populacional fica à margem do processo de crescimento, não encontrando acesso aos benefícios que o "urbano" pode proporcionar (emprego, equipamentos coletivos, bens e serviços, etc.). Este processo já está gerando em várias regiões do país, um movimento de expulsão e de grande mobilidade populacional dos grandes centros em direção a centros menores e, entre centros urbanos de mesmo porte. Este movimento de "vai-e-vem" da população é geralmente caracterizado pela busca de um centro-destino que possa proporcionar melhores condições de vida.

Enquanto a população de baixa renda se desloca para outros centros em busca de melhores condições de vida, traduzida pela conquista de bens materiais, serviços, emprego, etc., a população com poder aquisitivo maior aspira uma melhoria da qualidade de vida traduzida por um meio ambiente "descongestionado", por um contato mais direto com a natureza,

por uma vida mais próxima ao lazer e ao descanso.

Por outro lado, a população dos pequenos centros, vilas e povoados (que funcionam como receptores da população excedente dos centros maiores) descaracterizam sua organização sócio-econômica previamente estabelecida para dar lugar a uma organização mais complexa e diversificada. Quando esses pequenos centros, vilas e povoados entram em relação direta com os costumes, bens e serviços urbanos, a natureza da qualidade de vida é alterada, relativizada. A cultura urbana "absorve as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores." (CÂNDIDO, A. 1982) A urbanização de áreas que assentam comunidades tradicionais (caipiras, caçaras, indígenas e outras):

"propõe ou impõe ao homem rústico certos traços de cultura material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana." (CÂNDIDO, A. 1982)

Apesar dos efeitos da urbanização, no Brasil, terem se alastrado na sociedade como um todo, esse processo se deu de forma desigual e dependente das áreas mais dinâmicas do país. Enquanto a indústria concentrou-se em poucas regiões, o processo de urbanização se espalhou, incorporando áreas isoladas ao âmbito da sociedade urbano-industrial ou sociedade de consumo. Segundo CÂNDIDO (1982):

"A marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao processo industrial e conseqüente abertura de mercados, daí a penetração, em áreas rurais de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando estreitamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado e do país, em contraste com a economia particular centralizada pela vida do bairro e baseada na subsistência"

O processo de urbanização do litoral norte paulista é análogo a este citado por Antonio Cândido. No caso do litoral paulista foi a expansão do setor turístico, a partir da década de sessenta, que propiciou um grande fluxo migratório para a região, alterando padrões de valores, costumes, relações ecológicas e os meios de sobrevivência da população caçara. A intensa especulação imobiliária que resultou deste processo acelerou a reorganização da economia local, alterou a estrutura de empregos e consolidou a urbanização.

Na verdade, a urbanização (intensificada principalmente a partir da construção da rodovia BR-101) e a expansão do setor turístico, na região, parecem ser o golpe definitivo que desarticulou a cultura caçara, que já vinha sofrendo um processo de transformação e degradação constantes.

Se de um lado, a expansão da urbanização e do turismo implantou inovações técnicas e culturais e inseriu definitivamente estas comunidades na economia de mercado, trazendo o "progresso" do bem estar urbano, de outro, a expansão desse mercado acabou por descaracterizar estas áreas fisicamente preservadas, e desestabilizar o equilíbrio previamente existente entre cultura de subsistência, atividade artesanal e ajuda mútua, não substituindo estes mecanismos de sobrevivência por novas oportunidades de emprego, acesso a serviços e bens de consumo. Ou seja, "Fases de um mesmo processo social que, simultaneamente à expansão do capital na região, expande também a miséria e consome as utopias sociais dos grupos humanos subordinados". (LOUREIRO, V.R. 1987) A mesma "modernização" que levou novos valores e anseios de ascensão social à sociedade tradicional, levou também a miséria, a marginalização e a subordinação desta sociedade aos novos mecanismos de produção e a nova ordem de valorização do capital. A expansão do setor turístico, nesta área, é o nexo explicativo que liga todas as transformações recentes (sociais, econômicas, culturais e ambientais) que,

na totalidade, representam apenas uma parte do processo maior que é a expansão do capitalismo no espaço e de seu modo urbano de vida.

"Sem dúvida, a economia capitalista se expandiu por grande parte do planeta e é responsável por grande parte do crescimento populacional e pelos altos níveis de consumo de milhões de pessoas. Não obstante, é também responsável por muitos problemas que hoje enfrenta a humanidade: poluição, destruição ambiental, doenças crônicas como a hipertensão e o câncer, desnutrição e extermínio de grupos étnicos". (MORÁN, E.F., 1990:29)

REDE VIÁRIA - O FIM DO ISOLAMENTO

As transformações sócio-econômicas no litoral norte paulista ocorreram lentamente até 1950 e a partir desse momento passaram a ocorrer de modo acelerado.

Entre 1936-42 foi construído o atual porto comercial de São Sebastião. Contudo, até a década de 1960 este porto não tinha uma utilização definida. Era um porto sem estrada de ferro e isolado do pólo econômico dinâmico do país. (SILVA, A.C.da 1975:25 e 33)

A rodovia dos Tamoios (SP-99) foi inaugurada em 1939, ligando Caraguatatuba a São José dos Campos. A SP-55 (hoje reformada e transformada em um trecho da Rio-Santos) interligou, em 1955, as cidades de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião. A rodovia entre Ubatuba e Taubaté (SP-125) só foi entregue ao tráfego na década de sessenta.

Neste mesmo momento a costa sul do município de São Sebastião ainda encontrava-se isolada. O acesso a este trecho do litoral paulista só era conseguido através dos cabros de boi, a pé ou em pequenas embarcações.

A partir de 1950, com o advento do turismo, tem início o processo de urbanização do litoral norte. Na década de sessenta começa a haver uma predominância do transporte rodoviário (trânsito pesado de caminhões) sobre o transporte marítimo. A situação do porto de São Sebastião só se define com a instalação do terminal Marítimo da Petrobras (TEBAR), em 1969, situado ao norte da cidade de São Sebastião e que é um grande terminal de óleo cru do atlântico sul (SILVA, A.C. da 1975:39 e 45). Também a cabotagem ampliou o comércio com outras regiões do país e do exterior.

"Com o advento da Petrobras, São Sebastião passou a ter um movimento portuário bastante grande em tonelagem e valor. Através dos oleodutos acentuou-se o relacionamento com a Baixada Santista (Cubatão) e com o Planalto (Capuava e Paulínia)" (SILVA A.C. da 1975:58).

Ainda na década de 60 é feito o capeamento da SP-55 e da rodovia dos Tamoios. Data também desse período a abertura da rodovia de terra ligando São Sebastião à Bertioga-Santos. Era uma estrada precária, de difícil acesso, com trechos onde a estrada desaparecia e era preciso atravessar pela areia da praia, por pequenos córregos ou pontes improvisadas. De qualquer forma, esta rodovia marca o fim de um período de isolamento e o início de aceleradas transformações que ocorreriam anos depois, no distrito de Maresias.

Enquanto estas transformações ainda estavam por acontecer no distrito de Maresias, as praias entre São Sebastião e Ubatuba (principalmente Caraguatatuba) já estavam completamente tomadas pelos rumos da urbanização e do turismo. Com o novo dinamismo que começou a se articular com a expansão do setor turístico, o litoral norte extrapolou seus limites regionais e se inseriu numa economia de mercado muito mais diversificada. Outros fatores como o advento da Petrobras, a instalação da

Companhia Nacional de Frigoríficos S/A (CONFRIO) em São Sebastião, a transformação de São Sebastião e Ubatuba em Terminais de Pesca, o melhoramento da malha viária e outros vieram se somar a nova dinâmica da região.

A construção da BR-101, que partiu da iniciativa do Governo Federal, colocou os últimos "redutos caçaras" (desde o Rio de Janeiro até o litoral paulista) definitivamente dentro das prioridades políticas e econômicas do país. Naquele momento, havia muitos interesses envolvidos na construção da rodovia, tais como o favorecimento das classes dominantes nos investimentos especulativos e o próprio momento histórico e político pelo qual o país atravessava. Foi no governo de Castelo Branco, em meados da década de 60 que ocorreu a aprovação do projeto da rodovia :

"O momento político nacional era bem peculiar por situar-se logo após a tomada de poder pelos militares (1964), momento no qual o Estado teve como prerrogativa o *desenvolvimento econômico acelerado* (...) Intensificou-se então a entrada de capital estrangeiro em todos os setores da economia, com todas facilidades permitidas pelo Governo (...) Assim como a Transamazônica e a Belém-Brasília, a Rio-Santos estava dentro do programa de *"Integração Nacional - Ocupação dos Espaços Vazios"* (LHOTE, C. 1982:19)

Com a inauguração da estrada estava associada a implementação do Projeto TURIS - que pretendia organizar o espaço litorâneo entre Rio-São Paulo nos mesmos moldes do litoral francês Languedoc-Roussillon. Esse projeto recebeu muitas críticas pois a "elitização" da utilização desse litoral não previu soluções para consequentes problemas como a alta valorização dos terrenos, o desmembramento de comunidades locais, os desmatamentos, o "inchaço" das pequenas vilas, entre outros.

"Por paradoxal que possa parecer à primeira vista esta afirmação, é o planejamento integrado de toda a área servida pela Rio-Santos, e não o desenvolvimento imediato de planos turísticos, que deve condicionar a ação do governo federal ao longo dessa rodovia. Sem essa medida básica, acabaremos certamente por contar com mais uma estrada de rodagem, mas não conseguiremos evitar o caos urbanístico, as deficiências no abastecimento de água e energia elétrica, a poluição resultante de esgotos drenados para o mar, a derrubada de florestas imprescindíveis para a preservação das paisagens. Teremos uma estrada turística, sem dúvida, mas de baixa categoria, servindo uma área que se deteriorará rapidamente, à medida em que nela se acentue a ação desordenada e gananciosa do homem. Teremos um favelamento balneário tipo Praia Grande, ou um aglomerado caótico semelhante ao Guarujá. Mas, jamais um 'misto de Languedoc-Roussillon e Côte D'Azur', como desejam nossas autoridades"

(*"O Estado de São Paulo"* 23/07/1972)

O projeto TURIS foi concluído em 1972 e dividia o litoral em três categorias : 1) privatização das praias (lotes particulares) 2) Hotéis e casas particulares e 3) Áreas de camping, reservando as melhores praias para os turistas da categoria 1. (LHOTE, C. 1982:81 e 82).

Apesar do Projeto ter sido abandonado, em vários trechos do litoral paulista e fluminense (nas áreas de influência da Rio-Santos) é possível perceber que muitas diretrizes foram seguidas - principalmente nos trechos onde ainda se encontravam áreas quase que intocadas pela ação humana e onde os recursos paisagísticos naturais eram abundantes.

O distrito de Maresias, contudo, ainda levaria uma década para ser definitivamente ocupado pela indústria do turismo. Só na década de oitenta - com a pavimentação da BR-101 no trecho entre Maresias-Bertioga e com a construção da Mogi-Bertioga, é que ocorreriam transformações profundas no espaço sócio-econômico da costa sul do município de São Sebastião.

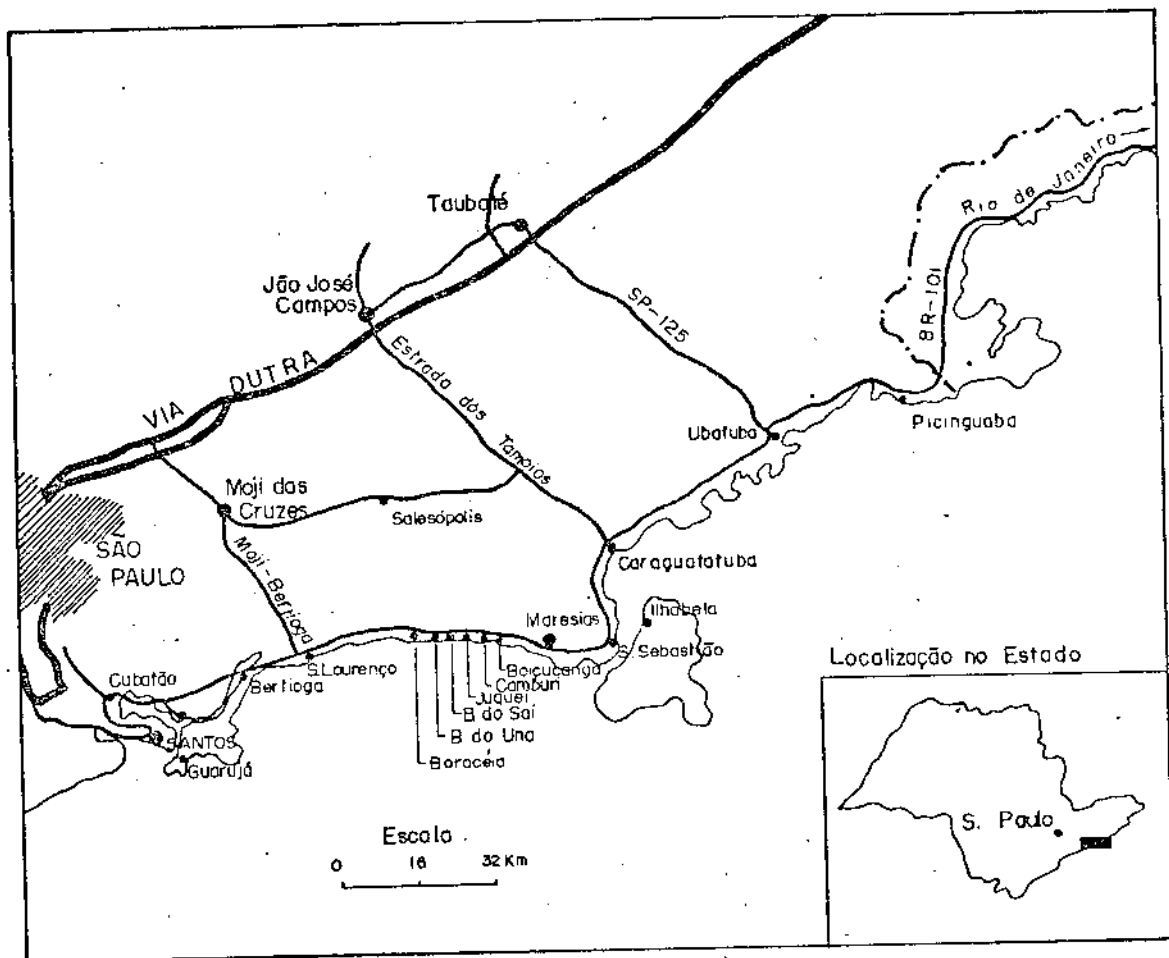


Figura 1 - Rede Viária Atual (Rodovias Principais).

POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O crescimento de São Paulo e do Rio tinham tornado este "eixo" Rio-São Paulo num recurso para exploração. Visando responder a necessidade de crescimento das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e a demanda de lazer das populações urbanas, esta área serviu como um recurso à expansão. Essa combinação de fatores associados ao setor turístico acabaria definitivamente com o isolamento do litoral norte paulista. Desta vez, não seria um produto monocultor para a exportação que integraria sua economia ao mercado mas o próprio espaço - enquanto recurso paisagístico - é que se transformaria no maior "produto" econômico da região. O quadro demográfico reflete e confirma este processo. Para SILVA (1975:98):

"A população atual do Litoral Norte do Estado de São Paulo é o resultado de um duplo movimento migratório ocorrido nos últimos vinte anos (1950-1970): de uma parte ocorreu um intenso processo de migrações do campo para as cidades, de outro ocorreu um intenso processo de migrações do Planalto para o Litoral e no interior deste".

Na verdade, este processo se acelerou ainda mais até a presente década com a intensificação da migração urbana-urbana, tanto de populações provenientes do planalto como entre as populações dos próprios municípios litorâneos. Entre 1940-1950 a população da Microrregião Costa Norte Paulista (que inclui quatro municípios: Ilhabela, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião) permaneceu praticamente estável, refletindo uma emigração para outras regiões. De 1950 a 1980 a população da Costa Norte foi quase quadruplicada, sendo a passagem da década de sessenta para setenta o marco desse período.

Em 1960 a população da costa norte (com exceção do município de São Sebastião) era predominantemente rural. Em 1970 essa região apresentou uma taxa de urbanização de 81,0%, semelhante a do Estado no

mesmo período (80,3%). Na década de oitenta essa tendência se afirmaria e a proporção de população urbana sobre a rural se apresentou maior que a do Estado (Figura 2). Entre os quatro municípios que compõe a costa norte São Sebastião pode ser considerado como o município que apresentou maior grau de urbanização durante quase todo período (de 1940 a 1980).

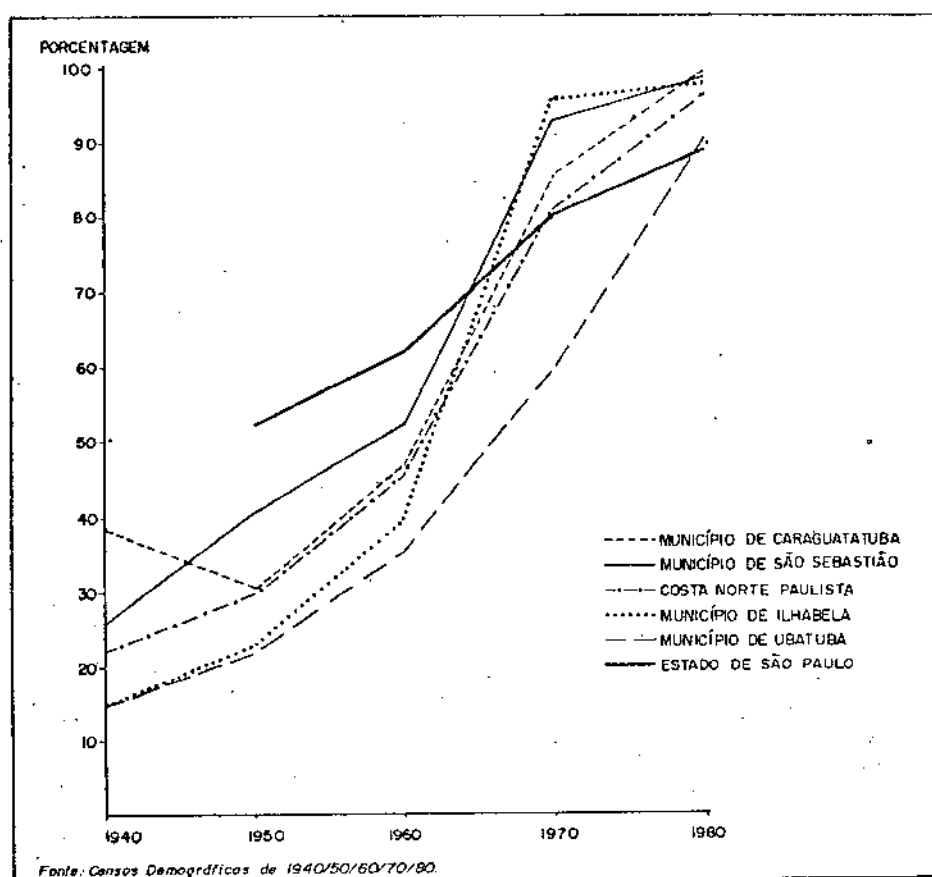


Figura 2 - Grau de Urbanização da Costa Norte Paulista e dos seus municípios (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980).

O crescimento da população do litoral norte foi um processo que se acentuou nas últimas décadas. Enquanto a população do Estado de São Paulo apresentou um índice de crescimento de 40,9%, no intervalo de 1970-1980, a população da costanorte paulista apresentou um crescimento da ordem de 32,8%. Em termos de incremento anual, para o mesmo período, a taxa foi : 3,49% para o Estado e, 4,69% para o município de São Sebastião.

De 1950 a 1980 o crescimento da população urbana no litoral paulista foi sempre mais acelerado que o da população total (Figura 3) e a região assistiu, ao mesmo tempo, a um crescente esvaziamento de sua

população rural (Figura 4). Estes dois processos são indicadores de uma urbanização acelerada na região.

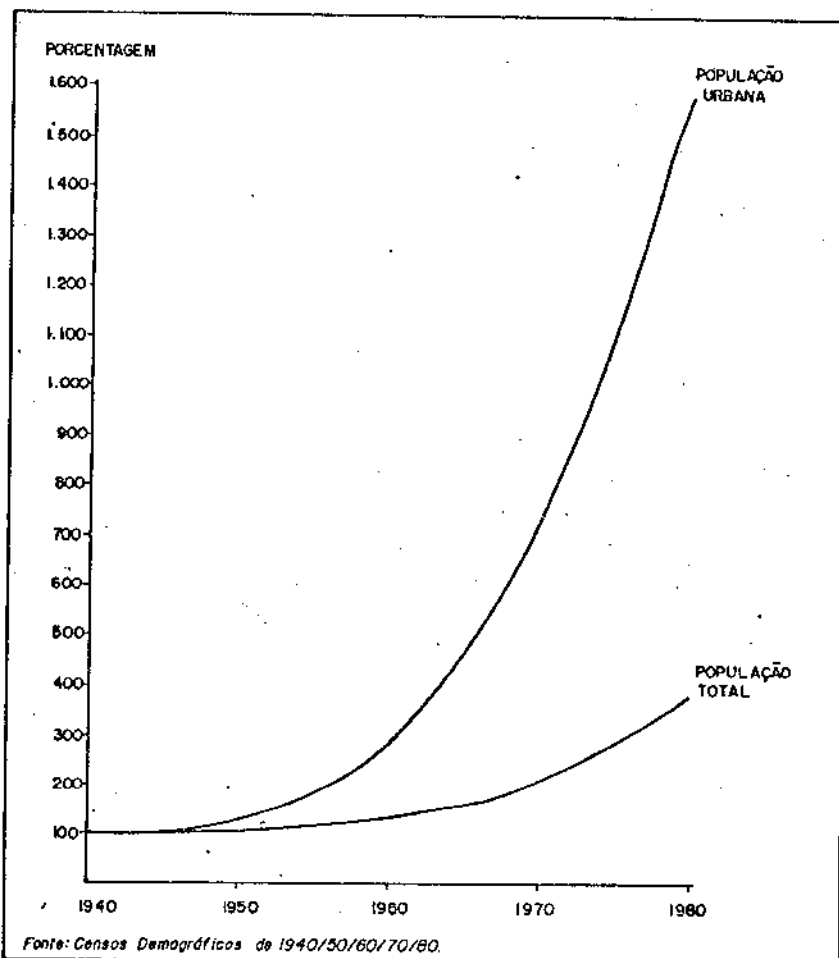


Figura 3 - Evolução das populações total e urbana da Micro-Região Homogênea Costa Norte Paulista.

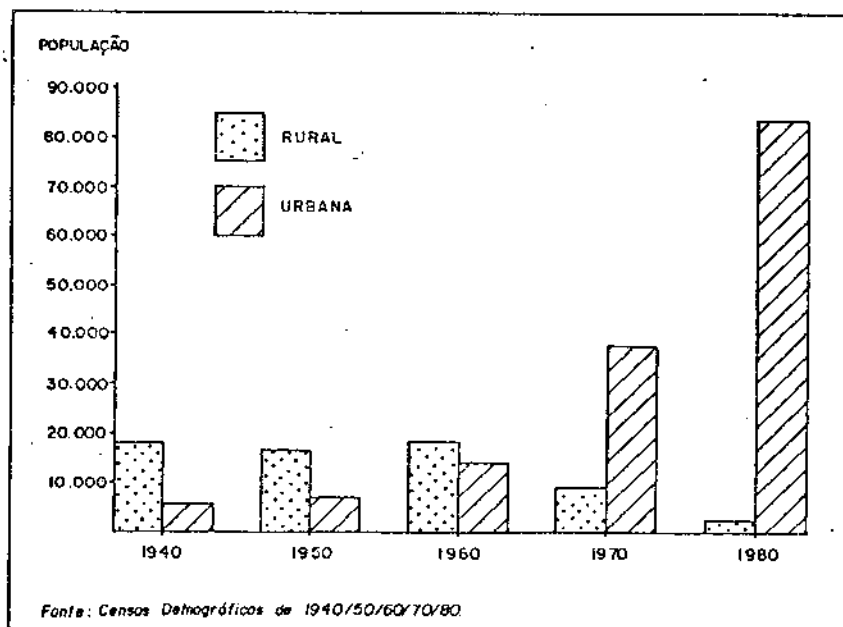


Figura 4 - População Urbana e Rural da Costa Norte Paulista.

O acelerado crescimento populacional e as altas taxas de urbanização se devem, em grande parte, ao incremento populacional gerado pelo acréscimo de migrantes na região. No período de 1970/80 a região duplica seu saldo migratório em relação à década anterior (SEADE, 1990). Em 1970 36,7% da população da Costa Norte Paulista eram imigrantes, enquanto no município de São Sebastião esta proporção já era de 46,9%. Em 1980 estas proporções aumentaram para 52,6% e 56,1% respectivamente. O número absoluto de imigrantes na Costa Norte Paulista, em 1980, é quase o mesmo da sua população total em 1970 (46.180 para 48.006). Esta imigração se deveu principalmente aos movimentos urbano-urbano e urbano-rural, sendo que este último refletiu o investimento - em terras - de capitais do planalto.

Para o município de São Sebastião essa imigração (segundo o tempo de residência no município) foi mais acentuada no final da década de sessenta e início da década de setenta, embora tenha se mantido sempre crescente.

Em 1970 todos os processos que já vinham se delineando nesta área (urbanização, migração, expansão do setor terciário, industrialização) se acentuaram de maneira expressiva, influenciando a dinâmica demográfica da região. A década de 1960-70 foi um período muito importante não só para a redefinição dos padrões demográficos como para a implantação de uma nova realidade sócio-econômica na região. Essa nova realidade foi resultado de um investimento crescente em imóveis (terrenos e edificações) e da expansão do setor terciário - incrementado pelo setor turístico. Para SILVA (1975) a urbanização foi consequência da alta rentabilidade do capital aplicado em imóveis a partir do final da década de sessenta.

"Parte desse capital originou-se no próprio local, ocorrendo o investimento de capitais comerciais ou poupança de autônomos na organização de loteamentos. Outra parte originou-se de capitais acumulados no Planalto, aplicados no Litoral para fins de renda ou como investimento para o lazer". (SILVA, A.C. da 1975:166)

A abertura da rodovia BR-101, nesse período, gerou uma expectativa de valorização da região com crescente especulação de imóveis. Segundo LHOTE (1982) em 1974, quando foi inaugurado um trecho da BR-101 (entre Ubatuba e Rio) apesar da "rota" ser considerada segredo de Estado, a maior parte das propriedades deste trecho já era de Carlos Lacerda, ex-governador do Rio de Janeiro. Da mesma forma, antes mesmo do asfaltamento da rodovia no litoral paulista, várias propriedades dessa região já estavam nas mãos de capitais monopolistas, construtoras, etc.

Todo esse processo descaracterizou os antigos bairros caçaras com a formação de balneários, condomínios fechados e loteamentos, redefinindo a população e as atividades sócio-econômicas. Os próprios sítios urbanos que pertencem à microrregião também apresentaram um intenso processo de expansão : o espaço urbano se multiplicou.

"São Sebastião e Ilhabela encontraram dificuldade para a expansão de seus núcleos urbanos e ela passou a ocorrer nas pequenas áreas planas de sedimentação marinha e fluvial recente, que se sucedem na Costa com suas praias separadas por promontórios ou pequenos maciços insulares, definindo um fenômeno de dispersão física". (SILVA, A.C. da 1975:72)

Essas pequenas praias eram os "bairros caçaras". O fato de neste trecho do litoral brasileiro a Escarpa da Serra do Mar encontrar várias vezes o mar dificulta a expansão dos sítios urbanos. A ocupação do espaço às vezes se restringe ao fato de que a distância média entre a Escarpa e a linha da Costa é, neste trecho, de apenas 8 a 9 Km. (FRANÇA, A. 1954:25). Estes limites estão sendo transpostos atualmente pela ocupação

de morros, vertentes e baixadas úmidas, mas se esta ocupação não for feita de forma planejada, poderá causar vários problemas ambientais.

Caraguatatuba e Ubatuba possuem sítios mais favoráveis à expansão urbana e aproveitaram este recurso para a expansão turística. Caraguatatuba aproveitou suas condições de entroncamento rodoviário e, segundo SILVA se tornou a "capital regional urbana" do litoral norte paulista:

"As atividades econômicas relacionadas ao turismo e à urbanização foram orientadas em direção ao aproveitamento das praias e dos recursos do mar. As atividades portuárias, turísticas e industriais são recentes e constituem uma forma de organização do espaço aparentemente incompatível: turismo e industrialização. Esta definiu-se com maior força em São Sebastião e Ubatuba (...)"

(SILVA, A.C. da 1975:73-74)

Nesse sentido, em 1975, SILVA denomina São Sebastião como a "capital econômica" da Costa Norte. Apesar disto, SILVA (1975:152) afirmava que o crescimento da economia micro-regional oferecia uma oferta de trabalho inferior ao crescimento da população, resultando num excedente populacional progressivamente crescente e desocupado, às custas da população economicamente ativa.

Quanto à população do município de São Sebastião, por exemplo, trata-se de uma população jovem, com 50% de pessoas com menos de 24 anos, com altas taxas de natalidade (T.B.N. para 1980, 38,96), altas taxas de mortalidade infantil (64,31%) e razão de dependência alta (0,724). Este perfil é característico de regiões atrasadas que ainda não estenderam seus serviços de saúde pública, saneamento básico, educação e outros, a toda população, indicando uma generalização da má qualidade de vida.

Segundo SILVA (1975:164) em 1970, predominava em todo litoral norte um grande número de jovens com baixo nível de instrução e com

padrão de vida relativamente baixo, ocupando apenas parcialmente o mercado de trabalho local, com muitos desocupados e subempregados, por razões econômicas e extra-econômicas. É possível que os fenômenos de marginalidade e altos índices de criminalidade (que só surgiram recentemente no litoral norte paulista) estejam associados à esta nova realidade sócio-econômica.

Alguns trabalhos sobre o Litoral Norte Paulista, com relação ao início do século, indicam que nesta região vivia uma população em estado de miséria, com problemas de má nutrição, alto índice de mortalidade e más condições de vida. Só o levantamento dos dados confirmaria esta hipótese. De qualquer forma, a rápida urbanização pela qual passou esta área nos últimos 30 anos, e o aquecimento de sua economia via setor turístico e alguma industrialização não estenderam os seus benefícios à população como um todo. Outros problemas foram gerados a partir desse dinamismo: a maior demanda populacional por serviços de saúde, educação, emprego, moradia, espaço, etc., exigem da economia e dos órgãos competentes uma maior elasticidade para lidar com a relação população X recursos.

Aos poucos, algumas situações podem melhorar mas em muitos casos os problemas são simplesmente substituídos por outros.

"Há uma nova miséria produzida pela expansão da economia de mercado e a subordinação das atividades econômicas locais à lógica desta" (HOGAN, D. 1991)

O SETOR TURISTICO

O litoral norte do Estado de São Paulo, então, está passando por um processo de reorganização espacial e sócio econômica, motivada pela chegada de populações provenientes principalmente de centros urbanos.

Este fluxo migratório que se acentuou de forma acelerada a partir do término da pavimentação da rodovia Rio-Santos (1978-1985), estimulou a especulação com a terra para fins turísticos. Esta especulação acompanhou a passagem da rodovia, que em alguns trechos (Boicucanga, por exemplo) divide as antigas vilas caiçaras ao meio. Essa expansão do setor turístico no litoral norte paulista deu-se de forma diferenciada do litoral sul.

"Dentro da abordagem histórica a atividade turística desenvolveu-se tendo como agentes principais as classes privilegiadas das sociedades industriais" (DUMAZEDIER, J. 1973)

A viagem era exclusiva para alguns poucos grupos capazes de praticar deslocamentos, tanto pelas condições sócio-econômicas, como pela existência do fator tempo para viajar, caracterizando-se por um "turismo aristocrático" que possuía ritmo sazonal ou de estação. (SUDELPA, 1980). Na década de cinquenta os frequentadores do litoral norte paulista não eram considerados turistas propriamente, mas "habitués". (SILVA, A.C.da 1975:87) Eram indivíduos de uma classe sócio-econômica privilegiada, motorizada que após várias horas de viagem chegavam nas pequenas praias e eram bem recebidos pelos praianos.

Atualmente outras classes sociais, de renda mais baixa, incorporaram a prática do turismo levando à criação dos chamados Turismo Popular, Turismo de Massa, Turismo Social, Turismo de Grupo, etc.

Na faixa da Baixada Santista a ocorrência do Turismo Social ou

de Massa foi mais representativa, enquanto que a Costa Norte Paulista, ainda hoje, absorve populações mais abastadas. Para LANGENBUCH (1971) o turismo paulista é essencialmente um turismo praiano e circun-metropolitano:

"Porém, em decorrência dessa predileção, a área que abrange esse local mais próximo acaba por apresentar densidade turística muito elevada, o que provoca : rarefação da disponibilidade de espaço para implantação de mais equipamento receptivo, elevação dos preços fundiários, saturação da área de permanência e do equipamento de entretenimento, promiscuidade social, destruição do cenário paisagístico natural, etc."

Num primeiro momento (década de 1950) esta densidade turística ocorreu no litoral santista com a proliferação de edifícios de apartamentos. O turismo do litoral norte, por ser mais distante da capital e, posteriormente, mais valorizado que o litoral de Santos, caracterizou-se pela construção de casas de veraneio e só recentemente, condomínios fechados, obedecendo uma demanda de classes mais abastadas.

Atualmente, todos os centros urbanos do litoral paulista são de atividade predominantemente turística, mas a organização desse turismo é sócio-economicamente heterogênea, diferenciando a qualidade e a organização do espaço. O trecho que compreenda a costa sul do município de São Sebastião - maior interesse do nosso estudo - é entrecortado por pequenas praias e costões, dando uma configuração ao relevo que propiciou a dispersão de pequenos povoados e a descentralização econômica e populacional. Eram vilas de pescadores que até a década de sessenta ainda não haviam entrado em contato direto com o grande fluxo turístico que já se dirigia para as cidades do litoral norte e sul.

Embora já existissem nestas vilas algumas casas de veraneio de proprietários de origem urbana, a especulação dessas terras - com a multiplicação dos loteamentos e condomínios - só foi acelerada no início da

década de oitenta com a pavimentação da rodovia. Este fluxo de turistas foi representado por populações de alta renda, que eram as únicas com recursos econômicos suficientes para conseguirem acesso a uma parcela dessas propriedades - altamente valorizadas - e seus benefícios.

"Marcando tendência cada vez mais presente, o epicentro desses negócios (especulação imobiliária) já não está mais nas areias elegantes do Guarujá. Há alguns anos as melhores novidades imobiliárias do litoral paulista estão nas praias tranquilas, limpas e bonitas ao longo da Rodovia Rio-Santos, no chamado litoral norte, especialmente no trecho que vai de Bertioga a Ubatuba (...). Segundo as contas do mercado imobiliário, a valorização de um apartamento na cidade de São Paulo bateu a inflação, no ano passado, em 30%. No litoral norte, ela foi ainda maior : andou perto de 40%." (VEJA, Rev. 21/06/89)

Embora o crescimento dessas vilas esteja assumindo formas diferenciadas, em todas há o predomínio da especulação com a terra e a especialização das atividades centrada no setor turístico.

"De 1985 para cá, a cada fim-de-semana, feriado ou temporada, aumenta o número de novos moradores, turistas, bares, pousadas, hotéis e restaurantes (...). As casas se alastram por todas as aldeias ao sul de São Sebastião e a especulação imobiliária já toma ares de cidade grande (...). A preservação ficou em segundo plano. Em primeiro plano ficaram os condomínios, como os da Baleia, Camburi e principalmente Camburizinho, que tem casas de até US\$ 300 mil."

(FOLHA DE SÃO PAULO, 08/02/90) *

"Ares de cidade grande" também têm os congestionamentos que se formam na temporada (principalmente no entroncamento MOGI-BERTIOGA - RIO-SANTOS), os acidentes causados pelo fato da rodovia ser a avenida central de algumas vilas, e a péssima conservação da pista. Dadas as condições morfoclimáticas e geomorfológicas da região as estradas apresentam constantes problemas de drenagem e grande intemperismo físico e químico dos solos.

"Se a visão pelos lados é bela, olhe mais em baixo. A pista é feia e perigosa. Sua má conservação desaconselha alta velocidade. Há curvas inesperadas e sem sinalização (. . .) Em seus 50 Km iniciais, a partir de Bertioga, a estrada apresenta buracos, má sinalização de pista (pintura desgastada no chão e falta de olho de gato) e acostamento estreito, algumas vezes seguido de precipício"

(QUATRO RODAS, Ano 30-352)

Também destoam na paisagem as construções com uma arquitetura de estilo afetado que não conseguem se integrar à serenidade do ambiente natural (FOTO 8).



Foto 8. Os conceitos urbanísticos de arquitetura são literalmente transferidos para este espaço, sem deixar nenhum sinal da paisagem primitiva

Na grande temporada de verão o município de São Sebastião recebe mais de 500 mil turistas. Falta tudo : água, luz, alimentação, bens de consumo, coleta de lixo e outros serviços básicos.

"Temos uma infra-estrutura de serviços para pouco mais de cem mil pessoas e uma população de 45 mil. Sem a ajuda do Estado e sem a criação de novos mecanismos para custear serviços não conseguiremos resolver esses problemas" (Entrevista dada à FOLHA DE SÃO PAULO em 08/02/90 pelo engenheiro Evandro Chagas, assessor de planejamento da prefeitura de São Sebastião)

A diversidade das condições econômicas, ecológicas e culturais não permite a generalização de análises dos núcleos urbanos já formados e diversificados do Estado de São Paulo e estes povoados que, embora tendo sua ocupação acelerada recentemente, possuem características específicas quanto à sua ocupação. Contudo, podemos evidenciar alguns pontos de correlação entre as consequências do crescimento desordenado dessas vilas e os problemas da urbanização sem planejamento. O mais relevante, por sua rápida disseminação no espaço e suas consequências sociais negativas, é a especulação imobiliária.

Para o caiçara a terra permaneceu, durante séculos, como terra de trabalho para a subsistência familiar e comunitária. Atualmente, esta relação com a terra está se inviabilizando. Capitalistas do Rio e São Paulo, pequenas construtoras e incorporações imobiliárias acompanhando a lógica do setor imobiliário compraram, a quinze, vinte anos atrás as melhores terras do litoral paulista a preços irrisórios. Alguns compraram terras no "sertão" onde só existia mata virgem, outros conseguiram concessões (6) da marinha para construir na praia ou compraram, dos caiçaras, terrenos próximos à praia. A ocupação efetiva, ou a revenda das terras só se deu no início da década de oitenta.

(6) Legislação incidente sobre terrenos de marinha - Em síntese, esta legislação define uma faixa de 33 metros da preamar como "faixa de marinha", pertencente à União, e faculta a esta dar, emprestar ou aforar essas faixas, sendo que compete ao município onde a faixa está localizada, regulamentar o seu uso. (SUDELPA, 1986)

Estes mecanismos financeiros, que funcionam através do circuito imobiliário urbano, geram uma estratificação sócio-econômica no espaço: "vão para mais longe os que podem pagar menos" (SEABRA, O. 1982). Assim, a segregação sócio-econômica é transferida para as representações espaciais: num primeiro momento os caçaras saíram da praia, dando lugar às residências e serviços de um turismo de elite, e foram se fixar no sertão; atualmente a ocupação do sertão por loteamentos está se generalizando.

A população que não possuía condições econômicas ou culturais de acompanhar o processo de crescimento das vilas foi submetida às condições de segregação ou mesmo expulsão. A população local perdeu a segurança social em face da estrutura social anterior e está perdendo o controle do espaço em que vivia.

Mas como foi dito anteriormente, apesar da urbanização do litoral norte paulista ser um processo semelhante a urbanização de áreas rurais que se deu na década de cinquenta, ela reserva algumas peculiaridades:

"Para a questão ambiental, faz uma diferença que o veículo da modernização é o turismo, e não a indústria petroquímica, por exemplo. Ao contrário da indústria e de outras atividades econômicas contemporâneas, o turismo, em princípio, depende da preservação das condições naturais. A procura da praia, do "verde", da tranquilidade, por parte das populações urbanas implica a necessidade da preservação desses elementos. Evidentemente, a urbanização da praia, com a transferência dos padrões de consumo urbano, não deixa a natureza intocada. Mas o incentivo à preservação nasce diretamente do caráter da economia local. Se tiver algum setor para o qual o desenvolvimento sustentável é questão de vida ou morte, esse setor é o turismo". (HOGAN, D.J. 1991)

Apesar de toda a agressão que a ocupação recente já provocou na sociedade local e no meio ambiente físico a ocupação ainda está em curso e ainda é possível reverter o quadro de degradação ambiental. O trabalho e as campanhas das Sociedades de Amigos de Bairro, dos grupos de defesa do meio ambiente e de preservação da cultura caiçara demonstram conscientização e sugerem otimismo.

"A melhor notícia que envolve os lançamentos imobiliários do litoral norte é que, cada vez mais, eles estão submetidos a códigos de construção bastante rígidos, que impedem a devastação do verde, a ocupação malfeita e o despejo de esgoto bruto no mar (...) Edifícios, aliás, são proibidos em quase todos os loteamentos ou condomínios implantados à beira-mar ao longo da rodovia Rio-Santos"

(VEJA, Rev. 21/06/89)

No que depender de algumas leis a região não corre o risco de se parecer com a Baixada Santista e o Guarujá. A própria lei orgânica do município - que está sendo implementada - traz diversas restrições que buscam sanar a degradação ambiental na área que já é tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado) mas que ainda sofre agressões.

O turismo representa a única "indústria" com capacidade para dinamizar a economia do litoral norte; resta que a sua implantação respeite regras, normas de planejamento baseadas na preservação do meio ambiente e no incentivo à sobrevivência das populações nativas. Um planejamento a longo prazo - sem a lógica imediatista de lucros do setor imobiliário - traria chances de sobrevivência não só ao meio ambiente e às populações caiçaras, mas ao próprio setor turístico.

CAPÍTULO IV

A APROPRIAÇÃO ATUAL DO AMBIENTE LITORÂNEO

DISTRITO DE MARESIAS

A interação existente entre homem e meio ambiente foi alterada pela implantação do turismo, implicando no estabelecimento de novas bases para esta relação. Nesse momento é importante a reflexão sobre as consequências do uso indiscriminado do meio ambiente físico no litoral norte paulista. O levantamento de alguns dos principais problemas sócio-ambientais que estão tendo lugar no litoral norte podem nortear a reflexão sobre a racionalidade embutida nesta postura utilitarista da natureza.

Atualmente, no litoral norte, o desafio à natureza é constante. Há um verdadeiro duelo entre a ocupação imobiliária e os limites físico-naturais do meio ambiente. Os desmatamentos para a implantação de loteamentos sem uma devida análise dos solos têm causado a lixiviação dos mesmos, destruindo um recurso que se não é escasso é pelo menos limitado nessas pequenas planícies entrecortadas pela Serra do Mar.

"O desenfreado e descuidado processo de implantação de loteamentos em áreas geologicamente sensíveis e instáveis do litoral paulista vem produzindo uma série de problemas ao meio físico e social da região, cujas consequências chegam a ameaçar a própria existência desses empreendimentos, tendendo sistematicamente a consumir vultosos recursos públicos, especialmente por parte das prefeituras, na tentativa de solucioná-los ou contê-los".

(SUDELPA, 1985)

A multiplicação dos loteamentos somada a falta de uma rede de saneamento adequada geraram por um lado, uma maior demanda de água e, por outro, a deterioração da qualidade da mesma. Esgotos são lançados diretamente nos cursos d'água ou através de infiltrações causando mau

cheiro, doenças, além de prejudicar a flora e a fauna fluviais.

Os aterros, além dos prejuízos à área de empréstimo, muitas vezes aceleram o assoreamento dos cursos d'água ao invadirem a faixa de proteção da marinha. Muitas construções são instaladas em áreas inadequadas - na areia da praia (FOTO 9), nas margens dos rios, em planícies inundáveis ou em declividades elevadas (7), resultando em uma série de problemas ao meio físico e à população. Passando pela Rio-Santos é possível ver que a desfiguração da paisagem litorânea anda em processo acelerado: há uma intensa atividade de terraplanagem, aterros, corte de morros, deslizamentos, desmatamentos, exposição de solos susceptíveis à erosão, empoçamento de ruas e lotes, sulcos profundos em ruas, lotes e taludes.

FOTO 9 - Condomínio Masters do Camburizinho



(7) "Quando da ocupação do solo para fins de loteamento, a declividade pode ser o elemento básico para a primeira avaliação geral. Nas médias e altas declividades (terrenos situados em encostas com declive acima de 15%) não se recomenda a ocupação acima de 30%, e quando feita devem ser tomados cuidados especiais. Acima de 45% são grandes as restrições ao parcelamento, especialmente quando utilizado em casos excepcionais e extremos de carência habitacional. Acima de 60% deve ser proibida qualquer ocupação." (SUDELPA, 1985)

Essa agressão visual e paisagística é mais que uma questão estética: é o resultado da má adaptação dos projetos econômicos ao meio físico. Os empreendimentos imobiliários estão invadindo os limites da capacidade de suporte do meio ambiente, demonstrando total ausência de bom senso e respeito em relação à natureza e às necessidades futuras do homem.

"Além dos problemas de salubridade, conforto e segurança, deve-se respeitar idéias de ocupação que se adaptam ao meio ambiente como um todo, pois dependendo dos recursos (financeiros) se viabiliza quase qualquer ocupação, embora possa ser conflitante com o meio" (SUDELPA, 1985)

É cada vez maior a demanda populacional por essa área paisagística. Por outro lado, o setor turístico é o responsável pelas principais fontes poluidoras do litoral norte paulista: condomínios, loteamentos, hotéis, restaurantes, fábrica de blocos, serrarias, serralherias, marcenarias, marmonarias, extrações de areia, além das indústrias de pescado e do Terminal da Petrobras que constantemente tem comprometido o equilíbrio ecológico da região com diversos derramamentos de óleo (só no primeiro semestre de 1991 foram noticiados em torno de 10 derramamentos) que prejudicam a fauna marinha e as atividades econômicas à ela relacionadas (pesca, restaurantes, hotéis, e toda estrutura turística).

As transformações sócio-ambientais no litoral norte paulista estão num curso acelerado. Por trás das alterações da morfologia da paisagem e da degradação do meio ambiente atuam os interesses econômicos imediatistas. Estes interesses tendem a se acelerar ainda mais; afinal o litoral norte está no eixo Rio-São Paulo e tenderá a sofrer pressões cada vez maiores de turistas e grupos empresariais.

Antes que o litoral norte se deteriore às custas destes

empreendimentos é necessário se pensar em formas de ocupação mais adequadas. Essa adequação deve partir de um conhecimento minucioso do ambiente físico e das populações que dele dependem. A demanda populacional atual não se adequa à mentalidade caçara tradicional mas, certamente, também não é favorável à exploração econômica abusiva que está tendo lugar no litoral norte do Estado.

UNIDADES AMBIENTAIS: CARACTERIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DAS PLANÍCIES E ENCOSTAS DA SERRA DO MAR

Para melhor compreender os problemas ambientais advindos de uma ocupação mal planejada de um determinado território é preciso conhecer os elementos naturais que condicionam o seu meio físico, assim como os possíveis processos de interação nesse meio. Neste caso, onde a área analisada compõe-se de uma região litorânea, que comumente são considerados ambientes sensíveis à intervenção humana por serem naturalmente instáveis e propensos a mudanças, este conhecimento se torna fundamental.

Segundo FRANÇA (1954:25) o litoral norte paulista tem todos os característicos de um relevo jovem, distinguindo-o dos demais litorais da costa brasileira. É um ambiente com predomínio de montanhas, florestas, com clima quente, úmido de ritmo tropical.

O relevo é constituído por escarpas modeladas em rochas do complexo cristalino, onde a escarpa da Serra do Mar define a linha costeira. Há na paisagem uma alternância entre o cristalino (granitos e gnaisses) de evolução geomorfológica ligada ao tectonismo Terciário, e as planícies sedimentares relativamente pequenas resultantes de inúmeras variações glácio-eustáticos do nível do mar, do período Quaternário. Essas pequenas planícies originaram inúmeras praias separadas por promontórios, costeiras ou relevos residuais isolados. (AB'SABER, A.N. 1955, IBGE, 1977 e FRANÇA, A. 1955)

A área em estudo faz parte de uma unidade morfológica específica dentro do litoral norte paulista. É uma área mais montanhosa e com planícies menos extensas que a costa que se estende da Ponta do Una (praia de Barra do Una) em direção à Bertioga e Santos. Caracteriza-se por pequenas praias com topografia bastante acidentada. É uma área costeira que possui características de um litoral afogado, com raras planícies mais desenvolvidas. (FRANÇA, A. 1954)

Nessa costa a escarpa da Serra do Mar ora invade o litoral, ora se afasta permitindo a formação de pequenas planícies. Essas baixadas são áreas de deposição onde a drenagem divagante segue à mercê dos depósitos.

A rede de drenagem no litoral norte é caracterizada por rios com pequenos cursos de padrão anastomosado e meandantes nas planícies de baixo gradiente, e vales abruptos com quedas d'água de regime torrencial na estação chuvosa. (SILVA, A.C. da, 1975)

"O regime climático da região é nitidamente tropical e dominado permanentemente pela massa de ar tropical-atlântica, com interferências, ainda marítimas, da circulação polar-atlântica e, em menor escala, das influências continentais. Estas últimas se manifestam pelo vento quente e seco de NW que, principalmente nos meses de inverno, costuma soprar com violência durante certos períodos, descendo, como as torrentes, as escarpas do rebordo do planalto, precipitando sobre as praias e agitando a superfície do mar. Mas as direções predominantes dos ventos são as de sul e sudeste, o que expõe as encostas voltadas para o mar às descargas provenientes da atmosfera úmida do Atlântico brasileiro, tornando a região uma das mais chuvosas do país (...)"

(FRANÇA, A. 1954:44)

Este predomínio dos ventos úmidos de sul e sudeste acentuam a umidade generalizada do litoral norte paulista, que apresenta índices pluviométricos anuais em torno de 1.500 a 3.000 mm (SUDELPA,

1985). Os índices de precipitação mensal indicam um período mais chuvoso de outubro a março e um menos chuvoso entre maio e agosto, mas não mostram um período que possa ser classificado como seco. O clima predominante nas baixadas ou nas encostas é o tropical-úmido.

A cobertura vegetal atual difere bastante da cobertura primitiva:

"Essa floresta bastante documentada pelos antigos viajantes, foi intensamente devastada desde a época do descobrimento, tratando-se, hoje, de uma vegetação bem degradada (...). Foram quatro séculos de degradação constante que converteram quase que totalmente sua área em zonas de cultivos, de pastos e capoeiras" (IBGE, 1977)

Mesmo assim, é na Serra do Mar que se encontra o maior reduto da floresta primitiva do Estado de São Paulo.

Nas baixadas do litoral predominam os agrupamentos de vegetação dos tipos jundu (restinga) e de manguezais. Na Serra o domínio é da floresta latifoliada tropical úmida de encosta.

A Mata Atlântica tem sua área de ocorrência ligada ao relevo, à pluviosidade e à umidade. Sua floresta exuberante e heterogênea, de caráter tipicamente tropical, apresenta um grande número de lianas, epífitas, fetos arborescentes, palmeiras e o desenvolvimento de musgos que revestem os troncos das árvores. (IBGE, 1977) Essa floresta foi quase toda impregnada pela ação do homem: no baixo vale dos rios e ribeirões, nas capoeiras, pastagens naturais ou nas matas secundárias é possível perceber a ação do homem.

Na área em estudo os mangues se limitam à foz de alguns rios

e em algumas planícies.

"A sua ocorrência está relacionada aos solos pantanosos, oriundos de deposição de sedimentos finos nos fundos de baías e nos estuários, sujeitos à influência das águas salobras. Os manguezais tem um importante papel na deposição de sedimentos, que tendem a aumentar e a retificar a zona litorânea (...) aumentando a deposição de sedimentos nas margens e embocaduras dos cursos d'água". (IBGE, 1977)

No litoral norte paulista os mangues se encontram seriamente ameaçados pela ação da especulação imobiliária e pelos constantes derramamentos de óleo do Terminal da Petrobras. Os promotores de justiça que atuam nas Curadorias de Meio Ambiente em São Sebastião encontram-se num dilema: de um lado existem mais de 20 inquéritos parados sobre derramamento de óleo, de outro, há uma dificuldade em se avaliar "quanto vale um mangue" e quais as proporções dos danos ambientais.

"A dificuldade maior é que inexistem pesquisas sobre o meio ambiente da região do Canal de São Sebastião. Não existe um diagnóstico ambiental dos sistemas locais, nem anterior nem posterior aos acidentes com óleo. Não se sabe que comunidades biológicas habitam esta região, nem se conhece a dinâmica destas comunidades em estudos e monitoramentos realizados ao longo dos anos, em situações diversas de época, locais, condições de mar, etc."

(IMPrensa LIVRE, 21/04/90)

Segundo relatório da SUDELPA de 1985:

"Os mangues são criadouros naturais de várias espécies da fauna, filtro natural do material em suspensão vindo do continente, pela sua floculação, e retentor de ondas de cheias. Sua vegetação é de destruição proibida pelo Código Florestal, além de que o seu aterro frequentemente causa degradação da área de empréstimo. Tudo isso significa a proibição de sua ocupação."

Mas a expansão recente das vilas do distrito de Maresias tem alterado os seus ecossistemas naturais e afetado vários de seus

elementos: fauna, flora, água, solos, morfologia e oceano.

O homem interfere em alguns dos elementos desses ecossistemas e gera uma série de alterações encadeantes, que interferem no equilíbrio dos ecossistemas. Não há como afetar um dos elementos do meio natural sem alterar todo o sistema no qual ele está inserido. Por isto e por outros fatores a ocupação e o uso do solo não podem anteceder ao estudo prévio e minucioso da área e ao planejamento territorial.

O litoral norte do Estado de São Paulo, pela própria dinâmica da região, sofre alterações ambientais naturais (movimentos de massa como escorregamentos e rastejo, ação das marés, etc.) que modificam a morfologia da paisagem. Estas alterações são somadas àquelas causadas pela ação do homem (corte de morros, desmatamentos, aterros, entre outras.). Até a década de setenta, embora a presença do homem já fosse expressiva, predominavam na região as modificações ambientais naturais. Com a construção do Terminal da Petrobras, a pavimentação da BR-101 e a expansão do setor turístico as alterações ambientais induzidas pelo homem passaram a predominar e a impulsionar uma série de desequilíbrios na região: poluição dos rios e do oceano, desmantelamento da paisagem e ocupação das encostas por loteamentos.

Hoje pode se dizer que, na maioria das planícies e parte das encostas, há um predomínio da ação do homem em relação à paisagem primitiva. Esses fatores geraram desequilíbrios no ambiente físico e consequentemente nas atividades econômicas tradicionais que dependiam destes recursos.

Os primeiros recursos a serem agredidos são a mata e a água (rios e oceano). A mata vai cedendo lugar às construções e seus recursos são, em muitos casos, impunemente destruídos (FOTOS 10 e 11).

"A mata atlântica que cobria toda a região só faz regredir e apresentar hoje inúmeras manchas de desmatamentos, provocados principalmente pela construção de estradas, ferrovias e oleodutos, exploração florestal e mineral, ocupação imobiliária e poluição ambiental. Juntam-se fatores de ordem social, como a favelização das encostas, e se terá a dimensão de um drama ecológico"

(FOLHA DE SÃO PAULO, 22/08/91)

A destruição da mata vai esgotando os recursos dos caçaras artesões e canoeiros. O artesanato é produzido principalmente a partir da caxeta, que tem a sua ocorrência em áreas úmidas. Atualmente, com a proibição de retirada da mata da serra do mar e com a falta de uma reserva extrativista para manutenção de atividades tradicionais, estes artesões e canoeiros (Fotos 12 e 13) são obrigados a agirem clandestinamente ou a aproveitarem as sobras de derrubadas autorizadas para aterros e construção de condomínios. Eles se sentem humilhados pois sabem que esta extração nunca foi responsável pela devastação da mata:

"Fazer canoas é um trabalho dificultoso. Não depredamos a mata de forma alguma. Quando eu viajo aqui para São Sebastião, eu vejo diversas casas construídas na mata, na floresta em Guaecá e aí vejo o trabalho insano do homem depredando a mata para construir. É o preço do progresso. Nós pelo contrário, quando jogamos alguns cavacos (restos de madeira) ali se torna uma terra adubada, qualquer coisa que se plantar ali sai e até as outras árvores que vão nascendo ali saem com vigor" (Depoimento de Josias, canoeiro de Toque-Toque, apresentado no I Congresso Caçara em 21/04/90).

Os artesões de São Sebastião criaram, em 1987, uma Associação mas ainda esbarram em muitas dificuldades, sendo que a principal delas é a obtenção de matéria-prima. A maior reivindicação que a Associação faz às autoridades é a desapropriação de áreas com reservas extrativistas para que os caçaras possam continuar este trabalho. Assim como várias áreas já foram desapropriadas para fins urbanos (construções residenciais,

Foto 10. Os loteamentos começam a invadir a Serra sem nenhuma infraestrutura (Bairro de Maresias - setembro/1988)



Foto 11. O crescimento populacional impulsiona a expansão dos sítios urbanos que invadem os "sertões" do litoral (Boiçucanga - Fev./1990)



Foto 12 . Sr. Dodô, artesão do bairro de Camburi (julho/1990)



Foto 13 . Sr. Agenor, canoeiro do bairro de Boiçucanga (julho/1990)



praças, estradas, etc.) os artesões reivindicam o direito de acesso aos recursos que mantêm o seu trabalho e sua cultura.

O projeto cultural "São Sebastião Tem Alma", que tem o apoio da prefeitura de São Sebastião, iniciou um trabalho nas escolas públicas visando reavivar as atividades tradicionais e a própria cultura caiçara. Este trabalho consiste na criação de uma Escola de Artesanato (e de pesca) onde os próprios caiçaras possam ensinar as técnicas de suas atividades (artesanato, pesca e outras), promovendo o interesse dos mais jovens e chamando a atenção das autoridades competentes.

Os rios são outra vítima da ocupação acelerada do litoral norte. Eles estão sendo degradados de várias formas: as matas ciliares estão sendo destruídas, esgotos são lançados in natura nas valas, córregos ou diretamente nos rios e a areia e as rochas são utilizadas para construção civil. A imprensa local tem denunciado constantemente estas irregularidades.

Folha do Litoral Norte - 2 quinz./out./1990

PESCADOR DE BARRA- DO UNA DENUNCIA: DRAGA DE AREIA MATA OS PEIXES DO RIO UNA:

SÃO SEBASTIÃO — Os robalos, parati, traíras, bagres e carás, que

povoam o Rio Una e seus afluentes, podem acabar. O medo é dos caiçaras que vivem na Praia da Barra do Una, a 40 quilômetros ao sul do centro urbano de São Sebastião. No Litoral Norte paulista, desde que as dragas que trabalham para a construção civil iniciaram o trabalho de retirada de areia "os peixes diminuíram muito", afirma o pescador artesanal Edivaldo Bráulio Gomes, de 35 anos, nascido e criado na Barra do Una. "É aqui o lugar onde os peixes fazem a desova, e como o rio só tem largura e a profundidade por causa da areia que cai do barranco, eles não têm como sobreviver." No Rio Una e no Rio Cubatão, seu principal afluente, estão instalados quatro equipamentos com dragas para retirada de areia. Conforme a Polícia Florestal instalada na Praia da Juquel, responsável pela fiscalização da costa sul do município de São Sebastião, somente o empresário Pedro Vicente está autorizado a retirar areia do Rio Cubatão. É exatamente na retirada de areia que se observa a maior devastação das margens e mata ciliar nos rios da região. Afirmando não ter ideia de quantos metros cúbicos de areia são

retiradas por dia do Rio Cubatão, Pedro Vicente diz que tem autorização do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais e que não está "destruindo o Rio". Porém em volta das retiradas de areia onde as pás-carregadeiras recolhem o material diretamente do leito do Rio para encher as caçambas dos caminhões e as dragas sugam a areia, as margens dos rios desmoronaram e a mata desapareceu. Alguns locais podem ser atravessados a pé.

A oceanógrafa Berenice Gallo, que acompanha o trabalho de macrozonamento do Litoral Norte paulista para a SOS Mata Atlântica, considera um crime ecológico o que está acontecendo no Rio Una e seus afluentes. "A retirada de areia deveria ser feita em cavas nos locais ao longo da estrada, já anteriormente devastados. Estes são rios de primeira linha, ecologicamente conservados. A retirada de areia destrói a mata ciliar, aumenta o material em suspensão de água, diminui a fotossíntese, ocasionando problemas com a comunidade bentônica, que vive no fundo da água". Berenice não se limita a denunciar a retirada de areia deste rio mas, também, as construções como a da Hobby Holiday, com 74 apartamentos, cujo local de instalação não deixou resquício de mata ciliar e cuja destinação de esgoto é sempre uma dúvida. "Não temos condições para acompanhar tudo o que acontece em nossa região. Paulo Vicente não deve estar observando a autorização concedida para a retirada de areia" disse o caboclo Fiorentino, da Polícia Florestal de Juquel.

A princípio os mais prejudicados são os caíçaras que dependem destes recursos mas, a longo prazo, todo o setor turístico da região estará comprometido.

Outro recurso que vem sendo agredido é o oceano. Apesar da qualidade das praias da Costa Sul de São Sebastião ser considerada excelente para banhistas (segundo a CETESB), os recursos do mar já não são os mesmos de poucas décadas atrás. Os pescadores artesanais reclamam que já não há mais peixe como antigamente. As histórias sobre os cardumes de tainha começam a fazer parte de um folkllore e mesmo os outros peixes estão nas mãos da pesca industrial.

IMPRENSA LIVRE - Litoral Norte, 13/10/1990

Os pescadores do Litoral Norte querem a implantação de um balizamento em dois locais da nossa costa - entre a Ilha do Toque Toque Grande e Boracéia (incluindo as ilhas Galois, Couves e As Ilhas) e na Enseada de Caraguatatuba, através de bóias colocadas a 1,5 milha da costa, visando proibir a pesca de arrastão, proteger os criadouros naturais e as redes de pesca artesanal.

Este balizamento seria feito com pilas de cimento colocadas no fundo do mar, onde é presa uma corrente que segura a bóia flutuante demarcatória. Esta é a ideia dos pescadores para evitar a "situação dramática provocada pelos barcos de arrastão que não respeitam estes paróís", segundo Pedro do Rosário, presidente da Colônia de Pescadores de São Sebastião.

A proposta, feita há mais de 6 meses, é parte das conclusões do 1º Congresso Caíçara e, como tal, foi enviada a todas as autoridades do setor sem que nenhuma providência fosse tomada.

A irritação dos pescadores é maior ainda pelo fato de que, também na Polícia Florestal a situação continua inalterada: a fiscalização é exercida apenas em terra - atingindo principalmente os pescadores artesanais - porque a corporação não dispõe de barcos para fiscalizar os pesqueiros no mar.

O balizamento foi novamente discutido esta semana, em reunião realizada pelo projeto cultural "São Sebastião Tem Alma", com a partici-

Pescadores querem proteção aos criadouros



pação de aproximadamente 20 pescadores, que decidiram enviar outro documento às autoridades envolvidas com a questão: Prefeitura, Câmara, Marinha, IBAMA, Florestal e Governo do Estado.

Apesar da ausência de representantes do IBAMA e da Florestal, a reunião contou com a presença do Capitão Wilson Ribeiro, da Delegacia da Capitania dos Portos de São Sebastião, que explicou já existir uma legislação específica sobre balizamentos (portomarinst 31-01-A).

"O IBAMA teria que elaborar o projeto", afirmou Ribeiro, "e submetê-lo a apreciação da Marinha, que irá analisar seus aspectos navais, especialmente no que diz respeito à segurança da navegação. Feito isto, o balizamento seria amplamente divulgado para que

fosse incluído nas cartas náuticas".

O Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura de São Sebastião, José Magalhães Jr., prometeu discutir com o Prefeito Paulo Julião a possibilidade da Prefeitura

financiar o projeto. Também participaram da reunião o presidente da Câmara de São Sebastião, Vereador Luis Leite Santana (PSDB), e Roberto de Assumpção, representando a Casa da Agricultura de Caraguá.

Enquanto este balizamento não se transforma em lei o "arrasto" feito pelas "parelhas" (8), que é efetuado pela pesca industrial ao longo da costa, se apropria da maior parte do estoque pesqueiro dessa região, pouco restando para o pescador artesanal que captura o peixe a pequena distância da costa.

A própria poluição das praias causada pelo crescente número de turistas, pranchas, lanchas e lixo espanta os cardumes. Os pescadores artesanais são os maiores prejudicados.

Outra questão problemática no litoral norte se refere ao lixo. Com uma população que cresce a cada dia que passa cresce também a produção de lixo, mas o que fazer com ele é um problema que ainda não foi resolvido.

IMPrensa LIVRE - Litoral Norte (14/04/1990)

Lixo: Problema sem solução?

Nunca é demais repetir o que os técnicos da CETESB já se cansaram de falar em relação a São Sebastião: o município não dispõe de áreas adequadas para a instalação de aterros sanitários.

O problema é grave em qualquer cidade, muito mais aqui em São Sebastião. Por causa disto, o município usava o lixão de Caraguá para depositar parte do seu lixo urbano, agravando a situação deplorável já existente em Caraguá - e este foi um dos motivos que levaram à cassação do Prefeito José Bourateby. O lixão da Praia da Baleia, o único do município, destinava-se inicialmente apenas ao lixo recolhido na Costa Sul, mas com a proibição de depositar lixo em Caraguá, agora a Baleia está recebendo todo o lixo do município.

Além do custo elevado que o transporte até a Baleia representa, ainda existe um processo movido pela SABALEIA - Sociedade de Amigos da Praia da Baleia contra a Prefeitura, por irregularidades constatadas pela CETESB neste lixão. Segundo representantes da SABALEIA, além de danos à saúde pública, este lixão ameaça contaminar mananciais e o próprio lençol freático.

De qualquer forma, dias atrás o prefeito Paulo Julião dizia que a Ba-

leia é uma solução emergencial, que aguentaria apenas alguns poucos meses, e que a CETESB já tinha sido acionada para ajudar a encontrar outra área na Costa Norte. Falou-se que uma área no barro do Jaraguá já estava sendo analisada pela CETESB. A notícia não foi confirmada.

Outra esperança que o Prefeito alimentava, era com a implantação de uma usina de compostagem de lixo em Caraguá, para atender aos quatro municípios do Litoral Norte. Destinado a enfrentar a resistência dos ambientalistas, orçado em 1 milhão de dólares, este projeto já não representa sequer uma solução a médio prazo: na semana passada os 4 prefeitos da região ouviram do Secretário de Meio Ambiente que não há dinheiro.

E qual a saída para esta situação? Uma delas poderia ser a coleta seletiva, experiência que há 1 ano vem sendo desenvolvida com sucesso. Um trabalho que está motivando as pessoas, conscientizando a comunidade, e conquistando adesões em bairros onde a coleta seletiva ainda sequer foi implantada. No entanto, a ampliação do projeto, esperada há meses, não acontece e o projeto dá a impressão de estar sendo deixado de lado pela Prefeitura.

Recte saber de onde poderá vir a solução, senão da própria comunidade, da conscientização de que lixo e esgoto é um problema de cada um de nós, de cada cidadão que produz lixo e esgoto. Esta solução certamente não virá do Governo do Estado, Prefeitura, Sabesp, Cetesb, etc.. A realidade aí está para comprovar.

Lixão

Perigo também no lixão da praia da Baleia. Continua o risco de contaminação das áreas alagadiças e beira do Rio-Santos, na altura do Rio Sahy, principalmente porque a Prefeitura de São Sebastião usa a área também para o depósito de lixo hospitalar. Ou seja, tudo como antes, no quartel de Abrantes. Apesar da ação judicial movida pela SABALEIA...

000

(8) Este tipo de "arrasto" é efetuado por dois barcos (traineiras) onde cada um, ao mesmo tempo, arrasta uma ponta da rede, resultando num grande número de pescado.

Assim como estes, outros problemas que não foram citados se associam à ocupação acelerada da última década. As condições morfoclimáticas e geomorfológicas da região são um desafio constante à organização do espaço local. A pressão crescente da população e dos investimentos econômicos aceleram uma ocupação sem respeito às normas de planejamento.

Uma das causas do desdobramento deste processo foi a introdução, na região, de uma nova racionalidade na utilização dos recursos naturais. A racionalidade dos empreendimentos capitalistas que para lá se dirigiram se contrapõe à racionalidade inerente ao modo de vida caiçara. O conhecimento adquirido pelos caiçaras, através da experiência, no trato com o meio ambiente físico está sendo totalmente desvalorizado.

DIEGUES cita Jansem e Godelier para avaliar a relação com o meio ambiente entre grupos sociais diferentes:

"Existem muitos exemplos de manejos desastrosos dos agrossistemas tropicais existindo lado a lado com outros extremamente bem sucedidos mas realizados dentro de sistemas sociais diferentes. Isso sugere ser a organização social mais que as técnicas o fator responsável pela devastação dos ecossistemas tropicais".

(JANSEN, 1973 Apud DIEGUES, A. 1983)

Nesse sentido, como afirma Godelier:

"é o rationale de uma dada forma de organização social o elemento chave na explicação de porque certas sociedades atingem formas de exploração dos recursos naturais renováveis que lhe permitem se reproduzir sem destruir irremediavelmente o meio ambiente enquanto que outras desenvolvem processos produtivos altamente predatórios e comprometedores das forças produtivas"

(GODELIER, 1973 Apud DIEGUES, 1983)

Cada forma de organização social apresenta uma racionalidade própria, ou seja, um conjunto de regras sociais, padrões culturais e relações de produção no manejo da natureza.

Existia anteriormente um ajuste ecológico entre a prática da cultura caiçara e a preservação da natureza. Os dados da natureza norteavam sua visão de mundo e sua maneira de pensar e classificar o universo cultural. Atualmente, com a racionalidade capitalista permeando todas as relações (homem X homem, homem X natureza), as determinações econômicas ganham prioridade na ordenação das normas de apropriação da natureza.

Vimos que o caiçara-lavrador-pescador tinha como regra para a sua sobrevivência a utilização cuidadosa dos recursos (da terra e do mar) de acordo com os ciclos naturais. À medida que os recursos naturais (o peixe, a terra, a mata) se transformaram em mercadoria, a percepção dos recursos também se modificou. A pesca se tornou predatória, a terra propriedade privada e a mata reserva ecológica, que protege a mata mas não o homem que dela faz parte.

Rompeu-se a racionalidade anterior e a produção cultural pré-existente cedeu lugar a uma nova forma de organização social. Aqui retornamos à idéia da necessidade em pensar a questão ambiental dentro de uma ótica de processos sociais, incorporando a análise da organização dos grupos sociais na transformação de ambos: meio ambiente e sociedade.

A expansão do turismo nesta região trouxe uma enorme contradição em relação aos recursos naturais. Enquanto a justificativa primeira da expansão do turismo é a preservação do recurso natural para ser usufruído pelo turista, os empreendimentos imobiliários que vêm por detrás deste vão destruindo os recursos naturais, privatizando-os e criando um ambiente artificial. Este processo de destruição do meio

ambiente destrói também a lógica do funcionamento e expansão do turismo. Este, como atividade subordinada ao capital gera os mesmos problemas espaciais, ambientais e sócio-econômicos do desenvolvimento urbano clássico, apenas com algumas peculiaridades.

A nova ordem social que se instituiu na região, após a sua incorporação nos projetos políticos ("ocupação dos espaços vazios"), econômicos (expansão do setor turístico, setor terciário e do mercado de consumo) e sociais (fuga dos ambientes urbanos congestionados) trouxe uma nova racionalidade na maneira de se tratar a natureza.

Essa nova ordem social - urbana, capitalista - que se inscreveu no espaço, alienou o homem das leis mais elementares de reprodução dos recursos naturais e remeteu-o a um utilitarismo perverso que busca a satisfação imediata das necessidades individuais e do mercado.

Mas como já foi dito anteriormente, esta apropriação recente dos ambientes litorâneos paulistas se deu num momento político peculiar do país, quando a sociedade civil e o próprio Estado passaram a incorporar um discurso preservacionista. Se para a mentalidade capitalista é difícil "abrir mão" da "manipulação do outro" (no caso, das comunidades tradicionais, ditas atrasadas), ao menos a implantação de medidas para preservação do meio ambiente físico parece caminhar a passos largos.

Durante toda a década de setenta, através de vários decretos, as intenções voltadas para a preservação da Serra do Mar e de seus recursos foram se transformando em leis efetivas. Já em 1969, o governo criou restrições à ocupação em áreas de interesse turístico. Em 1972 o decreto estadual nº 52.892 define melhor as zonas de proteção como sendo ilhas, vegetação costeira, matas ciliares e matas ao longo de rodovias e ferrovias. Em 1977 institui-se o Parque Estadual da Serra do Mar (decreto estadual nº 10.251) com uma área de 309.938 hectares de

Ubatuba a Peruíbe.

Esse "projeto" de preservação foi tomando forma até que o governo resolveu pelo tombamento da Serra do Mar, visando intervenções preservacionistas do poder público. Foram criados Parques, reservas e outras unidades de proteção ambiental. A mentalidade preservacionista do poder público se refinou no mesmo período que ocorreu a ocupação desenfreada da Serra do Mar e das baixadas litorâneas. É uma constatação positiva, embora a efetivação das normas estabelecidas esteja sendo, muitas vezes, atropelada pela falta de fiscalização e pela falta de critérios que incorporem o homem ao seu meio ambiente, valorizando uma identidade cultural que faz parte da "memória" da região. A própria SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) constata que, ao se apressar em deter agressões ao meio ambiente:

"reproduziu um estilo autoritário de intervenção dando a impressão de conceder prioridade a preservação dos recursos naturais, flora e fauna em detrimento ao elemento humano nele já integrado".

(Relatório do PTA/fase, 1989 Apud OLIVEIRA, A.F. 1991)

Estes critérios estão sendo revistos, criticados e, no limite, a própria sociedade civil (lideranças intelectuais, ecologistas, Colônia de Pescadores, Associação de Artesões e outros) tem se mantido atenta para que a reformulação dos mesmos possibilite a sobrevivência do meio ambiente físico e das populações caiçaras.

A avaliação dessas considerações nos leva a constatar que a urbanização do litoral norte paulista possui características específicas que incluem uma nova postura ideológica em relação às comunidades tradicionais e à preservação do meio ambiente.

Esta nova postura, representada pela multiplicação dos movimentos ambientalistas no país, pelos grupos locais de preservação da cultura caiçara ("São Sebastião Tem Alma", por exemplo) e pelos grupos que se preocupam com o manejo auto-sustentado da Mata Atlântica, pode produzir novos desdobramentos em relação à cultura tradicional e a este ambiente litorâneo, quais sejam: o pleno exercício de uma cultura regional que continua viva e possuindo significado para a comunidade, a preservação do meio ambiente não enquanto natureza intocada mas reproduzida juntamente com os grupos sociais que dela sobrevivem e enfim, a valorização do próprio turismo em uma região possuidora de uma produção cultural própria e rica em recursos naturais.

CAPÍTULO V

O UNIVERSO DA PESQUISA

DISTRITO DE MARESIAS : O "LOCUS" DAS CONTRADIÇÕES

O distrito de Maresias se localiza na costa sul do município de São Sebastião e é composto por treze (13) vilas (praias) que se estendem num trecho de aproximadamente 40 Km lineares entre as praias e escarpas. Ao norte ele faz divisa com o distrito de São Sebastião e, ao sul, com o distrito de Bertioga, pertencente ao município de Santos.

Até 1944 o município de São Sebastião era constituído por apenas um distrito, o de mesmo nome. Em 1944 foi reconhecido o distrito de Maresias e só em 1962 São Francisco da Praia foi elevado a distrito. Atualmente, o município conta com estes três distritos - ao norte, São Francisco da Praia, ao centro, São Sebastião (sede) e ao sul, Maresias (Figura 7).

A escolha de Maresias, para estudo de caso, se deu devido a ser este distrito o último eixo de ocupação do município. Algumas de suas praias, muito pequenas, só conheceram ocupação residencial na década de oitenta. A urbanização do município foi acentuadamente crescente desde a década de 1940, contudo ela foi mais intensa entre a cidade (sede do município) e a Enseada (distrito de São Francisco). A ocupação por loteamentos, balneários, condomínios, comércio e outras atividades urbanas no distrito de Maresias é mais recente, tendo se acelerado na década de oitenta com o término do capeamento da SP-55 (trecho da Rio-Santos que corta Maresias) e a entrega definitiva para o tráfego que se deu em 1985. Dado esses fatores e um conhecimento prévio da área, constatou-se também, neste distrito, uma maior concentração de núcleos caiçaras, um

dos interesses desse estudo.

Para questões censitárias as vilas de Maresias são consideradas bairros do município de São Sebastião. Contudo, a distância espacial, a morfologia do relevo e o processo de ocupação deram a estes "bairros" características distintas em relação ao município a que pertencem.

Segundo o Censo de 1980, Maresias possuía uma população de 4.037, sendo 3.827 urbana e 210 rural. Apesar da população rural ser diminuta em relação à urbana, Maresias (em 1980) era o distrito que apresentava maior população rural relativa se comparada aos distritos de São Sebastião e São Francisco.

Buase todos os bairros do litoral norte possuem sua Associação de Moradores. Algumas (como a Sociedade dos Amigos de Barequeçaba) só funcionam para fiscalizar a limpeza e outros problemas que possam prejudicar o lazer nas belas casas de veraneio. Outras estão se tornando mais fortes para administrar as reivindicações de ordem social e ambiental. São as Sociedades formadas por imigrantes, turistas e, em menor grau, por caiçaras. É o caso da Sociedade dos Amigos de Juquei (SAMJU), da Sociedade dos Amigos de Boiçucanga (SOAB), Sociedade dos Amigos de Maresias (SOAMA) e outras, que possuem grupos mais estruturados para discutir problemas e reivindicar soluções à municipalidade. Os principais questionamentos destas associações se referem aos problemas ambientais causados pela ocupação crescente e desordenada dos bairros. Um exemplo é o "alerta" da SOAB (de Boiçucanga), que mobilizou uma campanha de combate à poluição do rio em julho de 1990 (Figura 5). O trabalho desses grupos deixa bem claro os problemas sócio-ambientais causados pelas indústrias imobiliária e turística, com os quais a população residente do litoral paulista é obrigada a conviver.

Essas associações tem por objetivo preservar o meio ambiente, organizar a ocupação do solo e desenvolver um programa educacional para

soluções a longo prazo. Para isto, reivindicam um turismo não predatório que permita o desfrute da natureza sem intervenções violentas na paisagem e nos ecossistemas naturais.

Figura 5 - A atuação das SABs

ALERTA À POPULAÇÃO DE BOIÇUCANGA

Quando assumimos a direção da SOAB - Sociedade Amigos de Boiçucanga, elegemos como trabalho principal o combate à poluição do Rio Boiçucanga e de seus afluentes, tendo em vista o grande número de crianças que pegam doenças banhando-se nas suas águas.

Pedimos para a CETESB fazer análise das águas do rio. O resultado chegou pior do que imaginávamos. Vejam como a situação está feia!

Resultado da análise

*Índice máximo tolerável de coliformes fecais (fezes):
1.000 por 100ml*

Local da coleta	Índice de coliformes fecais (fezes)
1 - encontro com o rio Cachoeira	8.000
2 - 1 (um) km acima da ponte da rodovia	24.000
3 - embaixo da ponte da rodovia	160.000
4 - na barra do rio	160.000

Se essa poluição não for detida, muito em breve o rio se tornará um esgoto a céu aberto, e levará toda a sujeira para a praia, tornando-a imprópria para banho!

Estamos reclamando providências urgentes do governo para resolver a situação, mas é preciso que todos moradores e todos que têm casa de veraneio em Boiçucanga estejam conscientes da situação.

E aqueles que estão jogando esgoto direto no rio ou nos seus afluentes, é necessário CONSCIÊNCIA e construir urgente suas fossas sanitárias!

A SOAB aceita sugestões e está à disposição de todos.

atenciosamente,
A DIRETORIA

SOAB - Sociedade Amigos de Boiçucanga

O principal problema enfrentado nestes bairros é o saneamento básico onde a preocupação maior é em relação aos esgotos e ao lixo. É comum a existência de "fossas negras", buracos para lixo a céu aberto e má manutenção do sistema fossas em todo litoral paulista. Outro problema que se agravou com a multiplicação das construções de casas de veraneio, loteamentos e condomínios é a ocorrência de esgotos clandestinos, que despejam seus resíduos diretamente nos rios. Os rios do distrito de Maresias, que possuíam águas cristalinas há 10 anos atrás, hoje não servem nem para banho devido aos altos índices de coliformes fecais encontrados em suas águas.

Alguns bairros não possuem rede de água. "Camburi é uma das praias do litoral norte, que tem mais condomínios e a principal consequência não é o lixo da areia, mas o acúmulo do esgoto no morro".

(Entrevista dada à Folha de São Paulo em 22.01.89 por uma professora residente e membro da Associação de Moradores de Camburi). "O lençol freático do litoral é muito superficial e acaba sendo afetado pelo esgoto e poluindo rios". (Folha de São Paulo, 22.01.89). Segundo o MOPRESS (Movimento de Preservação de São Sebastião). Em 1988 o lixo dos bairros de Maresias estava sendo despejado em Barra do Una e posteriormente, na praia da Baleia. O MOPRESS, junto com representantes das Associações estão encaminhando projetos alternativos para que a Prefeitura, a curto e a médio prazos, dê uma solução para o problema.

Por detrás desta preocupação com a preservação ambiental vem uma grande contradição: quanto mais estas associações se organizam, mais os bairros se tornam valorizados para os empreendimentos imobiliários. "Segundo João N. Sobrinho, 43, gerente comercial da Consurb, a existência de uma Associação de Amigos da Praia facilita as vendas." (Folha de São Paulo, 22.01.89), e as próprias empresas imobiliárias (no caso do distrito de Bertoga, principalmente) estão tomando a frente dessas Associações.

Por outro lado, o distrito de Maresias mantém associações com caçaras e outros residentes, desvinculadas dos grandes empreendimentos imobiliários. Com esta representatividade social acabam por abraçar outras lutas que vão de encontro aos interesses imobiliários. No caso do bairro de Maresias, por exemplo (bairro de mesmo nome do distrito á que pertence), a população local mobilizou-se, através de sua Associação, para impedir a construção de um grande condomínio nas últimas áreas que servem de acesso à praia. Se toda a praia for fechada por propriedades privadas (como no caso de Camburizinho) os pescadores terão dificuldades para o escoamento de seu produto, da praia para a vila.

Nos bairros de Maresias é possível perceber que a ocupação da serra é crescente. Grandes loteamentos já estão instalados com luz, água e asfalto invadindo a mata do sertão e derrubando morros. A maior parte

das construções são de um padrão próprio do turismo de elite. Por outro lado, a localização do TEBAR (Terminal Marítimo Almirante Barroso) em São Sebastião, também é uma preocupação constante para os moradores de Maresias. Os constantes derramamentos de óleo no mar destroem a vida marinha, poluem as praias, e são responsáveis por grande parte dos problemas de deterioração ambiental do litoral norte paulista.

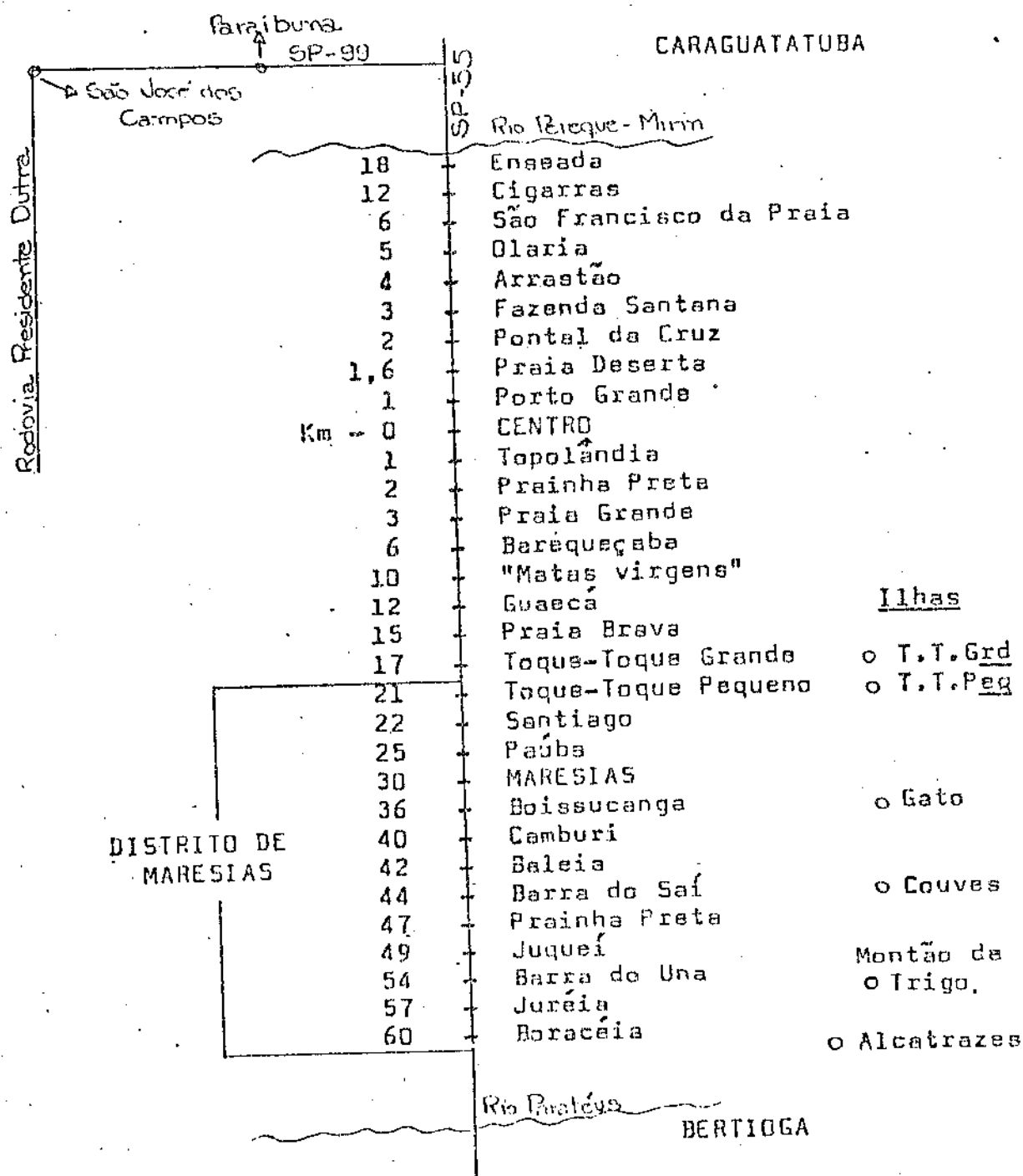
Em Maresias, a maioria dos imóveis são posses. Um grande número de moradores (caiçaras e imigrantes) não possui as escrituras de suas terras, mas tentam provar seus direitos de posse. "Sobram na região terrenos sem escritura ou em litígio na justiça, principalmente em Barra do Saí, Camburi e Barra do Una. Pelo menos 30% dos imóveis dessa área tem a documentação comprometida". (9)

O caiçara não teve como tradição o acúmulo de bens e seu ritmo de vida quase nômade somado à ignorância de seus direitos dificultaram a posse de terras por usucapião. Segundo informações da Prefeitura de São Sebastião, o distrito de Maresias é a área mais problemática quanto à legalização do registro de imóveis, devido a constância desse problema de posse sem documentação. O registro desses imóveis é bastante complicado sendo que, na maioria dos casos, perde-se anos em processos.

A Figura 7 e o Quadro 1, a seguir, apresentam esquematicamente os bairros em estudo, sua localização e principais características.

(9) Viviane Moura, da imobiliária Das, que trabalha no litoral norte - entrevistada pela Revista Veja, S.P., Junho/1989 : pp. 12-20 "Litoral Norte : Onde Estão os Melhores Negócios/ A Explosão do Litoral Norte"

Figura 7 - ROTEIRO / Representação Esquemática
 Fonte: CONTUC (Prefeitura Municipal de São Sebastião)



QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS BAIRROS

BAIRROS	CARACTERIZAÇÃO
TOQUE-TOQUE PEQUENO	Núcleo urbanizado, com condomínio tomando toda a extensão da praia. Este condomínio, implantado pela construtora Albuquerque Takaoka - a mesma que fez Alphaville - foi o primeiro a ser construído no distrito. No sertão ainda existe núcleo de caçaras.
PAÚBA	Demorou alguns anos para ser descoberta pelos paulistanos o que fez com que ela atravessasse anos sem receber uma ocupação mais intensa como a vizinha Maresias e preservasse boa parte de sua vegetação natural (coqueiros e mangueiras na praia). É formada, em sua maioria, por antigas posses. Atualmente, está sendo construído um condomínio.
MARESIAS	Considerada pela COMTUC Conselho Municipal de Turismo e Cultura de São Sebastião) como a 'copacabana' sem edifícios. Praia de mar aberto, com extensão de 5 Km. Possui muitas hospedarias e casas de veraneio, atraindo uma população turística com alto poder aquisitivo. Praticamente não possui comércio. Possui uma extensa planície ao fundo, onde a ocupação está se multiplicando e tornando Maresias um núcleo propício a expansão urbana. Já existe um grande loteamento na Serra e está em fase inicial a construção de um grande condomínio na areia da praia, ao lado de um hotel e camping. Apesar desta ocupação ainda existem muitos caçaras vivendo da pesca artesanal e da lavoura.
BOIÇUCANGA	É um dos bairros mais desenvolvidos da costa sul. Comércio variado, Banco, hotéis, hospedarias, restaurantes, escolas de 1 e 2 graus, Posto de Polícia Militar, Posto de Saúde e uma Sub-Prefeitura implantada recentemente. É o bairro de São Sebastião que mais tem crescido nos últimos tempos. Não há condomínios fechados e, na maioria das vezes, as casas não são suntuosas. A expansão do bairro se deve mais ao comércio que às segundas residências turísticas. Possui núcleo de pescadores que praticam a pesca artesanal.

CAMBURI Sua praia é dividida por uma pequena península formando duas praias com 800m de areia e mar agitado: Camburi e Camburizinho. Camburizinho foi totalmente ocupada pelo condomínio Master's, com 46 casas de três dormitórios fincadas na areia, e com preços a partir de 300.000 dólares (Foto 9). Camburi é o bairro que mais possui condomínios (3) e loteamentos na costa sul. A população local já não ocupa as áreas próximas à praia. Os caçaras que mantem atividades tradicionais não se dedicam à pesca artesanal mas à lavoura e ao artesanato em madeira. No interior do sertão e sertãozinho há fazendas de cacau, seringueiras, bananais e roças de subsistência.

BALEIA Praia preta, sem ocupação extensa mas que, atualmente, está sendo infestada por condomínios. Praia menos valorizada pelos turistas em relação a Barra do Sai.

BARRA DO SAI Núcleo residencial, comércio e posto de gasolina. Um dos bairros mais badalados e valorizados do litoral norte. Vários condomínios estão sendo construídos, mas as casas ocupam a orla com certa disciplina, não há muros para a praia e a vegetação preservada esconde as casas, mesmo na planície.

JUQUEI Povoado bem formado, com comércio e serviços, hotéis e restaurantes. Praia extensa, mar aberto com ilhas fronteiriças. A SAMJÓ é uma das Sociedades de Amigos da praia mais fortes do litoral norte de São Paulo. Ela se formou a 13 anos atrás, época em que a praia começou a ter empreendimentos imobiliários, e conta com 400 sócios. (Folha de São Paulo, 22.01.89). Não há loteamentos ou condomínios.

PRAIA PRETA Pequena e com costões

BARRA DO UNA Iate Clube ribeirinho, núcleo caiçara e índios guaranis vivendo em reserva no sertão (Parque Estadual da Serra do Mar). Os rios Una e Cubatão formam manguesais que estão sendo aterrados para a construção de condomínios e estradas. A Hobby Sports está implantando um sistema de Flat.

JURÉIA E SAMUEL Duas praias pequenas que só agora estão sendo ocupadas pelo setor turístico.

BORACÉIA Última praia dentro do município de São Sebastião. Extensa e com área de expansão muito grande. É bastante urbanizada mas ainda não está totalmente ocupada. Há um condomínio fechado (o Morada da Praia) e alguns loteamentos em fase inicial de implantação.

O DESENVOLVER DA INTERAÇÃO: HOMEM X AMBIENTE

Dentro do distrito de Maresias três bairros foram escolhidos para um estudo de caso mais detalhado, a partir da aplicação de questionários: Camburi, Boiçucanga e o bairro com o mesmo nome do distrito, Maresias. Esta escolha não foi aleatória e sim baseada em características marcantes que melhor caracterizassem o distrito.

Camburi (nome de origem indígena que quer dizer: rio que muda de lugar), tem a sua história contemporânea dividida em duas fases. A primeira, que vai até o final da década de 70, se caracteriza pela convivência pacífica entre caiçaras (lavradores e artesãos e em menor grau, pescadores e caçadores) imigrantes e turistas. Era o chamado "oásis" da costa sul, refúgio de uma geração jovem da classe média paulista, que nos moldes do movimento hippie usavam drogas e idealizavam a relação homem-natureza. Essa geração de imigrantes e turistas acreditava que conseguiria fugir da racionalidade da civilização urbano-industrial em pleno litoral paulista. Nenhuma transformação substancial ocorreu, nesse período, em relação à cultura caiçara e ao meio ambiente físico. As terras já estavam sendo vendidas mas só com o asfaltamento da Rio-Santos, na década de 80, é que apareceriam as construções.

A segunda fase começa na década de 80 com a construção do condomínio Master's do Camburizinho. A este condomínio seguiram-se outros, vários loteamentos, hotéis, restaurantes e a intensificação do fluxo de turistas (classe média-alta paulistana) e imigrantes (nordestinos, mineiros, e paulistas). Os primeiros vieram ocupar os condomínios, os loteamentos de alto-padrão, construir mansões na praia ou nos morros e desfrutar de uma área turística que se tornava "badalada" nas rodas sociais. Os outros - os imigrantes - são, em sua maioria, os "peões de obra" que vieram construir os condomínios que funcionam como verdadeiras fábricas em época de temporada, ou simplesmente "se viram" na construção civil, comércio ou

'bicos'. Essa população (os peões de obra) é considerada a principal suspeita pelo aumento da criminalidade na região.

Os imigrantes paulistas de classe média que já estavam em Camburi ou chegaram com o asfaltamento da estrada são, no geral, professores do 1º e 2º graus, profissionais liberais, comerciantes, técnicos, etc. É uma população que quer a conciliação entre a expansão urbana (para fins residenciais e turísticos) e a preservação da qualidade ambiental. São eles que, ao lado de alguns caiçaras, acabam tomando a frente nas reivindicações contra ações que estejam prejudicando o meio ambiente.

Atualmente, a grande reivindicação é contra a construção de um hotel na área que resta da praia de Camburizinho, ao lado do condomínio Master's. Essa construção prevê o aterro das margens do rio em sua desembocadura. Segundo a população local, a cada 40-50 anos o rio Camburi inverte a posição de sua desembocadura e deságua do outro lado da pequena península que separa Camburi de Camburizinho. Até 1988, o rio estava desaguando do lado de Camburi. Durante uma noite de forte chuva muitos ouviram o barulho: era o rio que estava desviando a sua barra. No dia seguinte o rio Camburi já estava desaguando na praia de Camburizinho, ou seja, do outro lado da pequena península.

Para a população local, um rio que através de leis naturais muda a orientação de sua desembocadura, num ciclo de tempo naturalmente determinado, não deve ser alterado pela ação humana, correndo o risco de destruir os empreendimentos que possam vir a serem feitos.

Camburi é um bairro muito representativo como uma área com potencial paisagístico indiscutível para empreendimentos turísticos e que está sendo destruída por esses próprios empreendimentos. A população local caiçara foi marginalizada pela ocupação turística atual. As palavras

de um antigo caçara, artesão de Camburi, expressam bem esta situação:

A nossa água do rio tá ficando muito poluída. Jogam esgoto, não tem contrle. O condomínio de Camburizinho diz que não joga, mas tem um cano grande que sai no rio (debaixo da ponte) que deve ser esgoto. Eles falam que a água é tratada mas eu não acredito. Antes a água do rio era cristalina, agora que fizeram muita casa na beira do rio, construíram estes loteamentos e condomínios é que a água ficou poluída. Os turistas também jogam latas, plásticos, papéis. . . O pessoal do lugar nunca fez isto. A gente sempre foi para a praia, para o rio sem levar nada. O turismo nessa região foi bom no sentido que trouxe emprego, comércio, estrada, facilidades que antes não tinham. Mas, por outro lado, trouxe tanta coisa ruim (roubos, violência, poluição, exploração) que eu nem sei se compensou. É muita gente. . . O pessoal do comércio depende do turista. Só a população de Camburi não daria pra fazê crescer o comércio. O duro é que o pessoal de fora é que começa a se dar bem e o pessoal daqui só fica de empregado.

Sr. Dodô, artesão de Camburi

Bairro vizinho de Camburi, Boiçucanga é o centro comercial da costa sul. A sua ocupação recente difere em relação ao bairro de Maresias, de um lado, e aos de Camburi, Baleia, Barra do Una, Barra do Saí e Juquel, de outro. O bairro de Maresias teve maior influência de São Sebastião enquanto o resto do distrito - de Boiçucanga até Boracéia - a relação mais estreita se deu com Santos. A própria Serra que separa Boiçucanga de Maresias (muito sinuosa e com grande declividade, neste trecho) representou um obstáculo natural para a relação entre esses bairros, sendo que de Boiçucanga em direção à Boracéia (divisa do município de Santos) o acesso é mais fácil. Outra diferença é que em Maresias, Camburi, Baleia, Juquel, Saí e Barra do Una chegaram os turistas mais ricos ao passo que Boiçucanga recebeu uma população mais heterogênea.

"Boiçucanga era uma pequena aldeia de pescadores com pouco mais de 300 moradores quando foi 'descoberta' na década de 70 por ativistas políticos desgostosos com o regime militar, hippies à procura da natureza e até mesmo professores universitários que optaram por uma mudança radical em sua vida (...). Hoje é o ponto comercial mais concorrido do litoral sul (de São Sebastião) com feira, mercado, restaurante francês e uma refinada doceria." (Folha de São Paulo, 08/02/90)

Segundo a lembrança de alguns caçaras de Boiçucanga havia, na passagem do século, muitas terras disponíveis e os colonos vindos de fora - geralmente de outra área litorânea - para trabalhar nas fazendas de café podiam escolher onde estabelecer suas famílias e roças para auto-consumo. Com o tempo o povoado foi crescendo. As famílias caçaras foram estabelecendo suas casas de madeira ou pau-a-pique próximos à praia e ao redor da Igreja por eles construída. A casa dos escravos foi transformada em escola primária e a Imagem de Nossa Senhora da Conceição doada por Don Manuel e trazida pela marquiza de Santos, tornou-se a padroeira do bairro.

Segundo os caçaras, até 1960 chegou no bairro uma população benéfica para a população local. Era uma população que respeitava o caçara. Sem asfalto, energia elétrica, com acesso garantido só através de barcos, essa população precisava do conhecimento e da mão-de-obra caçara.

Depois de 1960, com a abertura da estrada de terra, o acesso foi facilitado e começaram a chegar os grandes especuladores. Estes utilizavam as terras como reserva de mercado, sendo que alguns só começaram a construir em meados da década de 80, com o asfaltamento da rodovia.

Atualmente ainda permanecem em Boiçucanga quatro a cinco famílias que representam a tradição caçara. São os Mattos, os Oliveira, os Teixeira e outras que chegaram ali no início do século e percebem melhor as transformações que se deram em todo este período. Segundo eles,

também houve em Boiçucanga um marco importante em sua ocupação contemporânea. Por volta de 1975 a rodovia BR-101 começou a ser aberta conforme o projeto original que cortava o 'sertão', ou seja, a serra do mar. Posteriormente este traçado foi abandonado e optou-se por passar a estrada tangenciando a praia - trajeto atual da BR-101. Muitas pontes de concreto, desmatamentos e morros derrubados foram deixados no meio do 'sertão' nesse período. Nessa época, foi necessário um grande trabalho de empreiteiras, junto ao DER, para a construção das pontes e, no caso de Boiçucanga, o corte de um morro onde passaria a estrada. Este trabalho necessitou de uma mão de obra masculina abundante (em torno de 5 mil homens). Essa população residia em alojamentos temporários que a construtora Mendes Jr. construiu no sertão e descia para a praia para se divertir e fazer compras na pequena vila.

Para a população local, esses trabalhadores eram homens "rudes" que trouxeram um comportamento estranho para o caçara (bebedeiras, arruaças, frequência em zonas-prostíbulos, porte de armas, etc.). Parte dessa população se fixou em Boiçucanga com o abandono da obra. Apesar dos caçaras não se ajustarem a esta nova população, ela trouxe novos costumes, influências e faz parte dessa grande miscigenação da população de Boiçucanga.

"Naquela época, as pessoas moravam na praia. Não tinha quase ninguém lá em cima (perto da serra) só algumas roças. A Mendes Jr. foi quem abriu a estrada do Cascalho para fazer os acampamentos. Derrubaram tudo que foi árvore para fazer estrada (trajeto inicial da Rio-Santos que foi abandonado). Tinha só os antigos e vieram um monte de gente com máquinas. A gente ficou até assustado. Aí é que veio as mudanças, muita gente do norte, muitas brigas, gente armada, coisa que não se ouvia falar. Naquela época é que começou briga de marido e mulher por causa dos homens do acampamento. Veio a 'zona 130' que existe até hoje. Foi aí que começou a mudar tudo.

Outros acampamentos foram montados em outras praias. A diferença é que naquela época Boiçucanga já se constituía enquanto uma vila de comércio, o que atraía a fixação das pessoas. O crescimento do comércio e dos serviços se acelerou ainda mais nos dias de hoje. Isto, de certa forma, atrai mais comerciantes, acentuando ainda mais esta tendência.

Por outro lado, além desta característica de ser centro comercial, Boiçucanga é um dos bairros da costa sul que possui o maior número de pescadores artesanais cadastrados na Colônia de Pescadores de São Sebastião. Além disso, possui um grupo de jovens caíçaras que está dando continuidade a esta atividade, o que, com raras exceções, não acontece nos outros bairros.

O rio de Boiçucanga - Rio Grande - ao contrário do rio de Maresias, possui uma barra mais favorável à atracação de barcos maiores. Seus pescadores não estão limitados à utilização da canoa à remo que é menor e menos segura que o barco. O barco permite aos seus tripulantes avançarem além da baía. Essa possibilidade que o rio de Boiçucanga oferece dá muito orgulho aos seus pescadores e dá também a possibilidade de uma pesca mais produtiva.

O bairro de Maresias ainda possui vários pescadores artesanais. Estes caíçaras são, no geral, proprietários ou pescadores de canoas pequenas. A barra rasa do Rio Maresias não permite a atracação de barcos, que são maiores. Esta é uma diferença fundamental entre os pescadores do bairro de Maresias dos pescadores de Boiçucanga.

Outras diferenças entre Boiçucanga e Maresias acentuam um certo clima separatista da costa sul. Parte da população de Boiçucanga é simpática à idéia do desmembramento da costa sul para a formação de um novo município. Esta proposta não inclui o bairro de Maresias e se apóia na hipótese de que a maior parte da arrecadação de impostos do município é

proveniente da costa sul.

Os pescadores artesanais de Maresias possuem um baixo poder aquisitivo. Somente aqueles que se envolvem em várias atividades econômicas conseguem um rendimento monetário mais satisfatório. Os que vivem exclusivamente da pesca artesanal estão ficando cada vez mais pobres. Esta situação gerou um clima de concorrência entre os próprios caixaras. Eles não tentam se unir em torno de seus direitos enquanto uma comunidade organizada. Prevalece um certo individualismo onde cada um por si tenta ascender economicamente.

Almir é um dos caixaras-pescadores mais bem sucedidos do bairro de Maresias. Possui um bar/armazém na beira da praia (ao lado da rodovia) que funciona como ponto de encontro para os pescadores venderem seu produto. Além disso, é proprietário de duas canoas e de um terreno no sertão onde cultiva banana prata para comercializar. Ele fala com saudosismo sobre como o caixara vivia antes da chegada dos turistas e não acredita em associações, colônia de pesca, cooperativas, etc.

Hoje tem que ser esperto, se ficar só na pesca a gente vai ficando cada vez mais pobre.

Almir, 45, pescador, lavrador e comerciante caixara
Maresias

Os mais velhos, acostumados a serem pescadores e lavradores dificilmente se adaptam as novas atividades oferecidas pelo setor turístico. Eles não se conformam que essas novas atividades não ofereçam oportunidade para que eles possam manter seu modo de vida tradicional:

Mudou muito. Antes as pessoas viviam da lavoura...

Agora, depois da estrada, as pessoas querem emprego e esqueceram o jeito que viviam.

Geno, 72, pescador de Maresias

Mesmo os que mantem a terra (geralmente no sertão)

para a atividade da lavoura acabam abandonando suas roças devido aos obstáculos legais para se efetuar um desmatamento na Serra do Mar. O caçara acaba se tornando pescador exclusivo, atividade que sozinha não cobre as necessidades alimentares de uma família, vista que é uma atividade que só dá lucros na temporada.

Os jovens de Maresias não estão seguindo as atividades tradicionais da cultura caçara. Segundo os pescadores jovens de Boiçucanga, os jovens de Maresias foram muito influenciados pelos turistas e hoje, se envergonham de sua condição e só pensam em surfar, utilizar drogas, não trabalhar e as vezes se envolvem em roubos. As mães se preocupam quando os filhos atingem a adolescência e começam a andar com "más companhias". Aquelas que tem algum recurso mandam os filhos estudar em Santos ou ficar com algum parente que resida fora dali.

Maresias é um bairro que possui mansões convivendo ao lado de residências mais modestas. Igual a todos os bairros da costa sul, possui um traçado urbano caótico. Poucos serviços e pouco comércio caracterizam este bairro que ainda não foi invadido pelos condomínios e loteamentos de alto padrão.

Até onde se pôde averiguar com o trabalho de campo a população imigrante que aí se estabeleceu é predominantemente nordestina e paulista. São pessoas de origem simples que vieram trabalhar como caseiros ou em serviços gerais (mecânicos, carpinteiros, pedreiros, pintores, eletricitas, camping, etc.).

Camburi, Boiçucanga e Maresias possuem características representativas do distrito como um todo. Os três bairros passaram a ser ocupados intensivamente pelo setor turístico (principalmente por segundas residências) a partir do asfaltamento da Rio-Santos, mas cada um deles reserva certas peculiaridades. Os problemas com o meio ambiente também já

são evidentes para a população dos três bairros, seja através da poluição dos rios, dos desmatamentos, dos aterros de áreas úmidas ou simplesmente na diferença existente na relação entre caçara X natureza, e turista X natureza.

Os três segmentos sociais que interagem nessa região também estão diferenciadamente representados nos três bairros, visto que a ocupação recente e as possibilidades em termos de recursos naturais apresentam certas singularidades.

Camburi se configura por dois opostos: de um lado a elite paulistana representando os turistas, e de outro os imigrantes nordestinos e mineiros da construção civil. Entre estes, os caçaras que permaneceram no bairro são, em sua maioria, artesões. Não há mais pescadores artesanais em Camburi, apenas alguns lavradores que embora tendo vendido parte de suas propriedades ainda mantêm pequenas plantações.

Boiçucanga, como centro comercial, possui uma função estratégica para os três segmentos sociais: é o lugar de trabalho e de consumo. Alguns imigrantes preferem morar em praias vizinhas e menos congestionadas e trabalhar em Boiçucanga. São professores, comerciantes, profissionais liberais e outros. O turismo de Boiçucanga é menos elitizado do que dos vizinhos Camburi e Maresias. Os imóveis são mais baratos e os serviços mais diversificados. Em relação aos bairros vizinhos a sua população caçara está mais presente no comércio e no espaço à beira-mar, fato este que parece estar relacionado à atividade pesqueira artesanal que ali foi mais bem sucedida.

No bairro de Maresias, de modo geral, os caçaras estão mais empobrecidos e espacialmente mais segregados ao sertão. O turismo é representado por grandes e médias residências e pousadas. É a praia preferida dos surfistas. Por possuir um comércio muito insipiente e a

constuição civil estar mais representada por capitais individuais (não havia condomínios até 1991), a maioria dos imigrantes (nordestinos e mineiros) estão associados ao setor de serviços (caseiros, jardineiros, empregadas domésticas, babás, etc.).

Embora estas diferenças sejam representativas para a população local elas se dissipam aos olhos dos turistas nas altas temporadas de verão. Todas as praias e estabelecimentos ficam lotados.

OS TRÊS PRINCIPAIS PERSONAGENS : UM BREVE PERFIL

A partir dos primeiros resultados do trabalho de campo foi possível detectar um conflito de interesses entre os três segmentos sociais presentes na região. Este conflito tem como agente transformador do espaço social o setor turístico e como agente unificador a preservação ambiental.

Como o objetivo desta investigação é avaliar os significados e os valores que são atribuídos à natureza pelos diferentes sujeitos que atuam na região (caiçaras, imigrantes e turistas) numa tentativa de apreender a relação entre percepção ambiental e manejo do meio ambiente em grupos sociais diferenciados, e as possíveis contradições existentes entre as três formas de percepção e manejo, cabe aqui explicitar o perfil destes três segmentos sociais.

O trabalho de campo levado a efeito nos três bairros permitiu delinear o perfil sócio-econômico e demográfico dos três segmentos sociais investigados. Com este propósito foi aplicado um questionário fechado (ANEXO I) que forneceu os principais indicadores da situação sócio-econômica de cada grupo. Este questionário não teve a pretensão de ser uma amostra quantitativamente representativa da população total do distrito, ou mesmo dos bairros. Mas, por outro lado, serviu de apoio à investigação, fornecendo uma visão objetiva das estruturas sociais nas quais os sujeitos entrevistados estão envolvidos. A partir deste procedimento foi possível detectar algumas diferenças entre os três grupos.

Os questionários foram aplicados em quatro meses ao longo do ano de 1990 (janeiro, abril, julho e setembro). Desta forma foi possível obter resultados de modo que o fluxo turístico da temporada de verão, a temporada de inverno e os momentos intermediários não ficassem omitidos. Especialmente buscou-se uma amostra, que embora sendo aleatória, pudesse

ser representativa dos diferentes focos de ocupação. Desta forma, os questionários foram aplicados nas áreas centrais dos bairros (áreas de comércio), nas periferias (sertão) e nas áreas intermediárias. Buscou-se as pessoas a serem entrevistadas em suas residências, no comércio, nos estabelecimentos públicos e em áreas de lazer.

Os dados obtidos neste questionário se referem aos 161 indivíduos entrevistados pessoalmente e, aos familiares e outros que com eles residem (ou fazem turismo) totalizando o registro de 332 indivíduos, sendo : caiçaras (116), imigrantes (98) e turistas (118). Deste total 190 (57,2%) são homens e 142 (42,8%) são mulheres, apenas no grupo de turistas há um predomínio de mulheres (56,8%).

De um modo geral a faixa etária predominante entre os entrevistados está entre 15 a 44 anos (75,9% dos entrevistados), sendo que entre os caiçaras esta distribuição é mais homogênea. (Tabela 1).

TABELA 1 - Distribuição dos entrevistados por grupo e idade (n = 332)

Faixa Etária	15 - 24		25 - 34		35 - 44		45 - 54		55 - 64		65 - 74		75 e +		Total	
	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Caiçaras	22	19,0	26	22,4	13	11,2	28	24,1	12	10,3	8	6,9	7	6,0	116	99,9
Imigrantes	22	22,4	31	31,6	27	27,6	9	9,2	7	7,1	1	1,0	1	1,0	98	99,9
Turistas	32	27,1	48	40,7	31	26,3	6	5,1	1	0,8	-	-	-	-	118	100,0
TOTAL	76	22,9	105	31,6	71	21,4	43	13,0	20	6,0	9	2,7	8	2,4	332	100,0

68,4% dos imigrantes entrevistados residem no distrito a menos de 10 anos. Apenas em Boiçucanga encontramos uma ocorrência maior de imigrantes mais antigos (com mais de 10 anos de residência no distrito).

Também entre os turistas há um predomínio daqueles que frequentam a região há menos de 10 anos (66,1% dos turistas entrevistados).

Dos 116 caiçaras entrevistados apenas 17, ou seja, 14,6% já emigraram do bairro onde moram e retornaram alguns anos depois. As cidades que serviram de residência para estas pessoas são, por prioridade: Santos, São Paulo, São Sebastião, Taubaté e bairros do próprio distrito de Maresias.

Entre os turistas (n :118) 77% é proveniente de São Paulo (Capital), configurando uma área de turismo predominantemente para a população paulistana. Também entre os imigrantes a proveniência é predominantemente da capital (38,8%). O litoral paulista vem em segundo lugar (26,5%) caracterizando uma área de movimentação constante. Os paulistas, a princípio, preferem buscar melhores oportunidades de vida e de trabalho numa área já familiar a eles. Os imigrantes do interior do Estado não são muito numerosos e caracterizam uma outra classe sócio-econômica: geralmente possuem posses (sítios, estabelecimentos comerciais, etc.) e/ou formação de nível superior.

Os imigrantes de outros Estados são em sua maioria nordestinos e mineiros. Embora não tenham sido significativamente representados nesta amostra, é visível a sua participação nas novas atividades econômicas que surgiram com o asfaltamento da rodovia. São empregados mal remunerados que podem ser encontrados na construção civil, como caseiros, empregados do comércio local, trabalhadores braçais em geral. Raramente essa população é proprietária de terras mas tem "engrossado" consideravelmente o número de posseiros na região.

Dos 98 imigrantes registrados no questionário apenas 25, ou seja, 25,4% já haviam saído de seu lugar de nascimento para "tentar a vida" em outra cidade ou Estado e só depois vieram para o distrito de Maresias. Esta propensão seria maior não fosse o padrão migratório dos

nordestinos. A família não se desloca de uma só vez, mas primeiramente um ou dois membros da família se deslocam para São Paulo até encontrarem um lugar onde haja condições de vida e de trabalho satisfatórias. Só aí outros membros da família se deslocam diretamente para Maresias.

Quanto às atividades econômicas nas quais os três grupos estão inseridos encontramos diferenças significativas. (Tabela 2) As principais atividades econômicas da população caiçara estão relacionadas ao setor primário (pesca) e ao setor terciário (comércio e serviços). A confecção de artesanatos e o trabalho braçal na construção civil também são significativos neste grupo.

Em investigação realizada na Colônia de Pescadores Artesanais de São Sebastião (2-14), em abril de 1990, foi levantado o registro de 115 pescadores artesanais residentes no distrito de Maresias. Este número é aproximado pois muitos pescadores exercem a função sem se registrarem na Colônia.

Destes 115 pescadores 12 (10,4%) nasceram no bairro onde moram. 70 (60,9%) nasceram em outro bairro pertencente ao município de São Sebastião, ou ao próprio distrito. Apenas 8 pescadores (7,0%) vieram de alguma cidade do interior do Estado e 19 (16,5%) são provenientes de outros municípios do litoral paulista. Só 6 pescadores (5,2%) vieram de outros Estados. Boiçucanga, Barra do Una, Barra do Sal e Juqueí são os bairros que mais possuem pescadores artesanais registrados na Colônia de Pesca. São 29, 12, 17 e 30 pescadores respectivamente. 87,8 dos pescadores da costa sul do município, cadastrados na Colônia de Pesca são caiçaras do litoral paulista.

Com base nestes dados é possível deduzir que a pesca artesanal é uma característica sócio-econômica da área que foi mantida predominantemente pelos próprios caiçaras, naturais da região.

TABELA 2 - Atividades Econômicas (n = 332)

	CAIÇARAS		IMIGRANTES		TURISTAS		TOTAL	
	No	%	No	%	No	%	No	%
artesão	14	12,1	1	1,0	-	-	15	4,5
pescador	24	20,7	3	3,1	-	-	27	8,1
lavrador	2	1,7	-	-	-	-	2	0,6
trab. braç. constr. civ.	9	7,7	9	9,2	-	-	18	5,4
D.E.R.	3	2,6	-	-	-	-	3	0,9
limpeza munic.	4	3,4	1	1,0	-	-	5	1,5
serviços em geral *	13	11,2	24	24,5	6	5,1	43	13,0
comerciante	17	14,6	21	21,4	5	4,2	43	13,0
comerciário	8	6,9	14	14,3	4	3,4	26	7,8
secretária	1	0,9	-	-	5	4,2	6	1,8
prof. 1º grau	5	4,3	-	-	-	-	5	1,5
prof. 2º grau	-	-	2	2,0	2	1,7	4	1,2
aux. de saúde	1	0,9	1	1,0	-	-	2	0,6
comis. de bordo	-	-	-	-	1	0,8	1	0,3
políc. rodov., sarg. bombeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
militar do exército	1	0,9	1	1,0	1	0,8	3	0,9
embarcado (Petrobras)	1	0,9	-	-	-	-	1	0,3
bancário	-	-	-	-	10	8,5	10	3,0
prof. liberal com nível superior (eng., arquiteto, médico, etc.)	1	0,9	8	8,2	39	33,1	48	14,5
técnico industrial	-	-	-	-	8	6,8	8	2,4
técnico computação	-	-	-	-	3	2,5	3	0,9
empresário	-	-	-	-	6	5,1	6	1,8
autônomo (adm. empreiteira, pp. terraplenagem, caminhoneiro, repres. comercial, gerente posto, pp. pré-escola, ger. hotel)	1	0,9	4	4,1	5	4,2	10	3,0
bico	4	3,4	-	-	-	-	4	1,2
estudante	-	-	-	-	19	16,1	19	5,7
aposentados	2	1,7	3	3,1	1	0,8	6	1,8
do lar	5	4,3	6	6,1	3	2,5	14	4,2
TOTAL	116	100,0	98	100,0	118	99,8	332	99,9

* serviços em geral - para os caiçaras : costureira, vigia, empr. doméstica, eletricitista, locador, caseiro, motorista
para os imigrantes: porteiro, jardineiro, lavadeira, caseira, locador, empr. doméstica, mecânico, conserta TV, cambista do jogo do bicho
para os turistas : porteiro, salva-vidas, recepcionista, aux. de escritório, aux. administrativo, esteticista, costureira

Para os imigrantes o setor terciário é o mais representativo (serviços em geral e comércio). É importante ressaltar que estes dois grupos (caiçaras e imigrantes) concorrem no mesmo mercado de trabalho devido as suas semelhanças de caráter sócio-econômico (grau de instrução, qualificação profissional, etc.), semelhanças que se acentuam quando são comparadas ao perfil sócio-econômico do turista.

No grupo dos turistas 33,1% são profissionais liberais com nível superior (engenheiros, arquitetos, psicólogos, economistas, agrônomos, etc.). 16,1% são estudantes que não exercem uma atividade econômica produtiva. São, na maioria, profissionais qualificados que concorrem num mercado de trabalho que a maioria dos caiçaras e grande parte dos imigrantes não tem acesso.

O grau de escolaridade confirma o distanciamento deste terceiro grupo em relação aos dois primeiros (Tabela 3).

TABELA 3 - Grau de escolaridade (n = 332)

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %	
1º grau incompleto	67	57,7	46	46,9	-	-
1º grau completo	16	13,8	9	9,2	2	1,7
Sub-total	83	71,5	55	56,1	2	1,7
2º grau incompleto	8	6,9	5	5,1	11	9,3
2º grau completo	8	6,9	13	13,3	33	28,0
Sub-total	16	13,8	18	18,4	44	37,3
Superior incompleto	-	-	3	3,1	21	17,8
Superior completo	1	0,9	14	14,3	51	43,2
Sub-total	1	0,9	17	17,3	72	61,0
Analfabetos	16	13,8	8	8,2	-	-
TOTAL	116	100,0	98	100,0	118	100,0

71,5% dos caiçaras entrevistados não foram além do 1º grau enquanto 61,0% dos turistas estão cursando ou já cursaram uma escola de nível superior. A relação é inversamente proporcional. Já os imigrantes se situam numa posição intermediária entre um grupo e outro.

31% da população caiçara entrevistada e 30,6% dos imigrantes possuem um "segundo emprego." Entre os turistas esta proporção é de apenas 5,1%. Os segundos empregos mais citados foram os serviços em geral (faxina, babá, comércio informal, etc.), 'bicos' e mesmo, entre os caiçaras, atividades tradicionais se transformando em atividades secundárias (pesca, artesanato, roça de banana).

O segundo emprego entre os caiçaras e os imigrantes é bastante relevante e vem confirmar a instabilidade em que se encontra a população economicamente ativa destes dois grupos. De modo geral a população caiçara não está qualificada para as profissões mais bem remuneradas e as profissões a que se dedica (pesca, lavoura, artesanato) não lhe dá o suficiente para o seu sustento e o de sua família. Isto o leva a manter várias atividades.

Grande parte da população imigrante também não possui uma qualificação profissional específica e por este mesmo motivo é levada a manter várias ocupações, mesmo que seja por um período de tempo transitório. Os turistas, por possuírem um perfil sócio-econômico mais privilegiado, praticamente não precisam manter segundo emprego.

Neste breve perfil é possível perceber a existência de disparidades sócio-econômicas entre três segmentos sociais que, de alguma forma, criam uma pressão sobre os recursos de um mesmo espaço: o litoral paulista.

Os turistas, embora não concorram diretamente no mesmo

mercado de trabalho que os caiçaras e os imigrantes, geram demandas por serviços e consumo que a população local - desqualificada profissionalmente e desprovida de capital - não consegue satisfazer. Tampouco a prefeitura do município está apta para satisfazer estas demandas. Os melhores serviços, terrenos, residências, as áreas mais valorizadas em termos de recursos paisagísticos, respondem a demanda da classe turística e são praticamente inacessíveis aos caiçaras e a maior parte dos imigrantes.

Fora das temporadas o ritmo desses bairros mostra uma outra face. A realidade local, onde todos se conhecem e enfrentam problemas como a falta de abastecimento, de serviços e de infra-estrutura é encoberta nas temporadas de verão pelas necessidades do setor turístico. Esse processo é recente, tem menos de dez anos. De qualquer forma, é desse modo que este espaço está se relacionando com o espaço regional e estadual. A realidade local se tornou secundária e o outro - o turista - é agora o sujeito que direciona as novas mudanças, as necessidades, as transformações e o planejamento da região.

UM OLHAR QUALITATIVO.

O CAIÇARA

O caiçara, a partir de 1950, com a transformação acelerada da economia, dos valores, costumes enfim, do seu modo de vida, está se transformando num outro personagem social. Ele deixou de ser "um trabalhador integral que pesca, caça, lavra a terra, coleta frutos e sementes, para se transmutar em pescador efetivo (ao ingressar na atividade pesqueira enquanto profissional), trabalho que não comporta em si as condições anteriores, posto que é mais especializado e insuficiente na produção da vida material" (LOUREIRO, U.R. 1987).

Este segmento social é bastante estratificado: há um distanciamento significativo entre os proprietários de terras e imóveis e os não proprietários, os proprietários dos meios de produção (barcos, redes, geladeiras, etc.) e os assalariados, os que mantem vários empregados assalariados, que são proprietários de grandes embarcações (os armadores) e os pequenos pescadores, que não possuem freezers e veículos para auxiliar na comercialização do produto da pesca, tendo que trabalhar diariamente e vender sua produção a baixos preços para que a mesma não se deteriore. A propriedade dos meios de produção é condição fundamental para a ascensão sócio-econômica do caiçara.

Os proprietários de terras podem manter outra produção, a lavoura, que auxilia na subsistência e dá lucros. Atualmente, como estas propriedades geralmente se localizam no 'sertão', ou seja, fazem parte da reserva do Parque Estadual da Serra do Mar, os lavradores-caiçaras não podem mais manter suas roças. Mesmo os que mantem a terra (geralmente no sertão) para a atividade da lavoura acabam abandonando suas roças devido aos obstáculos legais para se efetuar um desmatamento na Serra do Mar. Existe, neste caso, um aparente conflito entre as leis de

preservação ambiental e as iniciativas de preservação do modo de vida caiçara. De um lado, a lei do meio ambiente proíbe a derrubada da mata na área do Parque, do outro, a sobrevivência da cultura caiçara necessita da mata, seja para aproveitá-la na confecção de artesanatos em madeira (principalmente a caxeta) e na construção de canoas e barcos (madeiras mais nobres), para a pesca artesanal ou seja para fazer uso daquela área para lavoura.

Legalmente impedido e se sentindo impotente para brigar por seus direitos e acionar o poder judiciário a partir de uma ação civil (no caso, através de uma associação organizada de caiçaras artesãos, pescadores e lavradores) o caiçara abandona suas terras, vende-as, se torna pescador exclusivo e fica cada vez mais pobre.

Hoje é mais fácil vendê peixe pro pessoal que chega de fora mas a roça a gente não pode mais fazê que o floresta multa se a gente derrubá a mata. Nem a banana a gente pode limpar. Pro gente (caiçaras) só veio obrigação: imposto, venda de terras, multas. Só os tubarão de fora pode derrubá a mata pra fazê os loteamento.

Sr. Reinaldo, 62, pescador de Maresias

Alguns caiçaras utilizam seus imóveis para alugar durante a temporada de verão (hospedarias, pensões, casas de aluguel, pousadas, camping, etc.) mas esta é uma atividade melhor desenvolvida por imigrantes provenientes de centros urbanos, mesmo porque a maior parte dos caiçaras vendeu suas propriedades e hoje não possuem condições financeiras de adquirir outra propriedade neste litoral supervalorizado.

A passagem da economia de subsistência para uma economia estruturada ao nível do mercado, impôs a obtenção de uma renda monetária familiar mais elevada para a organização da vida social. O caiçara necessita manter várias atividades produtivas visando lucro para suprir as novas necessidades de consumo e acompanhar a economia de mercado. As mulheres

trabalham muito: cuidam da casa, da educação dos filhos, ajudam na roça, produzem artesanatos, cuidam de quintos e terrenos alugados, limpam o peixe, etc. As crianças, logo cedo, aprendem as atividades dos pais.

Difícilmente os caçaras vão trabalhar em atividades que exigem especialização mas alguns vão para a construção civil (principalmente os jovens), para o DER ou órgãos públicos.

A ausência de oportunidades econômicas, principalmente para os não proprietários, leva os caçaras a migrarem. A migração nesta área é essencialmente intra-regional. Há um movimento de vai-e-vem da população entre São Sebastião e Santos, onde provavelmente a população caçara pode manter seus costumes praianos.

OS IMIGRANTES

A migração é uma variável demográfica que detecta bem as oscilações do quadro econômico de uma região. Em termos gerais, pode-se dizer que a Costa Norte Paulista, a partir da década de 70, se caracteriza como uma área receptora de população: enquanto o saldo migratório registrado durante o período de 1960/70 foi quase desprezível, a migração no período de 1970/80 foi responsável por mais da metade do acréscimo populacional. Segundo estudo da Fundação SEADE (1982):

"Parte apreciável desse impulso parece poder ser explicado pela conjugação da atuação de dois fatores. O primeiro deles diz respeito aos efeitos diretos, indiretos e induzidos da instalação do TEBAR no Porto de São Sebastião - no final da década de 60 - que se não atrai mão de obra de outras áreas, pelo menos contribui para reter população dentro da própria região. Outro fator contribuinte é a paulatina melhoria da malha viária que deu novo impulso à expansão das atividades turísticas."

Estas atividades, por outro lado, são responsáveis pela predominância do setor terciário na costa norte paulista, que se transformou num fator de atração populacional.

No distrito de Maresias é possível perceber três fluxos migratórios distintos, correspondentes às três últimas décadas. A década de sessenta corresponde ao fim de um período maior que abrange as décadas de quarenta, cinquenta e sessenta. Antes disso, somente as famílias caiçaras moravam nestas praias:

*Meu pai trouxe nós prá cá (Boiçucanga) em 1913. Na
quele época aqui só tinha umas casinha : tinha duas
casinha velha, antiga de fazenda, e o resto era ca-
sinha de sapê, de barro né. Tudo junto não chegava
a vinte família. Só em 1945 é que começou a chegar gen-
te de fora, mas era pouca gente. Enquanto não tinha
estrada aqui só veio pouca gente e gente boa, que era
amigo e até ajudava a gente. Com a estrada é que co-
meço a vim muita gente estranha.*

Sr. Agenor, 79, caiçara de Boiçucanga

Até a década de sessenta, devido às dificuldades de acesso, poucas pessoas vieram morar neste trecho do litoral paulista. Com a abertura da estrada de terra, em 1960, alguns turistas começavam a se aventurar mas era um trajeto muito difícil, só conseguido com bons carros e bagagem apropriada para ficar na estrada, caso alguma ponte caísse. Alguns especuladores já chegavam nesse período, mas não construíam nada de imediato nem, tampouco, iam morar ali.

O primeiro grande fluxo de imigrantes parece corresponder a década de 70. A década de setenta é caracterizada por uma população pertencente às classes médias urbanas. No geral, eram jovens universitários, remanescentes das influências do movimento hippie. Estes

Jovens, de roupas coloridas e cabelos compridos foram praticamente o primeiro contato, em grande escala, dos caiçaras com os costumes urbanos. Eles não estavam interessados em alterar o ambiente, pelo contrário, estavam fugindo de um modo de vida padronizado, dentro dos moldes capitalistas, para um modo de vida com maior liberdade e próximo à natureza. Apesar deste anseio, até certo ponto ingênuo e bucólico, há muitas críticas sobre a atuação e o comportamento dos mesmos na região.

A maioria chegou no litoral com algum capital, podendo comprar terras baratas dos caiçaras (já que naquele momento os caiçaras não tinham muita noção do valor de suas terras), construir suas casas, aprender com os caiçaras algumas atividades (principalmente artesanato) e, nas temporadas de verão, utilizar seu know-how capitalista e aproveitar a chegada dos turistas para comercializar (lanches, sucos naturais, refeições, etc.) e tirar algum lucro.

Estes imigrantes expressam uma situação contraditória: apesar de seus ideais estarem vinculados ao abandono da vida calcada em moldes materialistas, eles foram os primeiros a 'abrir as portas' para a atividade turística nesta região, aquecendo o mercado de consumo e levando tipos de comportamento (uso de drogas, nudismo, homossexualismo, etc.) que colocaram 'em cheque' o comportamento dos jovens caiçaras.

Muitos desses jovens, com a chegada do grande fluxo turístico e a consequente transformação ambiental, ou mesmo devido a ter se esgotado o capital que possuíam, migraram de volta para suas cidades de origem. Outros continuam residindo em Maresias. Constituíram famílias e estão empregados principalmente no ensino e nos órgãos públicos.

O outro fluxo de imigrantes, que marcou mais a década de oitenta, se caracteriza por ser uma população mais especializada profissionalmente, e que foi para a região com o firme propósito de

melhorar sua qualidade de vida e/ou aproveitar o fluxo turístico que para lá se dirigia para montar um negócio (restaurantes, chalés, comércio, etc) e ascender economicamente num mercado em expansão. São arquitetos, ecólogos, engenheiros, profissionais liberais, indivíduos que já tinham experiência anterior no comércio, etc.

Esta população incorporou o ambiente de forma diferente dos jovens da década de 70. Eles não estavam 'fugindo', mas indo atuar profissionalmente em uma região que possui uma série de condições favoráveis à qualidade de vida. Eles levaram para esta área o conhecimento dos direitos de cidadania, o discurso ecológico através de movimentos sociais organizados (as Associações dos Amigos da Praia), informações sobre planejamento urbano, impacto ambiental, e uma convivência amistosa com os caiçaras.

Na verdade, este segmento social é o agente de contato ou a camada intermediária que funciona como mediadora entre os interesses do setor turístico e os interesses dos caiçaras. Esta população possui um posicionamento crítico quanto aos efeitos negativos da ordem econômica capitalista que está sendo instaurada. Por outro lado, sabem que esta região não pode continuar como uma ilha arcaica dentro de uma sociedade moderna. Logo, utilizam a sua experiência de vida e conhecimentos para auxiliar na comunhão dos diversos interesses. A participação no trabalho das Associações, que têm como 'pano de fundo' o discurso ecológico, serve como um palco privilegiado nesta mediação.

O TURISTA

O turista de Maresias também pode ser classificado, grosseiramente, em duas categorias: o turismo de elite e o turismo popular.

Atrás do primeiro tem as grandes incorporações imobiliárias e os interesses políticos e econômicos. Através deste turismo está ocorrendo uma transformação radical na organização espacial e no equilíbrio dos ecossistemas existentes na região que abrange Maresias.

Este turista, apesar de ter pouco ou nenhum contato com o caçara, é o "fantasma" que o assusta por ter prioridade na ocupação das terras e na utilização/destruição dos recursos naturais. Os caçaras os chamam de tubarões: capitalistas que compram as melhores terras, constroem mansões, expulsam a população local. Contudo, são os condomínios fechados e os loteamentos para casas de alto padrão que mais transformam o meio ambiente: ocupam a serra, destroem mangues, fecham os acessos à praia ocupando a área de marinha, etc.

Esta população praticamente não interage com o ambiente do caçara. Ela ocupa parcelas cada vez maiores do seu espaço, se transfere para lá em períodos de tempo curto, impulsiona toda uma transformação social, política, econômica e ecológica e retorna para seus lugares de residência. Por outro lado, alguns desses grandes proprietários (geralmente os mais antigos) estão auxiliando financeiramente as Associações de Bairro, indicando uma nova tendência de incorporação nas lutas sociais. Se este segmento social aderir a estes movimentos é provável que, pelo menos, o planejamento ambiental seja melhor direcionado.

Já o turismo popular só interfere neste meio ambiente nos fins-de-semana, feriados e temporadas de verão. Na verdade, ele não interfere no ambiente, apenas preenche os espaços vazios: praias, bares, restaurantes, chalés, camping, pensões, casas de aluguel, etc. Ele aquece o pequeno comércio por ser um consumidor em potencial. É uma população que reservou suas "economias" para gastar nessas temporadas. Fora das temporadas este turismo deixa poucas marcas no ambiente.

UMA BRECHA NA NOVA ORDEM

Os três segmentos sociais aqui analisados se unem em torno da questão ambiental. É este debate que incorpora as reivindicações diferenciadas.

Nestas três últimas décadas o 'ambiente' foi vivido através de três modos de vida diferentes. Na década de sessenta era o modo de vida caiçara que predominava, na década de setenta, a juventude naturalista inculcou no ambiente algumas transformações e na década de oitenta, os imigrantes urbanos e o turismo de elite incorporaram a área.

Para o caiçara, o impacto negativo do progresso só foi sentido quando seu modo de vida foi alterado. Só aí, o discurso ecológico do imigrante urbano e das Associações de Bairro passou a fazer algum sentido para ele.

A transformação sócio-econômica que se deu no litoral paulista não é necessariamente a substituição de uma cultura pela outra, no caso, a tradicional pela moderna. Há um ponto fundamental onde a comunhão de objetivos converge, fazendo surgir uma nova opção de vida para as duas sociedades. Apesar de se apresentar com finalidades diversas, a preservação do meio ambiente e do modo de vida que ele proporciona é uma preocupação prioritária para as três populações em estudo: a turista, a imigrante que fixou residência e a caiçara.

O turista tem como finalidade o consumo do recurso natural para o lazer. O imigrante-residente, característico dessa região, tem como finalidade uma melhor qualidade de vida baseada na abundância do recurso natural e seu modo de vida correspondente. O caiçara necessita destes recursos para garantir seu modo de vida.

Apesar das três perspectivas terem finalidades diferentes (1) recurso ambiental enquanto consumo, 2) recurso ambiental enquanto qualidade de vida 3) recurso ambiental enquanto sobrevivência), a preservação do meio ambiente, sob as três óticas, é fundamental. Neste caso, o agente transformador (o turismo) busca esta região não para implantar uma mudança, mas para usufruir e preservar a qualidade de vida que a região proporciona através de sua abundância em recursos naturais (praia, mar, floresta, rios).

A justificativa primeira do desenvolvimento do turismo - o recurso ambiental, é também necessidade básica para a sobrevivência dos grupos caiçaras. Neste caso, abre-se uma nova perspectiva entre o confronto de uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna. A especulação com a terra, através do setor turístico, não pode simplesmente implantar uma nova ordem, destruindo completamente o antigo (como no caso da industrialização de sociedades rurais). Alguns pontos devem ser preservados para dar continuidade à lógica que lhe dá sustentação.

CAPITULO VI

A PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa teve como seu maior ponto de apoio o trabalho de campo, e o reflexo disso se faz sentir ao longo dos capítulos anteriores. Este trabalho foi dividido em diversas etapas, de acordo com os objetivos do momento. A primeira etapa foi dedicada ao contato sistemático com a área em estudo, com a população estudada e com as instituições afins. Esta fase foi iniciada no ano de 1988 e delinear melhor a pesquisa assim como possibilitou um estreitamento entre a pesquisa e seu objeto.

Num segundo momento coletou-se informações a partir de entrevistas abertas e semi-estruturadas (gravação de depoimentos, relatos e histórias de vida) com indivíduos representativos dos três segmentos sociais analisados: caiçaras, imigrantes e turistas. De um lado, houve a preocupação em ouvir indivíduos que, de alguma forma, representassem categorias específicas dentro do segmento social ao qual pertencem (dirigentes da Colônia de Pesca, da Associação de Artesões, das SABS, funcionários da prefeitura, coordenadores de grupos de preservação ambiental, nordestinos, lavradores, pescadores e outros). De outro, houve uma preocupação em ouvir representantes de várias gerações de modo a captar a interferência do fator tempo na percepção de um ambiente que sofreu intensas transformações recentes e, também, auxiliar na recomposição do passado visando resgatar o modo de vida tradicional.

Entre os imigrantes e turistas a faixa de indivíduos mais velhos não é muito representativa, o que norteou um contato maior com indivíduos mais jovens. Para suprir esta lacuna, houve a preocupação em coletar depoimentos de imigrantes e turistas que interagem há mais tempo na região, e entre aqueles que só se dirigiram para lá a partir da década

de oitenta. Estas entrevistas foram feitas em vários momentos da pesquisa.

Também foram coletados dados secundários produzidos na própria área de estudo: imprensa local (jornais do município / ver bibliografia), dados quantitativos, cartográficos e indicadores do setor turístico fornecidos pela Prefeitura Municipal de São Sebastião e seu Conselho Municipal de Turismo e Cultura - CONTUC, informes impressos distribuídos à população pelas SABs, dados sobre a Colônia de Pesca Z-14 fornecidos pelo seu, então, presidente Pedro do Rosário (pescador artesanal de Barra do Una) e também informações (impressas e verbais) de grupos de preservação ambiental e cultural que atuam na região (MOPRESS, São Sebastião Tem Alma).

A partir dessa primeira leitura da área foi possível elaborar um questionário que melhor se adequasse aos objetivos da pesquisa. Além do questionário fechado para avaliar o perfil econômico e demográfico da população entrevistada (analisado no capítulo anterior), foi aplicado um questionário aberto com onze (11) questões, buscando conhecer a percepção ambiental de cada grupo em relação ao distrito. Estes questionários foram aplicados nos três grupos pesquisados.

Este segundo questionário não teve uma preocupação quantitativa rigorosa quanto à amostragem. O que se buscou foram depoimentos consistentes que dessem um perfil confiável das opiniões e atitudes de cada grupo de modo a confrontar a percepção subjetiva com as práticas vividas por cada um em relação ao meio ambiente. Foram aplicados 161 questionários entre caiçaras (52), imigrantes (57) e turistas (52) nos três bairros escolhidos para trabalho de campo : Camburi, Boiçucanga e Maresias.

Dos 161 entrevistados 57,8% são homens, sendo que apenas entre os turistas as mulheres são maioria, 55,8% (Tabela 4). A faixa etária em que se concentra a maioria dos entrevistados está entre 15 a 44 anos

(76,3%), apenas entre os caiçaras esta distribuição é mais homogênea (Tabela 5). Esses dados são muito semelhantes a amostra maior de 332 indivíduos abrangidos pelo questionário fechado.

TABELA 4 - Distribuição dos entrevistados por grupo e sexo (n = 161)

	Homens		Mulheres		Total	
	No	%	No	%	No	%
Caiçaras	32	61,5	20	38,5	52	100,0
Imigrantes	38	66,7	19	33,3	57	100,0
Turistas	23	44,2	29	55,8	52	100,0
TOTAL	93	57,8	68	42,2	161	100,0

TABELA 5 - Distribuição dos entrevistados por grupo e idade (n = 161)

	15 - 24		25 - 34		35 - 44		45 - 54		55 - 64		65 - 74		75 e +		Total	
	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Caiçaras	11	21,2	9	17,3	4	7,7	13	25,0	6	11,5	5	9,6	4	7,7	52	100,0
Imigrantes	15	26,3	18	31,6	17	29,8	2	3,5	4	7,0	1	1,8	-	-	57	100,0
Turistas	18	34,6	20	38,5	11	21,1	3	5,8	-	-	-	-	-	-	52	100,0
TOTAL	44	27,3	47	29,2	32	19,9	18	11,2	10	6,2	6	3,7	4	2,5	161	100,0

Entre os imigrantes entrevistados foi possível constatar que a maioria mora no distrito a menos de 10 anos (75,4%) sendo que entre os turistas que frequentam a região a proporção é semelhante: 73% dos turistas entrevistados conhecem o distrito há menos de 10 anos.

A proveniência dos imigrantes e turistas entrevistados é predominantemente da capital (São Paulo), sendo que entre os turistas esta porcentagem (82,7%) é maior que entre os imigrantes (44,7%).

Estes dados estão relacionados especificamente aos 161 indivíduos que responderam o questionário de percepção ambiental. Os dados sobre atividade econômica e escolaridade foram analisados a partir do número total de pessoas registradas no questionário sobre perfil econômico e demográfico (n : 332) que permitiu uma visão quantitativa mais abrangente a partir de informações obtidas do entrevistado sobre seus familiares ou outros que com ele residem (imigrantes e caçaras) ou viajam (turistas).

As três primeiras questões contidas no questionário buscaram apreender o valor (positivo ou negativo) das transformações ambientais para os três grupos, e o significado social que cada grupo transfere para este ambiente litorâneo que tem como característica uma dualidade natural inerente ao espaço (planícies X encostas, serra X mar, sertão X praia, urbano X rural, etc.)

1 - Para voce, qual a principal transformação que ocorreu no litoral de Maresias até a presente década?

2 - Para voce, quais as principais consequências da pavimentação da Rio-Santos?

3 - O que representa para voce o sertão e a praia no litoral de Maresias?

O segundo grupo de questões buscou detectar as atitudes ambientais dos três grupos em relação ao distrito:

4 - Para voce, o litoral de Maresias deveria ser cuidado por quem?

5 - Para voce, da praia em direção ao sertão, até onde e de que forma deve ser ocupado o litoral de Maresias?

6 - Voce privatizaria a praia se dela fosse proprietário? Sim, Não, Porque?

7 - Como voce utiliza cada um desses recursos: mata, mar, praia e rios?

O último grupo de questões buscou conhecer melhor os valores que são atribuídos à área (econômico, ecológico, cultural, afetivo):

8 - *Você concorda que o litoral de Maresias seja ocupado pelo setor turístico? Sim, Não, Porquê?*

9- *Para você, como o litoral de Maresias deveria ser explorado?*

10- *O que você mais gosta no litoral de Maresias?*

11- *O que você não gosta no litoral de Maresias?*

Este questionário foi previamente testado em outros bairros do distrito de Maresias, o que auxiliou numa melhor elaboração e adequação das perguntas.

ENTRE O "ANTIGO" E O "NOVO" A TRAJETORIA DA PERDA

Com a primeira questão "Para você, qual a principal transformação que ocorreu no litoral de Maresias até a presente década?" foi possível detectar os principais agentes transformadores do ambiente na visão dos entrevistados (Tabela 6).

Nos três grupos a percepção da transformação do litoral de Maresias é sentida fundamentalmente através da paisagem construída pelo homem (53,8 %). O asfaltamento da rodovia foi o fator mais marcante na transformação da paisagem e do modo de vida caçara. Foi a partir do asfaltamento da rodovia que o setor turístico se impôs como o agente transformador da paisagem e gerador de todas as outras transformações (econômicas, sociais, culturais, etc.).

A paisagem no litoral de Maresias permaneceu quase que inalterada durante muitos séculos, e mesmo com a abertura da estrada de terra não ocorreu uma transformação efetiva na configuração da paisagem. No entanto, com o asfaltamento da rodovia, no início da década de oitenta, a transformação sócio-ambiental se deu de modo acelerado em apenas uma

TABELA 6 - Agentes transformadores

PAISAGEM CONSTRUÍDA	CAIÇARAS	%	IMIGRANTES	%	TURISTAS	%
rodovia	27	51,9	15	26,3	18	34,6
infra-estrutura	2	3,8	1	1,75	2	3,8
cresc. residencial	10	19,2	10	17,5	8	15,4
Sub-Total	39	75,0	26	45,6	28	53,8
ASPECTOS ECOLÓGICOS						
degradação ambiental	-	-	3	5,3	1	1,9
ASPECTOS ECONÔMICOS						
cresc. do nº de empregos	-	-	1	1,7	-	-
especulação imobiliária	1	1,9	2	3,5	2	3,8
cresc. do turismo	2	3,8	1	1,7	3	5,8
cresc. do comércio	-	-	4	7,0	1	1,9
Sub-total	3	5,8	8	13,9	6	11,5
ASPECTOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS						
cresc. desordenado	-	-	-	-	3	5,8
cultural	1	1,9	-	-	-	-
cresc. populacional	2	3,8	3	5,3	5	9,6
aumento da criminalidade	-	-	2	3,5	-	-
Sub-total	3	-	5	8,8	8	15,4
ASPECTOS QUALITATIVOS						
piorou	1	1,9	1	1,7	2	3,8
melhorou	3	5,8	4	7,0	2	3,8
não mudou nada	1	1,9	5	8,8	1	1,9
mudou tudo	2	3,8	2	3,5	-	-
Sub-total	7	13,5	12	21,1	5	9,6
NÃO-SEI	-	-	3	5,3	4	7,7
TOTAL	52	100,0	57	100,0	52	100,0

década. Para a maioria dos entrevistados o fator de transformação não foi a rodovia em si, mas a sua pavimentação. Apenas alguns caçaras colocam a estrada de terra como um marco inicial na transformação de seu modo de vida. Naquele momento, as trilhas e os caminhos foram substituídos e o acesso à infra-estrutura, serviços e comércio de Santos e São Sebastião passaram a ser mais frequentes.

Para os caçaras (75,0% daquelas entrevistados) é mais nítida a percepção da transformação da paisagem natural para paisagem construída do que para os imigrantes e turistas. Isto se explica pelo seu próprio modo de vida que sempre esteve associado aos elementos naturais da paisagem, não só em suas atividades econômicas para a sobrevivência (caça, pesca e lavoura) como também em suas atividades lúdicas. Para o caçara, a transformação da paisagem natural está relacionada a transformação de seu modo de vida. Nesse sentido, há um certo consenso entre eles que, se por um lado, a estrada trouxe benefícios (infra-estrutura, serviços de assistência social, etc.) isto se deu em detrimento da sua visão de mundo e da antiga relação que mantinha com seu ambiente. A própria fala dos entrevistados pode exprimir melhor suas opiniões.

CAÇARA - (86-Boiç.) *A estrada de asfalto que acabou com o silêncio do lugar.*

(113-Camb.) *Mudou muito, antigamente era caminho agora tem a estrada.*

(115-Camb.) *Antes da estrada de asfalto a vida era mais sacrificada mas a gente tinha mais sossego.*

Para os caçaras houve uma perda qualitativa no mundo de relações dos homens com os homens e do homem com o seu lugar:

"Mudanças de larga escala nas paisagens, não provocadas pelos habitantes da área e planejadas fora de seu controle, são comumente perturbadoras e violentas, porque a maioria das pessoas sentem profunda afeição pelos lugares onde vivem" (BLEY, L., 1990:21)

45,6% dos imigrantes também colocaram elementos da paisagem construída como o principal fator de transformação do litoral de Maresias, mas este grupo já associa a transformação a outros fatores. A degradação ambiental - como consequência danosa da paisagem construída pelo homem - é colocada como um fator de degradação da qualidade de vida.

IMIGRANTE - (12-Mar.) *Desmatamento, devastação da natureza.*

(11-Mar.) *Cresceu o número de residências, cresceu o comércio, aumentou a poluição*

(10-Mar.) *Cresceu o turismo, piorou a qualidade de vida.*

(15-Mar.) *Melhorou o transporte mas piorou por causa da sujeira e dos roubos.*

(141-Camb.) *Depois do asfaltamento da rodovia houve uma transformação radical no ambiente em todos os sentidos (físico, de relação, etc.).*

(142-Camb.) *Condomínios que estragaram o rio.*

(147-Camb.) *Acabaram com a mata, com o mangue.*

Para o imigrante, este é um fator alarmante pois, no geral, este grupo é proveniente de centros urbanos onde vivenciou o crescimento das cidades associado à degradação do ambiente e da qualidade de vida. Muitos buscaram no litoral de Maresias, além de uma oportunidade de trabalho, uma possibilidade de interagir num ambiente natural ainda preservado e não agredido pela ação humana. Este grupo conhece as consequências negativas do "progresso a qualquer custo".

Por outro lado, com a vivência anterior em centros urbanos, o imigrante absorveu a qualidade de vida enquanto qualidade de serviços e infra-estrutura. A maioria não abre mão das benfeitorias que vêm com a urbanização chegando, muitas vezes, a idealizar esta urbanização.

IMIGRANTE - (5-Mar.) *Tão construindo bastante, tá evoluindo.*

(148-Camb.) *Chegou a civilização, aqui era um mato só agora tá cheio de construções.*

(154-Camb.) *Aumentou o progresso, veio o comércio, o dinheiro.*

Os imigrantes mais antigos (mais de 10 anos no distrito), embora somem apenas 24,6% dos imigrantes entrevistados, criaram laços mais profundos com o lugar e com a população local. Para estes, a transformação sócio-ambiental que ocorreu após o asfaltamento da rodovia foi muito violenta e sem qualquer planejamento, deixando o caiçara e seu habitat sem chances de sobrevivência.

IMIGRANTE - (58-Boiç.) *Especulação imobiliária, transferência da posse da terra dos caiçaras para as mãos de empreiteiras, turistas e comerciantes.*

(38-Boiç.) *O asfaltamento da rodovia trouxe um crescimento acelerado demais, desordenado e sem controle.*

Entre os turistas também é muito importante a diferença entre aqueles que já frequentam a região há mais de 10 anos (27%) e os que só vieram conhecer a região com o asfaltamento da rodovia. Os primeiros vieram para a região em condições precárias (estrada de terra sem condições de tráfego na chuva, um ônibus por dia, sem energia elétrica, comércio, infra-estrutura, etc.) porque realmente queriam encontrar algo diferente do que estavam acostumados nas cidades. Eram "amantes da natureza" e se tornaram "admiradores" do modo de vida caiçara. Para estes, a abertura da área para a expansão do setor turístico trouxe mais prejuízos que benefícios.

TURISTA - (154-Camb.) *A rodovia trouxe os problemas de São Paulo.*

(22-Mar.) *Muita gente, muita sujeira.*

(136-Camb.) *Já não está rústico, estão construindo muitas*

casas, detonando o morro.

(24-Mar.) A mentalidade capitalista demorou para chegar mas agora chegou com tudo.

Para alguns destes turistas a paisagem construída é natureza destruída, não há meio termo. Segundo alguns depoimentos estes turistas estão abandonando o litoral norte paulista para procurar áreas ainda não descobertas pelo setor turístico.

Para os turistas que só conheceram a região recentemente (cinco anos ou menos - 42,2% dos turistas entrevistados) a percepção da transformação é completamente diferente. Para estes, foi o setor turístico que abriu um caminho antes desconhecido. Eles só vieram para este trecho do litoral depois do asfaltamento da rodovia, da construção de hotéis, da implantação de comércio e serviços. São geralmente indivíduos que frequentavam o litoral sul (Santos, Guarujá, Cananéia) e que consideram estas áreas já saturadas. Outros, de maior poder aquisitivo, vieram ocupar os condomínios e loteamentos da região. Ambos, apesar de considerarem que esta área deve ser cada vez mais urbanizada para facilitar o fluxo turístico, têm medo que em pouco tempo esta região também se torne saturada pelo grande fluxo de turistas que vem antes da infra-estrutura necessária para recebê-los.

Em Camburi, especificamente, a implantação de grandes condomínios fechados é um motivo de descontentamento geral. Das 57 pessoas entrevistadas no bairro 17, ou seja, 29% responderam que a construção de condomínios foi o principal fator da transformação que ocorreu no distrito de Maresias. Parece haver um consenso que todos têm o direito de conhecer a região mas que se a paisagem natural não for minimamente respeitada em pouco tempo os próprios turistas não se interessarão mais por ela, para o prejuízo de todos.

Em relação à segunda questão: *Para voce, quais as consequências da pavimentação da Rio-Santos*, é possível perceber que de um modo geral há um certo descontentamento em relação ao crescimento acelerado da última década. Se por um lado os três segmentos sociais são favoráveis ao crescimento das vilas, à sua urbanização e à melhoria de sua infra-estrutura, por outro, eles não têm certeza que estes benefícios compensam a perda do modo de vida anterior ao asfaltamento da rodovia. Enquanto multiplicaram-se as escolas, os postos de saúde, a rede de comércio e o próprio fluxo turístico que trouxe dinheiro para a região, uma série de problemas se sucederam a este crescimento: aumento da criminalidade, acidentes na rodovia, "inchamento" das vilas nas temporadas, barulho, uso de drogas entre os jovens, aumento do consumo de supérfluos, poluição dos rios, praias e desmatamentos.

A pavimentação da rodovia gerou uma reflexão ambígua por parte dos três grupos entrevistados. 20% dos entrevistados consideram que a pavimentação trouxe consequências positivas e negativas ao mesmo tempo mas não sabem quais delas irão prevalecer.

CAIÇARAS - (31-Mar.) *Em termos de saúde melhorou pois tendo condução fica mais fácil a locomoção, mas o lado ruim é que os paulistas descem em peso.*

(86-Boiç.) *Melhorou o comércio mas acabou com o sossego, começou a ter assaltos, drogas, marginais.*

IMIGRANTE - (15-Mar.) *Facilitou o transporte mas aumentou o número de problemas (roubos, insegurança, bagunça, etc.).*

TURISTA - (21-Mar.) *A facilidade de acesso trouxe o grande "BOOM" para esta região.*

(68-Boiç.) *Melhorou o acesso mas a destruição aumentou.*

(67-Boiç.) *Tinha que facilitar o acesso mas dá medo das*

consequências. No Brasil todos projetos criam um crescimento perverso.

(66-Boiç.) *Positivas, mas tem que haver controle para não acontecer o que aconteceu no litoral sul.*

Para o caçara a percepção positiva da mudança se dá através do crescimento econômico da região: os bairros cresceram e se urbanizaram, chegaram capitais de fora, a população aumentou, o comércio e a infra-estrutura instalados se multiplicaram, a rodovia asfaltada trouxe novas possibilidades de deslocamento. Entretanto, o caçara sabe que ele mesmo não consegue acompanhar este processo de crescimento no qual, muitas vezes, ele não foi incluído e por isto mesmo acaba sendo marginalizado.

CAÇARA - (34-Mar.) *Trouxe o progresso mas o caçara tá ficando pobre. Não pode mais plantar, venderam as terras...*

(36-Mar.) *Trouxe o turista que traz o dinheiro mas trouxe também a poluição que acaba com o peixe.*

(84-Boiç.) *Trouxe mais turistas mas trouxe também gente ruim, gente mal vestida e deixou os caçaras vagabundos.*

Alguns imigrantes que estão na região há mais tempo e conheceram as praias de Maresias enquanto habitat do caçara criticam esta ocupação recente:

IMIGRANTE - (43-Boiç.) *Trouxe outro tipo de turista que não está preocupado com os caçaras, só pensam em aterrorizar. Gente de cidade mesmo.*

(40-Boiç.) *Crescimento turístico, construções, condomínios, choque cultural, econômico, empobrecimento dos caçaras. Eles viviam bem e hoje estão empobrecidos.*

(141-Camb.) *Espoliação dos caçaras, exploração do capital paulista, destruição da paisagem natural.*

Os turistas, de um modo geral, estão preocupados com a região em si, com seu crescimento acelerado e desordenado, mas não pensam especificamente no bem estar das comunidades caiçaras e sim na conservação daquele ambiente para ser utilizado enquanto recurso para o lazer. Eles se preocupam com o impacto das atividades humanas no meio ambiente, mas excluem as lógicas econômicas-sociais implícitas.

Este discurso parece estar relacionado à mentalidade preservacionista corrente nos veículos de comunicação, nos grupos de preservação ambiental e nos próprios órgãos que regem a legislação ambiental do país. Há um discurso - às vezes específico, às vezes genérico, do qual os indivíduos se apropriam mas se mantêm à distância do objeto sobre o qual discursam. Há uma nítida deformação da realidade em função da própria ignorância em relação à ela. Há uma preocupação genérica em se salvar a natureza, o verde, mas não se coloca que os próprios indivíduos e a sociedade devam ponderar certos valores utilitaristas que têm como sustentação a crença em uma superioridade do homem sobre a natureza. Força-se a natureza ao ponto da ruptura e mais, nega-se ou ignora-se o "outro" - aquele que além de ter construído outros códigos de existência conseguiu, durante séculos, uma interação harmoniosa entre sociedade e natureza.

Mas a própria realidade vai construindo outro discurso. Uma de nossas hipóteses foi confirmada a partir destas primeiras questões. O "crescimento perverso" que ocorreu na região na última década está destruindo a própria justificativa do turismo (uma paisagem natural, com recursos naturais conservados, um ambiente agradável e sossegado para o lazer). A continuar o ritmo da ocupação atual é possível que o próprio turista não se interesse mais por esta região.

TURISTA - (22-Mar.) Pierou, ficou mais fácil descer para cá e trazer problemas.

(19-Mar.) *Criminalidade, poluição, congestionamento.*

(126-Camb.) *Destruiu tudo, veio a sujeira, os condomínios.*

(132-Camb.) *Eu gostava mais quando era barro. Perdeu a rusticidade, a simplicidade.*

Poucos entrevistados se sentem absolutamente seguros em relação à sua percepção positiva do "progresso" que ocorreu na região na última década. Dentre estes, os imigrantes são os que mais têm interesses no crescimento das vilas. Eles vieram com suas famílias e reivindicam escolas para as crianças, assistência médica, emprego e facilidades de consumo. Grande parte desses imigrantes se dedicam ao comércio ou a serviços ligados ao turismo (pousadas, camping, hotéis, etc.). Para eles, o crescimento das vilas é um fator fundamentalmente positivo e o modo de vida caçara, anterior a década de 60-70, é inconcebível, pouco civilizado.

CAIÇARA - (29-Mar.) *Melhorou porque antes era terra, barro, difícil de andar.*

(33-Mar.) *O caminhão anda mais ligeiro que a bicicleta e o carro de boi.*

(120-Camb.) *Foi bom porque a gente também precisava mas os turistas querem tudo para eles.*

IMIGRANTE - (44-Boiç.) *Trouxe a civilização para o caçara.*

(148-Camb.) *Depois do asfalto ficou tudo mais fácil, antes era uma aventura chegar até aqui.*

(2-Mar.) *Progresso, civilização, crescimento do comércio e do turismo e melhores condições de vida.*

De um modo geral, a percepção positiva das transformações da região é manifestada a partir das consequências econômicas e a percepção negativa a partir das consequências sócio-demográficas. Como a segunda é consequência da primeira parece que as soluções exigem um

planejamento mais responsável para a ocupação turística da região.

Com os resultados obtidos a partir destas duas primeiras questões é possível dizer que, de um modo geral, predomina entre os entrevistados uma percepção imediata a partir das consequências econômicas positivas que o asfaltamento da rodovia gerou. É como se tivesse havido uma verdadeira revolução na vida objetiva, prática, principalmente para os caiçaras que não conheciam nenhuma outra forma de urbanização. Mas quando a reflexão se dirige para uma área mais subjetiva da vida social e mesmo individual, a percepção das transformações se torna totalmente negativa: insegurança social, medo, marginalidade, exploração, degradação da paisagem, do habitat, do lugar.

A "transformação", neste caso, é um valor ambíguo, repleto de contradições. Se de um lado a percepção positiva das transformações da região é manifestada a partir das consequências econômicas (expansão do comércio e serviços, maior oferta de empregos, melhoria da infra-estrutura, etc.), de outro, a percepção negativa causada pelas consequências sócio-demográficas é muito forte. Como a segunda é consequência da primeira parece que as soluções exigem um planejamento mais responsável para a ocupação turística da região.

Para os três grupos a trajetória da perda é uma curva ascendente. A avaliação do saldo de lucros e perdas é uma controvérsia sem fim.

Para os caiçaras, a esperança em ascender economicamente, obter melhores serviços e infra-estrutura e maior facilidade de acesso aos centros urbanos se transformou no "fantasma" da marginalidade e da expropriação. A marginalidade está representada nas dimensões cultural, econômica e social. Sua cultura, seus hábitos, seu modo de vida não se adequam a nova ordem econômica. É uma sociedade que deve se transformar para não viver segregada dentro de seu próprio espaço, pois os caiçaras

passaram a viver divorciados da terra e da natureza. A própria paisagem foi sacrificada, dividida, privatizada.

Para os imigrantes, a transformação desses bairros em centros urbanos equipados é condição fundamental para a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, a degradação sócio-ambiental que está se proliferando rapidamente, no distrito, gera os mesmos problemas urbanos dos quais eles acreditavam ter "fugido".

Os turistas estão divididos. Os que conheceram a região recentemente acreditam que o saldo positivo das transformações atuais é muito grande: *"Era preciso conhecer esta região, dar acesso a todos, é lindo aqui"*. Os que conheciam a região antes do asfaltamento da rodovia são mais pessimistas:

TURISTA - (64-Boiç.) *Se continuar a construir dessa forma vão acabar com tudo. Tem que ter regras para esta urbanização.*

(60-Boiç.) *Como sempre progresso traz desordem. Infelizmente nós não sabemos progredir e conservar ao mesmo tempo.*

Há um consenso entre os três segmentos sociais em relação à percepção das transformações recentes do litoral norte paulista: a continuar o ritmo de ocupação atual o saldo das perdas culturais e sócio-ambientais será mais significativo que o "mérito" de haver incorporado a região ao âmbito da sociedade urbano-industrial, dita civilizada. E é esta reflexão ambígua que nos remete a uma realidade multifacetada. A natureza está sendo transformada para sujeitos sociais específicos, não mais para os caiçaras e sua cultura mas para sujeitos da sociedade urbano-industrial que vêem a natureza como objeto de consumo.

Não se pode dissociar esta transformação dos mecanismos utilizados para ela se impor. A incorporação da região à economia de mercado e seu processo de urbanização, custou à região a perda de sua própria identidade sócio-cultural e dos antigos códigos que regiam a relação homem X natureza.

A RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PAISAGEM

A paisagem não é apenas a sua forma mas uma associação entre conteúdo e forma que vai metamorfoseando suas dimensões concreta e simbólica. A paisagem humanizada passa por uma organização sócio-econômica e cultural específica onde o homem é o mediador entre o que a natureza oferece e aquilo que ele quer dela. O homem transforma a paisagem natural/primitiva num acúmulo resultante de um processo histórico e natural. A paisagem é mutável, dinâmica, tanto através de seus processos específicos, como através das transformações sociais:

"O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS, M. 1988:15)

Tomando outra linha de pensamento - a da percepção individual e coletiva - a paisagem passa por uma leitura mais subjetiva onde ela é percebida, sentida e experienciada a partir do indivíduo (ou de um determinado segmento social), ganhando importância em termos de representação de mundo e conduta dos indivíduos em relação à utilização dos recursos da paisagem. A partir da concepção que o indivíduo "monta" da paisagem que ele percebe é que ele irá estruturar formas de utilização e relação com a natureza.

Com a terceira questão *"O que representa para você o sertão e a praia no litoral de Maresias?"* buscou-se detectar a percepção ambiental quanto às concepções de mundo (sociais ou lúdicas) que cada segmento social transfere para o espaço. Historicamente, a divisão entre sertão e praia auxiliou no equilíbrio da vida das comunidades

caícaras. O sertão era o espaço de trabalho, ninguém morava no sertão. O sertão era para a lavoura, para a caça, coleta, transporte da banana pelo rio, confecção de barcos, etc. A praia era o lugar privilegiado das relações sociais. Era o lugar das moradias, das festas, do convívio social. Mesmo a pesca, como atividade econômica associada ao mar, se relacionava não só ao trabalho e à sobrevivência mas a uma multiplicidade de relações sociais (parentesco, festividades, etc.).

Este mundo concreto e dual (terra/mar, sertão/praias, roça/pesca, etc.) era construído a partir da correspondência entre um mundo físico/objetivo e um mundo de significados/subjetivo. Essas analogias, apesar de serem testadas pela experiência e pela observação empírica, eram povoadas por uma visão de mundo subjetiva, onde a natureza não era vista como um objeto exterior à vida do grupo mas como elemento integrante de sua cosmovisão. Os caícaras mais velhos guardam vivas essas memórias e respondem que o sertão é o espaço de trabalho, de roça, de sobrevivência quando, na verdade, o sertão já não possui esta função:

CAÍCARA - (30-Mar.) *Lá era só prá roça, banana, agora tão construindo por tudo.*

(34-Mar.) *O sertão era prá trabalhar na roça e a praia prá pescar. Agora o sertão é prá morar e a praia é dos "tubarão".*

(35-Mar.) *A praia é melhor, o sertão é prá trabalhar e pegar plantas.*

(36-Mar.) *Sertão representa tudo porque antigamente a gente vivia só do sertão. A praia era só prá pescar e transporte marítimo.*

Na verdade o sertão já não possui esse significado e apenas os caícaras mais velhos estão apegados a ele. O sertão atualmente é o lugar de moradia, pois é mais barato. Os caícaras que venderam seus terrenos da praia e os imigrantes com baixo poder aquisitivo não conseguem

comprar um terreno na praia novamente e vão morar no sertão. No bairro de Maresias e em Camburi não existem mais caçaras morando em frente à praia. Em Camburi, muitos ainda conseguiram manter suas casas na vila sem ter que ir para o sertão. Essa situação - de marginalidade sócio-espacial dentro de seu próprio habitat - deixa os caçaras revoltados contra os turistas ricos, os "tubarões".

Em Boiçucanga apenas um caçara não vendeu seu terreno em frente à praia, o Sr. Kida, mas esta família é uma rara exceção na história da ocupação atual destes bairros. A maioria mantém suas propriedades, a beira mar, apenas na lembrança:

CAÇARA - (88-Boiç.) Aqui na praia meu terreno (3.800 m²) vale milhões de dólares mas eu não vendo se não não compro de novo

"Você sabe que numa época, da casa do meu pai eu ia prá praia por qualquer lado, direto, não tinha uma cerca, não tinha nada. Cheio de árvores, tudo limpo em baixo, sem ter casa, sem ter nada. O pessoal marcava a propriedade com uma mangueira, uma jaqueira. . . Quando minha tia vendeu aquele terreno (uma parcela) foi um choque. A gente era moleque e ficava até atro pelado com tanto muro de pedra, apareceram os arames farpados, perdemos a frente da praia. Eu não conseguia entender esse negócio de privacidade, de separar. . .

Caçara descendente da família Mattos, de Boiçucanga

Apesar disso Boiçucanga é um dos poucos bairros de Maresias que possui várias famílias de caçaras morando no centro da vila. São famílias que possuíam grandes terrenos e venderam apenas o lado defronte à praia. Dessa forma se mantiveram próximos à praia e sem necessidade de ir morar no sertão. Dos três bairros Maresias é o que tem mais caçaras vivendo no sertão por isto eles já não relacionam praia com moradia. Em Camburi e Boiçucanga a praia ainda tem esta representação:

CAIÇARA - (100-Boiç.) *Representa a distância da praia. Praia é de pescador, sertão de imigrantes.*

(113-Camb.) *No sertão é pessoas que vem de longe. As famílias nativas estão na praia, não estão no mato.*

Os caiçaras mais jovens sabem que esta diferença sobreviverá por pouco tempo e o que ficará é a marginalização sócio-econômica representada espacialmente.

CAIÇARA - (82-Boiç.) *Não sei até quando vai existir... o sertão está mais preservado mas a tendência é que a diferença se acabe.*

(96-Boiç.) *Acabou o sertão em Boiçucanga. Onde tinha sertão (a roça) agora é só casa e luz direto e a mata é reserva.*

(118-Camb.) *Tem diferença pois fica difícil vir pra praia. Quem deveria morar no sertão é o turista que tem carro.*

Para o caiçara, transferir sua moradia da praia para o sertão é o mesmo que perder um símbolo de status social. Em Maresias os terrenos na praia são supervalorizados e no sertão, por não ter infra-estrutura, os terrenos são mais baratos. Os imigrantes mais pobres que chegam em Maresias se estabelecem cada vez mais próximos dos morros ou mesmo em cotas mais altas. Em Boiçucanga, por exemplo, o sertão do Cascalho (estrada aberta em direção ao morro) está ficando conhecido como uma área periférica que abriga marginais. A população local não tem mais segurança de circular livremente por estas localidades, e sente que seu espaço está sendo cada vez mais e mais comprimido.

Apesar dessas planícies serem "fechadas" pela presença da Serra em seus entornos, predominava entre os caiçaras uma noção de "aberto" no espaço de vivencialidade. Atualmente, apesar dos limites da Serra estarem sendo transpostos pela rede viária e pelos contatos sistemáticos, predomina a noção de "fechado", relacionado ao

"apinhamento". Parece que, para a percepção caiçara a Serra não limitava o horizonte, simplesmente compunha-o, mas as construções atuais o limitam. Para eles, o "esqueleto topográfico" está sendo compartimentado. Apesar de aceitar a funcionalidade dos equipamentos e recursos urbanos há como que uma repulsa à paisagem urbana.

"O espaço é, sem dúvida, mais do que um ponto de vista ou um sentimento complexo e fugaz. É uma condição para a sobrevivência biológica. Mas a questão de quanto espaço um homem necessita para viver confortavelmente não tem uma resposta simples (...). O nível de aspiração, sem dúvida, afeta o que cada um considera como espaço adequado. A aspiração é condicionada culturalmente". (YI-FU TUAN, 1983:64)

Em Camburi, o sertão teve uma ocupação diferente. Na década de setenta muitos jovens (em sua maioria paulistanos) construíram suas casas ali, como uma opção de vida. Era um lugar mais isolado, ao lado da mata e do rio. Para estes jovens a liberdade que eles buscavam se identificava com o sertão, além da facilidade econômica. Essa identificação do sertão com liberdade e sossego permanece ainda hoje de diferentes formas.

TURISTA - (16-Mar.) *Eu curto o sertão, a gente fica sossegado pra "fumar um", nada nã, é um barato.*

(126-Camb.) *É mais sossegado, tem mais natureza.*

(140-Camb.) *No sertão tudo é mais natural. Na praia é mais agitado, mais rico, mais social.*

Em relação à propriedade é possível perceber uma nova postura: a apropriação coletiviza dos espaços está se perdendo na necessidade da sobrevivência individual dos caiçaras. 100% da população caiçara entrevistada possui casa própria (TABELA 7), sendo que entre estes estão os posseiros e os 'posseiros de má fé' (que vendem a propriedade e permanecem nela).

TABELA 7 - Casa própria e alojamentos

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %	
casa própria	52	100,0	36	63,1	20	38,5
alugada	-	-	11	19,3	20	38,5
caseiros	-	-	7	12,3	-	-
alojamento	-	-	3	5,3	-	-
camping	-	-	-	-	4	7,7
hotel pousada	-	-	-	-	8	15,3

Esta proporção não significa que todos os caiçaras mantiveram suas propriedades mas que apenas os caiçaras que não venderam suas posses se mantiveram no distrito. Os que se desfizeram de suas propriedades (por opção ou pela falta dela) migraram para outras regiões buscando oportunidades de sobrevivência que o distrito já não oferecia por estar super valorizado. Segundo depoimentos da população local esses indivíduos foram, em sua maioria, para as periferias de Santos, Guarujá e São Sebastião.

"Eu conheço pescador que a casa dele hoje é ponto de ganhar dinheiro. Eu vou lá e fico com o coração meio partido. Casa que era de pescador hoje tem cara de fora que ganha dinheiro e se dá bem. É a sorveteria La Rasque, que enche de gente no verão era casa de pescador. Ele fez um empréstimo no Banco para comprar um barco, aí ficou sem dinheiro e hipotecou a casa. Quando viu que ia perder, vendeu a casa por um preço bem abaixo do que ela valia. Perdeu o barco, a casa e tá trabalhando de empregado na periferia do Guarujá. Você vê, ele foi atrás da pesca, porque não sabia ganhar dinheiro de outro jeito, e hoje um cara de fora ganha rios de dinheiro na casa que era dele. A gente não tem o poder que eles tem de transformar as coisas em dinheiro" (Xixico, caiçara de Boiçucanga)

Entre os imigrantes 63,1% possuem casa própria, sendo que neste grupo a questão da posse sem escritura é mais comum. No grupo dos turistas entrevistados 38,5% são proprietários de imóveis (no geral imóveis mais modernos, mais bem acabados e construídos em áreas maiores que as residências de caíçaras). Embora a proporção de proprietários seja bem menor entre os turistas do que entre os caíçaras, são os primeiros que comandam a especulação e a valorização dos imóveis para locação nas temporadas. Esta situação alimenta a atuação dos posseiros pois é muito oneroso alugar um imóvel no distrito de Maresias. Como sobram áreas não construídas e é muito difícil a fiscalização, principalmente no sertão, os posseiros abusam desse recurso.

Em relação ao sertão e a praia, hoje, são fundamentalmente duas as representações sociais transferidas para esta dualidade do espaço de Maresias (mata-mar, urbano-rural, etc.). Uma é de ordem econômica:

CAIÇARA - (88-Boiç.) *Aqui na praia o público é melhor, o sertão é estratificado, lá no final é só pobre, é mais barato o terreno.*

(9-Mar.) *Representa uma divisão da sociedade. A praia é para quem tem capital, no sertão mora mais os caíçaras.*

(58-Boiç.) *A praia hoje é do bacana. No sertão a especulação está embutida, a propriedade já é das grandes empresas e os pequenos só tentam garantir o seu direito de posse.*

(154-Camb.) *É uma divisão de classes, o sertão é mais pobre e o pessoal rico é da praia.*

Mas esta percepção da estratificação sócio-econômica transferida para o espaço passa quase despercebida pelo turista. São os caíçaras e os imigrantes, que vivem nos bairros e conhecem suas dificuldades cotidianas, que sentem esta marginalização sócio econômica e espacial. É também por isto que os turistas não relacionam estes espaços a moradia ou trabalho. Para eles este é o espaço exclusivamente

consagrado ao lazer, um mundo onde eles estão justamente buscando o distanciamento destas esferas.

Para o imigrante, morar na praia ou no sertão não é um símbolo de status social como para o caçara mas uma questão de facilidades. É no centro das vilas, ou seja, na praia que estão concentrados os serviços e comércio e isto significa trabalho, emprego e consumo. Para aqueles que possuem um alto poder aquisitivo é até mais conveniente morar mais afastado da praia, longe da "bagunça", mas para aqueles que não possuem condução morar mais perto da praia é mais funcional.

A praia é, para os três grupos entrevistados, sinônimo de comércio e movimento. Se por um lado isso é um símbolo do crescimento, do "progresso", por outro significa congestionamento, burburinho. Nas temporadas a população dessas praias é multiplicada por 3 a 4 vezes o seu número e a maioria fica circulando pelas praias, bares e comércio. O imigrante e o caçara sentem a saturação de seu ambiente. Apenas os turistas, no geral os mais jovens, se sentem satisfeitos com este movimento, sendo para eles sinônimo de "badalação".

Atualmente a praia se presta a confusão social. O lixo nas praias, o congestionamento das vielas sem saída, o comércio, os pescadores artesanais, susfistas, os "barulhentos paulistanos" indicam que não só o espaço foi apropriado de diferentes formas mas que os "costumes" estão diferentemente representados, dando uma significação social à cena bem diversa daquela tradicional. Hoje a praia é o lugar dos pescadores, o espaço público dos bairros e "passa a representar também a culminação do ritual do passeio urbano" (CORBIN, A. 1989:50)

A outra representação que a população local e os turistas transferem para o espaço é de cunho qualitativo. O sertão é sinônimo de

sossego, de rusticidade, simplicidade, natureza. Estes adjetivos dados à paisagem (tranquilo, sossegado, agradável, rústico, etc.) transmitem à ela tanto valores estéticos, afetivos como utilitários.

CAIÇARA - (37-Mar.) *Para o comércio é melhor na praia mas para quem quer sossego é melhor no sertão.*

IMIGRANTE - (54-Boiç.) *O sertão ficou mais com as características do lugar, a praia está perdendo tudo isso.*

(141-Camb.) *O sertão está mais preservado, na praia a vida local rústica acabou.*

TURISTA - (19-Mar.) *Eu adoro o sossego do sertão, me sinto num sítio. Por outro lado estou pertinho da praia, isso é maravilhoso.*

(126-Camb.) *É mais sossegado, tem mais natureza.*

(60-Boiç.) *Fica mais autêntico ter o sertão, fica mais simples.*

Para o caíçara, embora ele não queira ir morar no sertão, esse sossego representa o que restou de seu mundo, de seu habitat. Eles vivem este espaço e sabem da importância de sua manutenção. Para o imigrante isto não tem tanta importância diante de suas necessidades urbanas imediatas (comércio, infra-estrutura, lazer, serviços, etc.) mas ele sabe que a preservação do sertão é a preservação da peculiaridade da região e que sem esta peculiaridade - onde está embutida a história da cultura local - a região perderá um grande atrativo turístico.

Para os turistas é a conjunção desses dois ambientes naturais (mar e mata) que torna a região tão atrativa. Nesse sentido a paisagem litorânea é percebida como um conjunto de elementos naturais (mata, mar, relevo, rios) que compõe diversos ecossistemas combinados.

TURISTA - (16-Mar.) *Essa conjunção de um ambiente litorâneo com um ambiente rural é maravilhosa.*

(21-Mar.) *São dois mundos diferentes, como se o sertão fosse o mundo rural e a praia o mundo urbano.*

(23-Mar.) *São dois ecossistemas que se combinam dando uma peculiaridade a este local.*

(24-Mar.) *O sertão parece que faz parte da cultura local. Para quem vem de fora é um recurso turístico a mais além da praia.*

(74-Boiç.) *É tudo uma coisa só integrada no mesmo ecossistema.*

(130-Camb.) *Eu gosto muito do sertão. Essa praia sem o sertão acabou a praia.*

(137-Camb.) *Na praia a preocupação paisagística é menor, existe por parte da população um interesse econômico imediato. No sertão as pessoas tem uma preocupação maior em preservar.*

É esta dualidade sertão-praia que torna a região diferente do litoral sul de São Paulo que, para os turistas, já está muito urbanizado. Este grupo possui um discurso intelectual mais articulado devido às suas próprias características (43,2% possui formação de terceiro grau e 17,8% estão cursando uma escola superior), e com a vivência em cidades muito urbanizadas (82,7% dos turistas entrevistados são paulistanos) eles estão cientes das questões ambientais emergentes como, por exemplo, a preservação de ecossistemas naturais. Enquanto nenhum caçara ou imigrante entrevistados relacionaram o sertão e a praia com ecossistema, equilíbrio ecológico e mesmo elementos da natureza (apenas 2 caçaras), 34,6% dos turistas identificaram o sertão dessa maneira.

Isso significa que a urbanização mal planejada dessa área (sertão) trará um prejuízo para todos. Muitos depoimentos, no trabalho de campo, colocam esta urbanização caótica como realidade efetiva. As

empreiteiras estão cortando morros para utilizar a terra nas construções, muitos estão construindo com as pedras do rio acelerando o seu assoreamento (depoimento dos pescadores de Boiçucanga), reservas naturais de caxeta estão sendo derrubadas e aterradas para a construção de condomínios e loteamentos, principalmente em Camburi. O que se vê é que os morros estão sendo ocupados gradualmente, mesmo nas cotas não permitidas pelo zoneamento municipal.

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE ?

É justamente da administração municipal que os três grupos entrevistados esperam uma iniciativa mais efetiva em relação ao planejamento do distrito.

TABELA 8 - A quem compete cuidar do litoral de Maresias ?

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
Prefeitura	31	59,6	32	56,1	28	53,8	91	56,5
Prefeitura e outros agentes(SOABs, moradores, usuários)	9	17,3	14	24,6	8	15,4	31	19,2
SOABs e moradores	7	13,5	5	8,8	7	13,5	19	11,8
Prefeitura e Gov. Estadual	1	1,9	4	7,0	4	7,7	9	5,6
Sub-Pref. de Boiçucanga	-	-	1	1,7	-	-	1	0,6
Entidades Ecológicas	-	-	-	-	3	5,8	3	1,9
Um órgão que funcionasse	3	5,8	-	-	-	-	3	1,9
Polícia	1	1,9	-	-	-	-	1	0,6
Não sei	-	-	1	1,7	2	3,8	3	1,9
TOTAL	52	100,0	57	99,9	52	100,0	161	100,0

Segundo à questão *Para voce o litoral de Maresias deveria ser cuidado por quem ?* 75,8% dos entrevistados (Tabela 8) responderam que compete a prefeitura, ou sozinha ou em conjunto com outros agentes, a responsabilidade de cuidar do distrito. Em Boiçucanga, encontramos alguns entrevistados que querem que a costa sul do município (distrito de Maresias) tenha mais autonomia. Pela distância da sede do município e pela quantidade de recursos financeiros arrecadados na costa sul através do IPTU, alguns moradores acreditam que esta autonomia só traria benefícios para os bairros e sua população, seja através da emancipação do distrito, de uma maior autonomia da sub-prefeitura de Boiçucanga ou através de SOABs mais organizadas.

IMIGRANTE - (1-Mar.) *Por uma SOAB competente que conseguisse uma parte do IPTU arrecadado pela prefeitura.*

(54-Boiç.) *Pela prefeitura, como isso não ocorre as SOABs deveriam ter mais poder.*

Mas os caiçaras não acreditam nas SOABs. Embora eles queiram uma representação popular que atue junto com a prefeitura eles não estão devidamente representados nas SOABs, pois se sentem impotentes ao lado dos imigrantes que as lideram.

CAIÇARA - (31-Mar.) *Deveria ser a sociedade local mas os "cabeças" das SOABs são sempre os paulistas.*

(37-Mar.) *Com a SOAB não dá pra contar, tem que ser a prefeitura.*

Eles sentem que os seus problemas de sobrevivência enquanto uma cultura local estão sendo atropelados pelo crescimento acelerado das vilas. A falta de organização do caiçara enquanto um grupo coeso desperta neles uma certa necessidade de paternalismo em relação à prefeitura municipal:

CAIÇARA - (35-Mar.) *A prefeitura deveria cuidar para a comunidade caiçara.*

(120-Camb.) *A prefeitura, mas pensando na gente que já estava aqui.*

Alguns imigrantes e turistas entrevistados consideram o caiçara facilmente manipulável pela sua ignorância do jogo político na representação social. Esta é uma questão bastante complexa pois o caiçara viveu à margem do poder político durante séculos e foi lançado à sua revelia num período de tempo muito curto, sem ter tido tempo suficiente para dominar os mecanismos da representatividade social, nem mesmo enquanto cidadão.

A questão da competência ou seja, a quem compete cuidar do meio ambiente é uma questão bastante complicada. Assim como em outras áreas do país, no distrito de Maresias vários órgãos se sobrepõe no poder de atuação e fiscalização ambiental. No litoral esta questão é ainda mais complexa, pois envolve a área do Parque Estadual da Serra do Mar, área do Condephat (áreas planas) e áreas de competência estadual e federal (acima da cota 200). No distrito temos, por exemplo, a Secretaria do Meio Ambiente, a CETESB, D.P.R.N., S.P.U., Prefeitura Municipal, Marinha, Polícia Florestal, etc. sobrepondo competências em muitos casos, sendo que, quando há conflito entre leis prevalece a mais restrita (Item L, 1, I da diretrizes, normas e recomendações ao tombamento da Serra do Mar, 6/6/85).

O que resta disso tudo é uma burocracia que não funciona e ainda leva para a população o descrédito na máquina administrativa que atua na região. Há como que um consenso sobre a deficiência do Estado nos três segmentos sociais entrevistados. Entre os caiçaras este descrédito vai mais além pois eles também não confiam nas instituições sociais como partidos políticos, serviços sociais, cooperativas, colônias de pesca e SÁBs.

A configuração deste descrédito justifica as respostas categóricas dos entrevistados ao afirmarem que quem deve "tomar conta" do distrito é o poder municipal. Alguns entrevistados chegam a reivindicar uma maior autonomia, seja para o município ou mesmo para o distrito. A população não acredita mais em soluções vindas 'de fora', mesmo porque a maior parte dos problemas são específicos à área.

Seguindo este raciocínio, na opinião dos entrevistados não há meio termo: ou o Estado assume a responsabilidade e faz realmente funcionar a máquina administrativa ou deixa esta competência para o poder municipal, dando maior autonomia a este.

Por outro lado, os órgãos mencionados se defendem alegando falta de recursos (seja humano ou financeiro) para uma atuação mais efetiva. Nesse embate de discursos as soluções são proteladas e a ocupação do distrito pelo setor turístico vai se expandindo à revelia da população local.

TABELA 9 - Atitudes em relação à ocupação da Serra do Mar

Áreas permitidas p/ ocupação segundo os entrevistados	CAIÇARAS	%	IMIGRANTES	%	TURISTAS	%	TOTAL	%
só nas áreas planas	14	26,9	16	28,1	15	28,8	45	28,0
até a cota 100	4	7,7	1	1,7	1	1,9	6	3,7
até a cota 40 (sujeita a declividade - 35/40 graus)	-	-	1	1,7	-	-	1	0,6
seguir zoneamento munic.	1	1,9	1	1,7	4	7,7	6	3,7
nem na praia nem no morro	1	1,9	2	3,5	1	1,9	4	2,5
não deveriam ocupar mais	12	23,1	9	15,8	12	23,1	33	20,5
podem ocupar tudo	1	1,9	4	7,0	4	7,0	9	5,6
não sei	4	7,7	3	5,3	-	-	7	4,3
não responderam	15	28,8	20	35,1	15	28,8	50	31,1
TOTAL	52	99,9	57	99,9	52	99,9	161	100,0

Com a questão de número 5 : *Para você, a praia em direção ao sertão até onde e de que forma deve ser ocupado o litoral de Maresias ?* (TABELAS 9 e 10) buscou-se detectar se a noção de preservação ambiental está presente ou se ela é submetida às necessidades de ocupação.

TABELA 10 - Atitudes em relação à ocupação da Serra do Mar

Forma de ocupação desejável	CAIÇARAS	%	IMIGRANTES	%	TURISTAS	%	TOTAL	%
não deveria ocupar mais	3	5,8	9	15,8	13	25,0	25	15,5
sem desmatar aleatoriamente	19	36,5	17	29,8	11	21,2	47	29,2
não tem mais jeito	8	15,4	3	5,3	-	-	11	6,8
com planejamento e preserv. dos R.N.	4	7,7	12	21,0	16	30,8	32	19,9
com saneam/º, assist. e infra-estr.	2	3,8	3	5,3	2	3,8	7	4,3
sem fechar praias, rios, etc.	2	3,8	-	-	-	-	2	1,2
com mais fiscalização da prefeitura	-	-	2	3,5	1	1,9	3	1,9
com traçado urbano organizado	1	1,9	1	1,7	1	1,9	3	1,9
como está sendo	1	1,9	7	12,3	5	9,6	13	8,1
não sei	4	7,7	3	5,3	1	1,9	8	5,0
não responderam	8	15,4	-	-	2	3,8	10	6,2
TOTAL	52	99,9	57	99,9	52	99,9	161	100

A primeira hipótese foi confirmada pois 28% do total dos entrevistados responderam que a ocupação deve se restringir às áreas planas. 20,5% acha que a ocupação deve parar imediatamente para se poder pensar em preservar o que restou dos recursos naturais. Apenas 5,6% acha que a ocupação deve se espalhar por todas as áreas - inclusive nos morros. Desses 3,6% apenas um caiçara respondeu dessa forma mas aludindo que:

CAIÇARA - (35-Mar.) *Podem ocupar até o morro para construir casas. Quanto mais gente mais peixe eu vendo.*

Mas esta visão não é compartilhada por outros caiçaras que sabem que o dinheiro que o pescador artesanal consegue hoje com o turismo não dá para ele viver com a fartura que vivia há décadas atrás quando possuía sua roça e não tinha tantas necessidades de consumo.

Apesar de haver um senso comum entre os três grupos de que os morros devem ser respeitados e que mesmo a ocupação nas planícies deve ser melhor planejada, há uma percepção diferenciada entre os três grupos.

O caiçara percebe a necessidade dessa preservação ao nível de sua sobrevivência e de sua ligação afetiva com o lugar. O turista vê a paisagem como um objeto (de prazer, de admiração, etc.) exterior à ele. Entre o caiçara e a paisagem a relação sujeito-objeto se desintegra numa relação de maior reciprocidade:

CAIÇARA - (93-Boiç.) *Na parte de reserva de mata não devia ser ocupado, se cortar a mata a água seca.*

(83-Boiç.) *A serra não, se não o que a gente vai ver?*

(80-Boiç.) *Não deviam estragar tudo. Eu não vendi minhas terras daqui. O pessoal de fora não respeita nada.*

(119-Boiç.) *Eu acho que já tem muita casa, tem que parar por aí se não vai derrubar muita mata.*

O caiçara não se conforma que na ocupação turística esteja implícito o fato da privatização da natureza. O respeito pela natureza foi vivido durante séculos pelo caiçara como uma necessidade coletiva, não havia razão para cercas e muros. Os muros, além de representarem o medo da invasão da privacidade, representam a distância social que o turista transfere dos centros urbanos para esses bairros litorâneos. Tradicionalmente todos utilizavam e respeitavam a natureza. Atualmente, cada família vai se restringindo ao seu lote e o espaço social vai sendo cada vez mais restringido ao espaço construído (bares, escolas, igrejas, etc).

CAIÇARA - (34-Mar.) *Não deveriam deixar fechar com condomínios, nem a praia nem o morro. A gente tem que ter o direito de pelo menos andar por aí.*

(116-Camb.) *Eu sou contra essa devastação mas o dinheiro tem mais poder. Até na cachoeira já tem casa, 5-6 Km subindo o morro tem casa. Olhando daqui a cobertura de mata engana, já dentro, nas clareiras, já tá cheio de gente morando.*

A percepção dos turistas e dos imigrantes, embora chegue a conclusões semelhantes, passam por um outro viés. Estes dois grupos possuem um discurso mais articulado com o discurso ecológico que está sendo difundido pelos diversos meios de comunicação mas há, nesta postura, um certo distanciamento embutido na relação homem X natureza. É uma relação mais idealizada e menos objetiva.

IMIGRANTE - (46-Boiç.) *Tem que haver um controle, invadindo tudo perde a graça, acabam com o verde.*

(46-Boiç.) *Não devem ocupar os morros. É contra a ecologia.*

TURISTA - (16-Mar.) *Não deviam desmatar em direção aos morros,*

deviam preservar a natureza.

(64-Boiç.) Tinham que ser propriedades maiores para preservar maiores áreas.

Os imigrantes e turistas entrevistados tentam, através da ideologia do discurso preservacionista, legitimar a busca de uma liberdade que se perdeu quando se viram absorvidos por uma cultura materialista que deu à economia "as rédeas" de sua produção simbólica e de sua concepção de mundo:

"Na cultura ocidental a economia é o locus principal da produção simbólica (...) A singularidade da sociedade burguesa não está no fato de o sistema econômico escapar a determinação simbólica, mas em que o simbolismo econômico é estruturalmente determinante".

(SAHLINS, M. 1979:232)

"Salvar o verde", nesse caso, acaba se transformando na "fórmula mágica" que irá suprir as carências impostas pelo sistema capitalista. As representações de natureza estão repletas de imagens lúdicas, idealizadas, onde a imagem de fuga dos ambientes urbanos saturados, congestionados, povoam o imaginário coletivo. (CORBIN, A. 1980)

A natureza se transforma em objeto de prazer e admiração, um espetáculo externo que deve compor com sua visão de mundo. Mas não há uma relação direta entre sociedade e natureza, e sim uma relação mediatizada pela cultura capitalista e por suas instituições, códigos e normas. A relação das populações caiçaras com a natureza também era mediada por seus códigos culturais, contudo, não havia a pretensa postura de dominação mas uma relação harmoniosa e integrada que garantia a sobrevivência de ambos.

A partir da Tabela 10 é possível reforçar uma hipótese que foi levantada anteriormente. 25% dos turistas entrevistados responderam que o distrito de Maresias não deveria ser mais ocupado do que já está:

TURISTA - (59-Boiç.) *Quanto mais se ocupa mais se destrói, não deveriam ocupar mais.*

(19-Mar.) *Não deve ser mais ocupado do que já está se não estraga.*

(23-Mar.) *A ocupação deveria estacionar como está, até que seja montado um projeto cuidadoso de ocupação.*

(140-Camb.) *O sertão foi ocupado irregularmente, isso não pode continuar.*

Isso demonstra que muitos turistas, usuários desta região, estão descontentes com o tipo de ocupação que está tendo lugar e, caso esta tendência continue é provável que estes turistas escolham outra área para lazer e, por conseguinte, para aplicar seus recursos financeiros.

Entre todos os entrevistados 29,2% responderam em reação aos desmatamentos que estão ocorrendo no distrito. O que parece incomodar mais a população entrevistada são os desmatamentos inconsequentes de matas ciliares, aterros de áreas de mangue, corte de morros, etc. Estes fatos se relacionam mais ao sertão do que as áreas de praia.

Parece haver um consenso que as áreas de praia serão mesmo ocupadas e que o mínimo que se espera é que elas sejam bem urbanizadas. Em relação às áreas de mata, ao sertão, ocorre uma expectativa diferente. A população quer a preservação da serra do mar. Enquanto uns temem desmatamentos, outros admiram a beleza exuberante das matas fechadas, outros sabem que são estas reservas que preservarão a vida do litoral paulista em vários níveis.

IMIGRANTE - (39-Boiç.) *A serra do mar é a coisa mais bonita que a gente tem aqui. Acho que nem devia mexer nesses morros.*

TURISTA - (123-Camb.) *Tão tirando muita terra dos morros para fazer aterro, isso destrói e modifica o ambiente.*

Entre os três grupos o caiçara é o mais pessimista. Para ele todos os níveis da vida (social, econômico, simbólico, territorial, etc.) foram subitamente colocados em desequilíbrio e não por opção - como o imigrante, mas pela penetração de um fator externo à sua vida tradicional: o turismo. Ele perdeu as bases que ordenavam sua vida tradicional anterior e não acredita numa nova ordem, seja ela econômica, social ou ecológica. Sente-se acuado, derrotado e nesse sentido acha que não há mais nada a fazer.

CAIÇARA - (82-Boiç.) Agora vai indo, a população tá crescendo e as construções vão subindo os morros. O povo não tem dinheiro para construir na praia, vai fazer o quê?

A questão de número 6 : *Voce privatizaria a praia se dela fôsse proprietário? Porquê?* buscou detectar atitudes individuais em relação ao meio ambiente e se essas atitudes possuem coerência em relação às outras respostas. (Tabelas 11 e 12)

TABELA 11 - Atitudes em relação à privatização da paisagem

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
SIM	6	11,5	15	26,3	14	26,9	35	21,7
NAO	46	88,5	42	73,7	38	73,1	126	78,3
TOTAL	52	100,0	57	100,0	52	100,0	161	100,0

TABELA 12 - Porquê (justificativas)

SIM	TOTAL %		NAO	TOTAL %	
para só entrar gente micha	3	1,9	a natureza não tem dono	105	65,2
para ficar sossegado	8	5,0	mas criaria restrições	11	6,8
para preservar a natureza	13	8,1	é legalmente proibido	1	0,6
todo mundo quer	8	5,0	não é justo socialmente	7	4,3
faz parte do sistema capitalista	3	1,9	não há necessidade	2	1,2
TOTAL	35	21,9		126	78,1

11,5% dos caiçaras respondeu que sim, 26,3% dos imigrantes e também 26,9% dos turistas. É preciso discriminar o porque dessas posturas. Para a população caiçara, embora uma porcentagem bastante pequena tenha se mostrado a favor da privatização da praia é preciso situar esta afirmativa. Para eles, os turistas são os grandes responsáveis pela degradação ambiental que eles percebem através da sujeira na praia, da poluição dos rios, dos desmatamentos, etc. Quando o caiçara fala em privatizar a praia ele não quer dizer que a praia será só sua mas que, se pudesse, proibiria esse turismo selvagem. Ele tem consciência de que estas praias do litoral paulista só permaneceram preservadas devido a utilização da natureza empreendida pelo caiçara que pressupunha a preservação. Ele não concebe este uso irresponsável que deixa lixo e poluição por onde passa, assim como demorou a conceber a privatização no sentido capitalista.

CAIÇARA - (97-Boiç.) *Porque fazem muita sujeira, eu deixaria ir só o pessoal daqui.*

A maioria da população caiçara entrevistada (88,5%) não concorda com a privatização da praia em hipótese alguma.

CAIÇARA - (36-Mar.) *Deixaria ela livre prá todos, nada de cercas e muros.*

(103-Boiç.) *Nós não deixamos, toda vida foi livre. Fechar a praia é o mesmo que fechar a porta da frente da casa.*

(93-Boiç.) *Como a gente vai andar por aí com tudo cercado. Turista é que quer tudo só prá ele.*

(115-Camb.) *Praia é pública, que nem rua, não pode querer só prá gente.*

(121-Camb.) *Tem que ter passagem, é pública, o condomínio não podia ter fechado a praia.*

Há entre os caiçaras uma consciência intrínseca de que a

posse da terra - no sentido de propriedade privada - é, hoje, condição determinante para a sobrevivência de sua população nessa região. As primeiras propriedades cercadas e separadas por muros representaram o primeiro momento dessa consciência. Na emergência dela houve uma violação dos códigos de existência da vida tradicional. Não só a paisagem deixou de ser coletiva como os próprios códigos de existência passaram a ser segmentados. Houve uma transformação da forma e do conteúdo, da paisagem à concepção de interação entre sociedade e natureza.

Entre os imigrantes, apenas os entrevistados mais jovens desejariam ter uma praia privada buscando o sossego próprio. O restante dos imigrantes entrevistados pensam como os caçaras e só gostariam de afastar este turismo abusivo que começou após o asfaltamento da rodovia.

Entre os turistas, embora 73,1% tenha respondido contra a privatização os 26,9% restantes já demonstram uma certa incoerência em seus discursos.

TURISTA - (16-Mar.) *Sim, aí eu preservaria o meu meio ambiente. Em época de feriado voce não imagina a sujeira que eles fazem.*

(24-Mar.) *Teoricamente não, mas todo mundo quer ter uma ilha. É a mesma coisa...*

(65-Boiç.) *Para evitar o abuso do mal uso. Nós não temos cultura de um povo.*

(126-Camb.) *Para ter mais liberdade, menos gente e salvar a praia.*

(71-Boiç.) *Só assim para segurar os maloqueiros. São eles que destroem a praia.*

Os turistas são essencialmente urbanos e buscam a relação com a natureza para lazer. Fora isto, esta relação está mais bem articulada no discurso que na vida prática. Esses fatores, muitas vezes,

levam o turista a pensar em suas áreas escolhidas para o lazer fora do contexto da cultura local e dos problemas de impacto sócio ambiental que o próprio fluxo turístico gera em algumas áreas. Para estes, a natureza pode ser compartimentada e a preservação ambiental uma bandeira dos indivíduos que possuem poder econômico. Neste contexto de preconceito social o discurso da preservação ambiental se torna vazio.

Por outro lado, são justamente os turistas que possuem um discurso mais objetivo para contestar a privatização da natureza. O perfil sócio-econômico dos turistas é mais privilegiado que o dos outros grupos entrevistados. São na maioria paulistanos com nível superior de escolaridade, bons empregos e com mais recursos financeiros. É provável que esse perfil sócio econômico aliado à falta de afetividade direta com o lugar sejam os geradores deste discurso.

TURISTA - (17-Mar.) Se todo mundo for fechando a praia em pouco tempo não sobrá mais praia para ninguém.

(24-Mar.) Porque socialmente não é justo, ainda mais num país como este onde a renda se concentra em poucas mãos.

(67-Boiç.) O acesso é de todos. O elitismo acabou com Ubatuba

(137-Camb.) É um absurdo a privatização da paisagem.

Cada um dos três grupos entrevistados possui uma relação específica com a natureza. O nível desta relação passa pela utilidade que ela tem para cada grupo.

Tradicionalmente a relação do caçara com o meio ambiente sempre foi explícita e se traduziu em todas dimensões de sua vida, passando por suas estratégias de sobrevivência, onde as atividades econômicas e produtivas sempre dependeram diretamente dos recursos naturais, até atingir dimensões mais subjetivas de sua cultura onde as festividades e reuniões sociais sempre estiveram associadas aos ciclos da

natureza: tempo de plantar, tempo de colher, de pescar, de navegar, de festejar a chegada dos cardumes de tainha, de cortar a madeira, de não cortar enfim, de ordenar a cultura a partir de um ajuste ecológico. O sistema de apropriação da natureza se dava através de uma relação de complementariedade, não de posse.

Para o turista a relação com a natureza se dá de uma forma subjacente. O turista ao qual nos reportamos é um indivíduo fundamentalmente urbano, que teve sua experiência de vida associada a uma cultura individualista, essencialmente materialista e racional, frutos da visão capitalista de mundo. Dentro dessa lógica a percepção da natureza como lugar (fonte) de prazer é recente (THOMAS, K. 1988 e CORBIN, A. 1989) e se dá através de uma relação mais parcial entre o homem e a natureza. A utilidade da natureza para o turista passa por duas óticas. A primeira, mais diretamente relacionada ao discurso que à vida prática, elege a preservação dos ecossistemas naturais para a sobrevivência do planeta. Esta é uma alegação pouco consistente visto que não relaciona a preservação da natureza a um manejo racional - o que pode ser perfeitamente viável e exemplificado com a própria cultura caçara e mesmo por culturas mais complexas é desenvolvidas tecnologicamente.

A outra ótica coloca a natureza como fonte de prazer, de descanso, de lazer. Aqui não se coloca mais uma natureza virgem, selvagem mas uma natureza organizada e humanizada. Esta ótica é mais coerente com o modo de vida capitalista. O turista - sujeito desta nova visão - quer a oportunidade de também desfrutar da natureza. É certo que de uma maneira mais parcial que o caçara, menos integrativa mas de qualquer forma ele abre um espaço em sua vida prática para também ter acesso à esta relação.

Nesta ótica há duas questões relevantes a serem colocadas. De um lado a questão da transferência de valores urbanos sem uma devida

reformulação. Segundo MORÁN (1990:29): "O sistema urbano-industrial impõe seus valores sobre áreas ainda não exploradas, e sob termos de intercâmbio desfavoráveis a tais áreas". O turista busca uma área onde a paisagem natural esteja preservada e o próprio modo de vida (mais simples, mais rústico) proporcione um "relaxamento" do mundo urbano. Porém, ele carrega consigo todos os seus valores, costumes e normas do mundo urbano, por isso mesmo a privatização da natureza e a "organização" da paisagem acabam funcionando como pressupostos.

Por outro lado, ao se acelerar o processo de utilização/apropriação da natureza, seguindo os mesmos moldes dos processos de urbanização tradicionais, perde-se a peculiaridade da região enquanto recurso turístico. Neste caso a natureza se transforma em um bem de consumo não durável e o setor turístico um setor pouco produtivo a longo prazo, visto que estará consumindo seus próprios recursos.

O imigrante se coloca em uma posição intermediária entre o caçara e o turista. Apesar desses indivíduos também carregarem valores urbanos em suas práticas sociais são indivíduos que fizeram uma opção - não apenas de ascender economicamente ou de associar a vida ao lazer, mas de associar a própria vida a uma relação mais estreita com a natureza. Esta opção se traduz numa qualidade de vida mais saudável, onde o contato com a natureza é sinônimo de liberdade, sossego, tranquilidade, saúde, felicidade, etc.

O que modifica a percepção ambiental entre os três grupos pesquisados é o tipo de vida prática (econômica, tecnológica, social e cultural) em que cada um está inserido. Para MORÁN (1990:30): "As relações homem/ambiente são mediadas pela cultura, pelas experiências acumuladas por qualquer população ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações".

Uma das diferenças fundamentais, encontradas a partir das entrevistas, é a percepção do ambiente enquanto lugar de vivência coletiva e enquanto propriedade privada. Essa questão se colocou nos primórdios da civilização e ainda se coloca entre culturas tradicionais e culturas complexas.

Em 1854, Henry D. Thoreau - autor consagrado pela sociedade norte americana - estimulou a desobediência civil contra o Estado, pregou o regresso à natureza e o respeito à liberdade individual e aos direitos à diferença e à diversidade. Sobre a propriedade privada ele escreveu:

"Por avareza e egoísmo, e por um hábito rastejante de que nenhum de nós está livre, o de encarar o solo como propriedade, ou principalmente como meio de adquirir propriedade, a paisagem é deformada, a lavoura degradada conosco e o agricultor vítima da pior das vidas. Conhece a natureza, porém como saqueador" (1984:159)

É claro que uma "ideologia da paisagem" não se transforma dentro de uma sociedade se ela mesma e os indivíduos que a compõe não se transformarem. Mas antes disso é preciso respeitar o direito às diferenças. Afinal, a harmonia não se dá pela homogeneização, ao contrário, ela é encontrada a partir da soma das diferenças respeitando as devidas proporções. O setor turístico precisa da privatização da paisagem para manter um "consumidor específico" de lazer. Mas a população caiçara não precisaria necessariamente ser expulsa de seu território. Ao contrário, o próprio setor turístico poderia "manter" a conservação de áreas específicas para a sobrevivência de comunidades caiçaras com suas atividades tradicionais (ranchos de pesca, restaurantes de caiçaras, casas de farinha, etc.). Esta seria uma forma de dinamizar o setor e respeitar as diferenças culturais, econômicas, sociais e mesmo as diferentes concepções sobre a relação ambiente e sociedade.

ENTRE O VALOR DE USO E O VALOR DE MERCADO

A sétima questão buscou 'enxugar' a noção de utilidade que tem o meio ambiente físico para cada um dos grupos: *Como você utiliza cada um destes recursos (mata, mar, praia, rios)?*

O lazer enquanto utilidade dada à natureza é relevante nos três grupos embora, como era de se supor, predomine entre os turistas. Apenas o caiçara não coloca o lazer como utilidade predominante, exceto em relação à praia. É que o caiçara, em sua cultura, não colocou a natureza como algo à parte de sua vida.

As comunidades caiçaras mantinham várias atividades sociais relacionadas ao lazer (cantorias, festividades religiosas, comemoração pela colheita, etc.) porém, o desfrute da natureza exclusivamente para o lazer (pescar, nadar, mergulhar, caminhar, etc.) era mais raro. O caiçara combinava este lazer às suas necessidades de sobrevivência: ao mesmo tempo que caminhava pela mata podia encontrar um 'pau bom' para fazer seu barco, enquanto pescava podia contemplar o mar e conhecê-lo melhor descobrindo novos 'pontos' de pesca, enquanto plantava e colhia suas roças redescobria os ciclos da natureza e se ajustava à elas. Dessa forma, os caiçaras construíam sua rede de conhecimento através de uma relação de complementariedade entre homem X ambiente. O lazer, enquanto desfrute da natureza, sempre foi mais uma postura de contemplação, respeito e admiração que o caiçara colocava em todas as esferas de sua vida (trabalho, descanso, etc.) do que uma passagem de uma esfera a outra.

CAIÇARA - (80-Boiç.) *Eu vivo aqui, eu uso isso tudo. Se entregarem tudo meus filhos e netos não vão viver no sossego que eu sempre vivi*

(120-Camb.) *Agora tá tudo cercado, a gente não tem mais liberdade de tá andando por aí, comendo fruto da mata.*

(121-Camb.) *A mata é uma vida, quando vira campo fica assolada.*

Como salienta CUNHA (1988:204) para as pequenas comunidades tradicionais o "tempo natural" é muito marcante, enquanto para as sociedades capitalistas-industriais é o "tempo do relógio" que prevalece. Para as primeiras,

"(. . .) as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho não se apresentam nitidamente demarcados, constituindo-se cada uma dessas dimensões da vida no prolongamento da outra, no segundo, dado o caráter das relações sociais que definem as sociedades complexas - especialmente as regidas por relações capitalistas -, a demarcação, a oposição e a dissociação entre tais dimensões parecem assumir maior precisão; pois o homem se encontra submetido a uma medida autônoma e externa do tempo, fora quase que totalmente do seu controle. O relógio, na metáfora que apresenta, consiste no regulador do ritmo dominante nas sociedades ocidentais. (. . .) Trabalho e lazer são, pois nesse modo de ordenação social, ainda que permeáveis, tornados opostos, separados, estáticos e, em certo sentido, negadores uma da outra"

O turista vê o lazer como um compartimento estanque de sua vida. Para ele, o valor utilitário da paisagem do litoral norte "é como um lugar de evasão do mundo do trabalho e do cotidiano, onde os indivíduos estão submetidos a ritmos de vida rígidos e repetitivos" (BLEY, L. 1990:202).

TURISTA- (71-Boic.) *O certo é utilizar tudo isso respeitando, preservando mesmo que seja só para o lazer.*

(130-Camb.) *Eu utilizo tudo isso para viver, lá em São Paulo eu trabalho.*

Os imigrantes ficam divididos entre uma postura e outra. Eles vieram para esta região com uma expectativa de trabalho e de ascender economicamente. Mas também vieram porque é uma região onde a vida

natural' está relativamente preservada e elas podem gozar de tudo isso.

IMIGRANTE - (50-Boiç.) *É uma beleza natural para se sentir, respirar.*

(40-Boiç.) *Para viver, para lazer e eu quero que tudo isto seja preservado. Fico doente em pensar em ver o rio sujo, o mar poluído e o morro desmatado.*

(55-Boiç.) *A única finalidade de tudo isso é tirar dinheiro do turista.*

Apesar das atividades econômicas terem se transformado em atividades capitalistas no distrito de Maresias, com esta questão de número 7 foi possível perceber que ainda existem muitos caçanãs sobrevivendo de atividades tradicionais.

Em relação à mata ainda existem muitos caçanãs artesões que se utilizam da madeira, principalmente a caxeta, para artesanato. A arte de fazer barcos e canoas está morrendo no litoral norte. Com as dificuldades burocráticas de se cortar uma madeira de lei (madeira grossa: Jamolão, Jequitibá, peroba, canela, loro, cedro, etc.) na área do Parque Estadual da Serra do Mar, apenas os mais velhos ainda sabem esta 'ciência', os mais novos não se interessam mais. Mas a arte de se fazer artesanato empregando matérias-primas como a palha, a taboa, madeira, taquara e barro ainda é passada de pai para filho sendo que existem atualmente muitos artesões, principalmente nos bairros de São Francisco (ceramistas), Baraqueçaba e Camburi (passarinhos em madeira), Boiçucanga (gaiolas) e em Juqueí, Sai, Boiçucanga e Una (trabalhos em taboa). Esta é uma atividade que sobrevive quase que na ilegalidade. Os artesões aproveitam a caxeta derrubada nas áreas de loteamento (a caxeta só dá no alagado) ou são obrigados a agirem como 'ladrões da mata' durante a noite, quando a fiscalização é mais difícil.

A pesca artesanal (peixe, marisco, camarão, guaiá, etc.) e as roças que ainda restam são os pilares da utilidade da natureza para o caçara. Através dessas três atividades (artesanato, pesca e lavoura) o caçara utiliza a natureza ao mesmo tempo que a contempla, respeita, conhece e admira. Seu lazer pode ser ao mesmo tempo o seu trabalho, enquanto ele contempla o mar fica à espreita esperando para ver 'se bate' algum cardume em sua rede. É esta percepção que é confundida - pelas mentes urbanas menos sensíveis - com indolência. O caçara observa o mar, às vezes durante horas, conversa com outros pescadores para formar uma opinião sobre sua 'visita' à rede de pesca. Respeita a opinião dos mais velhos sobre o 'tempo' (vento sul, vento leste, etc.), sobre o mar (mar 'grosso', mar 'liso', etc.) até tomar uma decisão. Enquanto o caçara pôde viver de suas atividades tradicionais (pesca, lavoura, artesanato) ele não precisou dividir seu tempo entre lazer e trabalho.

Esta polêmica fica bem clara numa piada comumente contada por caçaras da região que é a seguinte:

"O caçara tava deitado na rede olhando prô mar quando chegou um camarada de fora, desses magnatas e perguntou?

- *Porquê voce não sai para pescar?*
- *Eu já pesquei o bastante por hoje.*
- *Mas porque voce não pesca mais?*
- *Prá quê?*
- *Para juntar mais peixe para vender.*
- *E prá quê?*
- *Para ganhar muito dinheiro, ficar rico.*
- *E prá quê ficará rico?*
- *Para comprar muitos terrenos, barcos, redes...*
- *E prá quê isso?*
- *Para ficar sossegado o resto da vida.*
- *Mas eu já tô sossegado.*

As atividades econômicas capitalistas começam a ter um peso muito grande na vida dos caiçaras, mas são os imigrantes que as dominam. Em relação à utilidade dos recursos naturais para os imigrantes algumas atividades econômicas foram levantadas: madeireiras (exploração econômica da mata), empreiteiras (exploração econômica da mata, morros, e rios - madeira, terra e areia), mineração e pesca industrial.

A postura de contemplação/admiração da natureza dá a ela uma utilidade subjetiva. A natureza não é apenas para ser explorada mas para ser vivida, sentida, respirada. Esta percepção foi encontrada nos três grupos, mais entre os caiçaras e imigrantes e menos entre os turistas.

O julgamento de valor de uma paisagem passa pelo seu valor utilitário (de uso, econômico, financeiro, de mercado, de troca, etc.) e pelo seu valor simbólico (afetivo, estético, ideológico, etc.) (LACOSTE, Y. 1977:3). Nos três grupos entrevistados as duas formas de valor foram encontradas, só que com conotações diferentes.

Nos três há a relação da necessidade dos recursos naturais ou do contato com a natureza, só que para os caiçaras esta necessidade passa por um vizez mais qualitativo: é o valor de uso, a partir de suas necessidades de sobrevivência que confere a utilidade do meio ambiente ambiente físico e constrói uma dimensão simbólica. Para o turista o valor de troca, financeiro, quantitativo condiciona a utilidade do ambiente. Embora a dimensão simbólica não seja descartada, o valor de mercado dado a determinadas áreas de lazer acaba impulsionando uma sobrevalorização de determinadas áreas.

A paisagem do litoral norte possui um valor inerente a ela, relativo aos recursos que oferece, e um valor adquirido, relativo ao valor que os grupos sociais lhe conferem. O valor inerente está mais associado ao modo de vida tradicional e o que a natureza oferecia enquanto recursos

para a sobrevivência das populações caiçaras. Não havia um uso abusivo de seus recursos. O valor adquirido está mais associado a valorização recente da área pelo setor turístico.

Tomando as áreas de lazer como um componente da "indústria do turismo" temos o seu valor ditado pelo mercado. Na verdade, a especulação imobiliária apenas consagrou as paisagens que já haviam sido valorizadas aprioristicamente, a partir da valorização dos ambientes litorâneos pelas populações urbanas. As elites sociais - dando continuidade a este processo de valorização - vem consumir as cenas idealizadas que são vendidas, através da propaganda, pelo mercado imobiliário.

Entre todos os elementos naturais da paisagem litorânea, o rio é o único que foi considerado, pelos três grupos, como um recurso degradado e por isto mesmo pouco utilizado. É que os rios que cortam os bairros, da serra em direção ao mar, estão ficando poluídos. A multiplicação de construções com esgotos clandestinos em suas margens poluiu-os a ponto de não serem mais apropriados para banho. Há riscos de micoses, verminoses e mesmo outras doenças mais graves como a hepatite. Outro problema, principalmente para os pescadores, é o assoreamento dos rios. Eles estão cada vez mais rasos, tornando difícil a atracação de barcos. Apenas as nascentes e cachoeiras do sertão são lembradas como recursos utilizáveis, seja para o lazer ou para a sobrevivência.

CAIÇARA - (104-Boiç.) *Só dá pra usar os rios no sertão que a água lá é diferente. Aqui tá poluído.*

(93-Boiç.) *O rio é pra criar os peixes.*

(88-Boiç.) *Eu pouco entendo disto. Quando eu trabalhava na roça eu sabia o movimento do rio, como o rio era, agora a gente não sabe mais.*

A praia é fundamentalmente o 'locus' do lazer. Para o

TABELA 14 - Porquê ? (Justificativas)

	CAIÇARAS %		INHABITANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
traz progresso e dinheiro	17	32,7	18	31,6	11	21,1	46	28,5
é a tendência natural do litoral	1	1,9	5	8,8	5	9,6	11	6,8
é bom para o comércio	3	5,8	7	12,3	1	1,9	11	6,8
destróem tudo	6	11,5	4	7,0	8	15,4	18	11,2
mas não como está sendo	3	5,8	6	10,5	17	32,7	26	16,2
já foi, não tem mais jeito	7	13,5	3	5,3	3	5,8	13	8,1
turismo de massa não	-	-	2	3,5	2	3,8	4	2,5
turismo de elite não	1	1,9	2	3,5	3	5,8	6	3,7
mas preservando a cultura local	2	3,8	3	5,3	-	-	5	3,1
mas preservando a natureza	-	-	1	1,7	2	3,8	3	1,9
não sei	12	23,1	6	10,5	-	-	18	11,2
TOTAL	52	100,0	57	100,0	52	100,0	161	100,0

Para o caiçara o turismo é fundamentalmente a maneira de 'entrar' dinheiro nos bairros, seja através do comércio, dos empregos ou da ampliação da infra-estrutura e dos serviços. 19,2% dos caiçaras ainda não tem certeza se os benefícios trazidos pelo setor turístico compensam os danos por ele causados. Embora considerem o turismo a maior fonte de renda da população local, não acreditam mais em uma ocupação planejada e racional.

CAIÇARA - (100-Bpiç.) *Em particular não mas não tem outra alternativa. São Paulo está muito perto e é uma maneira de entrar dinheiro.*

(120-Camb.) *Já que não tem mais jeito eu já nem sou contra, mas pelo menos que deixem a gente - os velhos - viver com liberdade até a gente se acabar.*

turista praia é para nadar, surfar, 'agitar'. Para o caiçara a praia é para contemplar, trabalhar (arrumar o barco, a rede, dividir o peixe, etc.) e passear. Para os caiçaras mais jovens, que não pescam, praia é apenas para lazer e estes geralmente imitam o comportamento dos turistas e imigrantes. Grande parte dos caiçaras mais velhos não sabe nadar, logo, a praia é apenas para passear.

A pergunta de número 8: *Você concorda que o litoral de Maresias seja ocupado pelo setor turístico? Sim/Não/Porquê?* buscou detectar se a valorização econômica da área tem papel importante para a população pesquisada. (Tabelas 13 e 14)

TABELA 13 - Valorização econômica da área através do setor turístico

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
SIM	36	69,2	43	75,4	38	73,1	117	72,7
NÃO	6	11,5	6	10,5	11	21,1	23	14,3
NÃO SEI	10	19,2	8	14,0	3	5,8	21	13,0
TOTAL	52	100,0	57	100,0	52	100,0	161	100,0

72,7% dos entrevistados são favoráveis à ocupação da área pelo setor turístico. Isto vem demonstrar que não é a ocupação turística em si o alvo de críticas entre os entrevistados. De certa forma, todos concordam que a única 'indústria' geradora de empregos e dinheiro na região é a do turismo. Esta é uma perspectiva favorável já que - a princípio - o turismo não é uma indústria poluidora. O que é muito criticado pelos entrevistados é a forma como está se dando esta ocupação no distrito de Maresias, ou seja, sem um planejamento criterioso, sem uma fiscalização rigorosa para a preservação dos recursos naturais, sem a valorização da população nativa e sem a implantação de uma infra-estrutura suficiente para suportar a demanda criada pelo setor.

Os caçaras não concordam com a elitização do turismo no distrito. Para eles os 'barraqueiros', que agora estão proibidos de acampar na praia, faziam parte de uma população que trazia mais benefícios do que os inquilinos dos condomínios. Os barraqueiros compravam o peixe diretamente do pescador, utilizavam o comércio local e eram amigos dos caçaras. Os turistas dos condomínios se mantêm mais distanciados e só utilizam o comércio de elite (restaurantes, bares, etc) que está, na maioria dos casos, nas mãos de imigrantes paulistanos.

Alguns dos imigrantes entrevistados também pensam desta maneira:

IMIGRANTE - (3-Mar.) *Para eles é bom, para nós nem tanto. O comércio de bar era melhor no tempo dos barraqueiros, esse turismo de agora não usa esses bares.*

Mas de modo geral, o imigrante representa o comércio e os serviços de elite da região (restaurantes finos, docerias, etc), e estes acreditam que com o desenvolvimento do turismo este tipo de comércio será privilegiado.

Os turistas, apesar de serem os representantes do setor em questão, não concordam com a forma como o turismo está sendo implantado, chegando a ser o grupo que mais se opõe a esta ocupação. Pelo seu grau de instrução, maior acesso à informações e mesmo pela sua própria experiência vivendo e conhecendo regiões urbanizadas, o turista faz um diagnóstico pessimista dessa ocupação acelerada:

TURISTA - (129-Camb.) *Nenhuma dessas praias comporta tanta gente, não tem infra-estrutura suficiente.*

(133-Camb.) *Não vai ser de uma forma ordenada, turista só traz desgraça, polui tudo.*

(137-Camb.) *Parque é um setor muito capitalista, com*

grandes empreendimentos que destroem tudo.

(138-Camb.) *O turismo em excesso acaba estragando com tudo e aqui é tão bonito...*

Parece que o turista se coloca apenas enquanto um indivíduo que tem necessidade e direito ao lazer e ao contato direto com a natureza mas não se coloca fazendo parte da 'indústria capitalista do lazer' que segue a mesma lógica financeira de 'custo-benefício' de qualquer outro setor altamente capitalizado.

'A economia contabiliza custos e benefícios mensuráveis em dinheiro, ignorando a realidade humana que lhes é subjacente. Isso combina com os postulados da sociedade industrial, que transformou em produtos comercializáveis não apenas o trabalho, mas também a saúde, a habitação, a alimentação, a educação, o lazer e até a arte'

(SCHWARZ, W. e D. 1990-27)

O resultado é uma grande contradição entre o que o turista busca (sossego, ar puro, descanso, etc.) e o que o setor oferece (especulação abusiva com os imóveis, poluição ambiental como consequência da ocupação desordenada, congestionamento, falta de infra-estrutura, destruição da paisagem, etc.).

O que se coloca em questão não é o setor turístico mas a lógica do mercado no qual ele está inserido. Não se espera que esta lógica seja destruída da noite para o dia, mesmo que a ideologia da sociedade urbano-industrial já não satisfaça é dentro deste contexto que deve se processar o planejamento. O que se espera é que ela se ajuste ao setor de maneira a não destruir a sua potencialidade que, neste caso, é a própria peculiaridade da região com sua configuração geográfica e cultura própria.

A pergunta de número 9: *Para voce como o litoral de Maresias deveria ser explorado?* é uma questão mais objetiva que tenta averiguar se outros valores são atribuídos à paisagem (ecológico, cultural, histórico, etc.).

Esta questão reforça as respostas da questão anterior, confirmando o setor turístico como o escolhido para a exploração econômica da região.

TABELA 15 - Como explorar economicamente o distrito de Maresias

	CAIÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
sem elitismo	2	3,8	1	1,7	1	13,4	10	6,2
sem expulsar os caiçaras	3	5,8	-	-	4	7,7	7	4,3
pelo turismo	30	57,7	39	68,4	22	42,3	91	56,5
pelos caiçaras e moradores	9	17,3	6	10,5	5	9,6	20	12,4
como está sendo	1	1,9	2	3,5	1	1,9	4	2,5
não tem que explorar mais	4	7,7	5	8,8	3	5,8	12	7,5
preservando a natureza	2	3,8	1	1,7	3	5,8	6	3,7
sem pressa	1	1,9	3	5,3	7	13,5	11	6,8
TOTAL	52	99,9	57	99,9	52	100,0	163	99,9

Apesar disto, fortes críticas são dirigidas à forma como vem se dando a ocupação turística no distrito de Maresias. Uma delas se refere à implantação do turismo de elite (condomínios fechados, grandes loteamentos, etc.) que, de modo geral, desagradou aos três grupos. Afinal, transfere-se para estes ambientes litorâneos o estereótipo do "morar bem" dos centros urbanos: condomínios bem equipados, seguros, loteamentos de alto padrão, etc.

CAIÇARA - (100-Boiç.) *Tem que ser um turismo pra classe média, não dá pra fechar pra elite.*

TURISTA - (128-Camb.) *Tem simples, sem modificar muito, sem condomínios iguais a estes, sem privatizar a praia.*

O turismo de elite, além de privatizar a paisagem, beneficia uma parcela reduzida da sociedade. Para os turistas de modo geral isto significa a redução de oportunidades de lazer (cachoeiras, praias, rios, etc.). Para os caiçaras e parte dos imigrantes, além dessa ocupação violenta da paisagem, não há um retorno financeiro para o pequeno comércio por eles mantido (bares, restaurantes, pousadas, etc.).

A cultura caiçara está sendo marginalizada deste processo de ocupação, e este não é um problema exclusivo da comunidade caiçara. Os próprios turistas colocam esta questão cultural como um fator de desvalorização da região para atividades de lazer.

CAIÇARA - (34-Mar.) *Pelo turismo mesmo mas tinham que olhar mais pelo caiçara.*

(88-Boiç.) *Com estrutura turística e incentivo para a pesca artesanal.*

IMIGRANTE - (54-Boiç.) *Pelo turismo mesmo só que a exploração agrícola e a pesca da população nativa deveria ser mais assistida.*

(38-Boiç.) *De modo a não destruir a paisagem nem a cultura caiçara.*

TURISTA - (78-Boiç.) *Não se pode perder a cultura do caiçara, marginalizá-lo. O turismo deve preservar tudo isso.*

(124-Camb.) *Não deveriam expulsar os caiçaras.*

Os turistas colocam a preservação da cultura caiçara a partir de duas razões que, ao final, se combinam. A primeira se refere ao direito de se preservar diversidades culturais. Toda produção cultural tem um significado específico para o grupo a que pertence e não é direito que a expansão da urbanização e seus processos específicos (especulação, turismo, etc.) gere uma espoliação cultural. No artigo 215, 216 da Constituição Federal a lei diz o seguinte:

Art.215 - "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e incentivará (apoiará) a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Estado protegerá as manifestações das culturas indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional"

(Citado pelo promotor de Justiça no I CONGRESSO CAIÇARA)

A segunda razão não se relaciona diretamente ao exercício da cultura caiçara mas na manutenção de sua produção cultural material, preservando o passado como um folclore. Este folclore, neste caso, serviria como um grande atrativo turístico para dinamizar o setor.

Na verdade estas duas razões são complementares e podem - se incentivadas - servir a dois propósitos: a manutenção das comunidades caiçaras a partir da inserção de parte de sua produção cultural neste novo mercado (o do turismo), e a otimização do setor turístico.

O que se coloca é que o Estado deveria ser o catalisador deste processo, criando linhas de crédito para o caiçara desenvolver sua cultura peculiar. A exemplo de países desenvolvidos, como a França, os caiçaras poderiam, a partir de seus próprios costumes, manter parte do mercado de lazer para turistas em algumas áreas, tais como a da

alimentação (comidas típicas, temperos, etc.), do artesanato e outras. Este procedimento fortaleceria a cultura caiçara e seria um atrativo a mais para o turismo.

O caiçara associa a destruição da natureza à destruição de sua própria cultura, ou seja, os valores ecológicos estão associados aos valores culturais que, por sua vez, são resultados de transformações sócio econômicas:

CAIÇARA - (99-Boiç.) *A gente explora o mar, a mata, mas a gente não destrói. Agora tão acabando com tudo, tiram a mata prá vender o barro. Tá errado.*

(120-Camb.) *Eu não posso sair daqui, foi aqui que eu me criei, que aprendi olhar as matas, ver minhas matas de pé permanecerem para sempre. O mar eles não vão conseguir destruir, é maior que eles, mas eu não gosto que acabem com a mata, com os pássaros do alagado (garça, patinho...) que acabem com a natureza. Nem quero que esse lugar se transforme numa cidade. Cidade é São Paulo, Rio de Janeiro, Santos.*

ESPAÇO, PAISAGEM E LUGAR

As duas últimas questões são de categoria afetiva e buscaram detectar se esta afetividade está ligada a componentes naturais ou artificiais da paisagem. Esta afetividade é enfocada de diferentes formas pelos três grupos entrevistados.

TABELA 16 - Valorização afetiva da área (O que você mais gosta do litoral de Maresias ?)

	CAIÇARAS %		INIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
de tudo	13	25,0	10	17,5	4	7,7	27	16,8
elementos naturais da paisagem	15	28,8	18	31,6	26	50,0	59	36,6
do lugar	13	25,0	-	-	-	-	13	8,1
do sossego	3	5,8	12	21,0	3	5,8	18	11,2
do movimento turístico	1	1,9	3	5,3	4	7,7	8	5,0
do povo caiçara	-	-	4	7,0	1	1,9	5	3,1
da beleza natural da paisagem	6	9,6	7	12,3	14	26,9	26	16,1
de viver aqui	2	3,8	3	5,3	-	-	5	3,1
TOTAL	52	99,9	57	100,0	52	100,0	161	100,0

O caiçara foi o único que demonstrou seus vínculos afetivos respondendo que o que mais gosta é do lugar onde que vive. Alguns estudiosos da percepção ambiental diferenciam os conceitos de espaço, paisagem e lugar. O espaço pode ser representado a partir de um sistema científico e simbólico como o mapa (em duas dimensões), onde a altitude é achatada em curvas de nível e o relevo achatado no plano. O mapa é o espaço na sua totalidade (MACHADO, L.M. 1988: 25-26).

A paisagem é o espaço mensurado a partir do indivíduo, está em volta dele, tem dimensão de profundidade e contém porções que não são visíveis de um determinado ponto.

"Na percepção da paisagem, o sujeito não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é, portanto, também construída e simbólica." (BLEY, L. 1990:15-16)

A paisagem não é tão exterior ao homem como o espaço, ela envolve o indivíduo assim como o indivíduo também a envolve, transformando-a. Mas ela não transmite, necessariamente, uma relação intrínseca ao indivíduo como o lugar. O lugar focaliza o espaço e a paisagem. É a partir do lugar em que vivemos que conhecemos o mundo. Segundo RELPH (1979) o espaço é experienciado, a paisagem é a superfície limitante do espaço e lugar o centro de significado no espaço e na paisagem.

"Não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados. Nem a relação entre eles é constante - lugares têm paisagens e paisagens e espaços têm lugares. Culturalmente, lugar talvez seja o mais fundamental dos três, porque focaliza o espaço e paisagem em torno de intenções e experiências humanas. Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que chamam nossas afeições e obrigações. Nesse sentido (e há muitos outros) lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e de responsabilidade social."

(RELPH, E.C., 1979-16)

Seguindo esta lógica apenas os caçanras (25,0% dos entrevistados) responderam que o que mais gostam é o lugar onde vivem. Os outros dois grupos sequer mencionaram este conceito. É que os caçanras conseguiram, através de suas experiências vividas, uma familiaridade maior com o espaço que os envolve.

"Quando o espaço nos é inteiramente familiar torna-se lugar"

(YI-FU TUAN, 1993-83)

Segundo Yi-Fu Tuan o lugar adquire um profundo significado no mundo do adulto devido ao acréscimo contínuo de afetividade que lhe foi dedicada.

CAIÇARA - (30-Mar.) *Do lugar que eu nasci que eu adoro, por isto estou aqui, eu não me acostumo em outro lugar.*

(100-Boiç.) *Gosto desse lugar, dessa terra, essa praia tem condições geográficas fantásticas.*

(91-Boiç.) *Gosto do nosso lugar, do povo, da mata, da cachoeira, do ar.*

Para o turista este 'lugar' é visto como paisagem. Isto é natural já que ele percebe o lugar de lazer com um certo distanciamento. A paisagem o envolve mas está 'fora' dele, ele pode ver, medir, pensar sobre ela mas sempre como um objeto separado de si.

'Os turistas buscam novos lugares. Em um novo ambiente, são forçados a ver e a pensar sem o apoio de todo um mundo de vistas, sons e cheiros conhecidos - em grande parte irreconhecidos - que dão peso ao ser: os lugares de férias, apesar de encantadores, após algum tempo parecem irrealis'

(YI-FU TUAM, 1983-162)

O imigrante respondeu fundamentalmente que gosta dos elementos naturais da paisagem - mata, ar, sol, etc (31,6%), do sossego (21,0%) e de tudo (17,5%). Isto demonstra a importância da qualidade de vida para este grupo. Ele quer fazer deste o seu lugar para viver, mas para isto é fundamental que a qualidade de vida seja preservada.

IMIGRANTE - (142-Camb.) *Do tranquilidade, do sossego, da liberdade em criar as crianças.*

(39-Boiç.) *Da vida que a gente leva aqui.*

Há uma afetividade em comum entre os três grupos, ela se relaciona às condições naturais da região e ao tipo de vida que estas condições proporciona.

CAIÇARA - (99-Boiç.) *Gosto de tudo, a gente faz tudo aqui: caça, pesca, sobe o morro...*

(84-Boiç.) *Das montanhas, da paisagem, praias, pássaros, ilhas e pescado.*

IMIGRANTE - (51-Boiç.) *Da beleza natural, da tranquilidade fora da temporada.*

TURISTA - (62-Boiç.) *De toda essa beleza, mata, morro e água.*

(64-Boiç.) *Da forma natural de existência.*

(67-Boiç.) *Do cenário, pôr-do sol, da geografia.*

(129-Camb.) *De andar descalça na rua de terra.*

(130-Camb.) *Do estado natural das coisas.*

(139-Camb.) *Do lado mais selvagem.*

A última questão: *O que você não gosta no litoral de Marésias?* (TABELA 17) buscou detectar se os problemas apontados são fundamentalmente de ordem econômica, ecológica ou social.

O maior problema apontado foi o aumento dos mosquitos (borrachudos) na região. Esta foi uma situação específica do momento da entrevista. Todos os anos a SUCEM coloca veneno nas cachoeiras para eliminá-los, agora essa responsabilidade está dependendo da prefeitura, sendo que a falta de atuação nesta área tem sido objeto de muitas críticas. Alguns caiçaras dizem que esses mosquitos sempre existiram na região mas que os próprios caiçaras nunca se importaram com eles pois já estavam acostumados.

"Antigamente, eu sabia que uma pessoa era de fora pelo cheiro de AUTAN (repelente). Mosquito (borrachudo) sempre teve aqui só que aconteceu que nem com os índios de Boracéia. O caçara perdeu aquele costume que ele tinha de conviver com o mosquito. Por causa do turismo, colocaram veneno durante muito tempo então, agora, ele não consegue mais conviver com aquilo que fazia parte da vida dele" (caçara de Boicucanga)

Atualmente, os próprios caçaras consideram o mosquito um problema. Alguns pescadores acham que foi a poluição dos rios que gerou este problema. Para estes, os peixes dos rios comiam as ovas dos mosquitos e com a diminuição dos peixes, devido à poluição, a população de mosquitos aumentou. Um entrevistado disse que os rios deveriam ser repovoados com um tipo de peixe chamado 'guaru' que, segundo seu depoimento, é o predador da larva do 'borrachudo'.

TABELA 17 -- Valorização afetiva da área

	CAÇARAS %		IMIGRANTES %		TURISTAS %		TOTAL %	
Problemas encontrados								
mosquitos (borrachudos)	6	11,5	8	14,0	9	17,3	23	14,3
componentes da natureza	2	3,9	5	8,8	3	5,8	10	6,2
exploração (sócio-econômica)	5	9,6	6	10,5	1	1,9	12	7,4
destruição da paisagem	5	9,6	4	7,0	13	25,0	22	13,6
temperadas cheias ("echus")	8	15,4	4	7,0	4	7,7	16	9,7
falta de infra-estrutura	3	5,8	4	7,0	7	13,4	14	8,9
aumento da criminalidade	4	7,7	6	10,5	5	9,6	15	9,3
crecimento desordenado	1	1,9	3	5,3	3	5,8	7	4,3
períodos fora da temporada	-	-	4	7,0	-	-	4	2,5
expansão de condomínios	-	-	1	1,8	4	7,7	5	3,1
NAO TEM	18	34,6	12	21,1	3	5,8	33	20,5
TOTAL	52	100	57	100	52	100	161	100

Alguns componentes da natureza foram lembrados como problemas, mas de forma diferenciada entre os três grupos. Para os imigrantes e turistas a chuva é o grande inimigo natural, pois impossibilita o lazer e os passeios. Já para os caiçaras os inimigos naturais são aqueles que mais diretamente perturbam as suas atividades econômicas: vento leste, tempo ruim, mar grosso, mar bravo. É que entre os caiçaras e o sistema biofísico há um grau de dependência maior que afeta diretamente suas estratégias produtivas de sobrevivência. Para os imigrantes e turistas esta dependência é mais relativizada já que suas estratégias de sobrevivência estão mais condicionadas a normas institucionais e a recursos tecnológicos do que diretamente ao sistema biofísico.

A exploração sócio-econômica foi lembrada como valor negativo pelos caiçaras e imigrantes. O turista vê esta exploração na paisagem, nos serviços mas não a relaciona com os problemas da população local.

CAIÇARA - (34-Mar.) *De ver todo mundo ganhando dinheiro e a gente ficando cada vez mais pobre.*

(100-Boiç.) *As pessoas se enganando muito por causa do dinheiro. As pessoas do lugar se iludem inocentemente. As pessoas hoje são muito materialistas e não se preocupam mais em ser amigos. Foi um choque cultural que mudou muito a vida do pessoal daqui.*

IMIGRANTE - (160-Camb.) *Da exploração dos ricos, tratam a gente que nem escravo.*

TURISTA - (67-Boiç.) *Da perversidade das construções.*

(128-Camb.) *Só dos problemas que vem de fora: depredação, poluição, violência.*

(137-Camb.) *Da paisagem desmantelada por essa ocupação.*

O aumento da criminalidade é um problema que afeta aos três grupos, assim como a falta de infra-estrutura e a poluição ambiental. O grupo dos turistas foi o que mais apontou estes problemas (embora seja o menos afetado por eles), mas isto é explicado por aqueles caiçaras e imigrantes entrevistados que responderam que não têm nada que não gostem na região. Esta resposta é coerente com a resposta da pergunta anterior: os que gostam de tudo.

O aumento da criminalidade é uma questão realmente séria no distrito de Maresias. Com o crescimento do turismo um grande fluxo de imigrantes (principalmente mão de obra da construção civil) e uma população flutuante (desocupados) se dirigiram para lá. Primeiramente, os roubos e assaltos se restringiam as mansões de turistas e, em seguida, se estenderam à toda população. Seguiram-se os crimes por morte violenta (homicídios, estupros, acidentes na rodovia, etc.) e os pequenos roubos.

Os pescadores reclamam que já não podem deixar seus instrumentos de pesca na praia e que são até obrigados a dar muitos peixes para indivíduos estranhos que os ameaçam.

CAIÇARA - (83-Boiç.) *Só não gosto de camarada que vem de fora e traz muita violência.*

(93-Boiç.) *De gente que faz mal prá gente. A gente já trabalha com tanta dificuldade...*

As temporadas de verão são consideradas as mais problemáticas. Os moradores reclamam da falta de segurança e da bagunça que se generaliza nesse período, chegando a classificá-lo como 'echus', que para eles quer dizer: 'bando de turistas arruaceiros'.

ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

Tentar distinguir conceitos, ideologias e concepções a partir dos quais o homem tenta traduzir a natureza não é tarefa fácil. A indeterminação do conceito abriu caminho para que o homem o desmembrasse em conceitos derivados os mais diversos: paisagem, recursos-naturais, mundo natural e outros. Esses conceitos não possuem uma hierarquia ou comprovação científica mas são, antes de tudo, as representações das diversas formas de como o homem concebe, se apropria e se relaciona com a natureza.

A paisagem, por exemplo, tomada a partir de seu conteúdo social abre caminho para um amplo debate. Ela exprime um processo - produto do tempo natural e do tempo histórico. Ela é ao mesmo tempo sujeito e objeto, realidade ecológica e produto social. A sua indeterminação resulta da sua transgressão do campo natural ao social e também pelo fato de que a sua delimitação é uma questão de escala. (BERTRAND, G. 1978)

A princípio a paisagem existe independente da ação e observação do homem, mas esta realidade se torna cada vez mais rara no planeta e não traduz o emergente campo de conflito entre homem e natureza.

A menor escala (no campo social) para traduzi-la é a da percepção humana (individual ou coletiva). Através desta percepção é possível vislumbrar várias formas de relação existente entre determinados grupos sociais e a natureza envolvente. O estudo das paisagens com bases perceptivas traduzem uma rede de significados e valores (sociais, culturais, estéticos, econômicos, etc.) que ligam o homem ao seu ambiente. É a partir da concepção que se tem da natureza, da valorização que se dá as paisagens e do tipo de percepção existente que são criadas estratégias de ação e de intervenção no meio ambiente.

São estas relações subjetivas que vão moldando as diversas ideologias a partir das quais se reorganizam as paisagens humanizadas. O observador (individual ou coletivo) é uma ponte entre a sociedade e o sistema histórico, político, cultural e sócio-econômico no qual está envolvido.

Quando, nesta investigação, utilizamos a análise de percepção humana nos deparamos com uma fonte muito rica de versões que traduziam as relações existentes entre atores sociais diferenciados e natureza. Esses resultados comprovaram que diferentes agentes culturais também produzem diferentes usos das mesmas paisagens naturais.

Contudo, observamos um problema de escala na análise da percepção. Os agentes transformadores da paisagem também estavam além - no espaço e no tempo - daqueles com os quais poderíamos contar no trabalho de campo. Por mais que as representações sociais da paisagem estivessem inscritas na memória coletiva da comunidade caiçara, era preciso suporte da história da ocupação local e da apropriação da natureza no litoral norte paulista.

Mais ainda, encontramos um conceito diluído em demandas específicas. A paisagem do discurso do turista não é a mesma do "lugar" de vivência coletiva do caiçara, nem da "opção de vida" do imigrante. Também o conceito acadêmico de paisagem/natureza não é o mesmo dos movimentos ambientalistas, do Estado com seus órgãos e técnicos da preservação ambiental, dos meios de comunicação ou do discurso dos empreendimentos imobiliários.

Esse conceito tão flexível e indeterminado acaba sendo usado como objeto ideológico, onde a ideologia dominante prevalece em seus contornos (BERTRAND, G. 1978). A paisagem idílica dos empreendimentos

imobiliários, a paisagem divorciada do homem do discurso preservacionista, a paisagem privada das elites acabam configurando um jogo político onde: "son analyse scientifique se pose autant en termes de pouvoir que de savoir" (BERTRAND, G. 1978:240)

Contudo, embora a apropriação da natureza ainda se dê na forma de grandes empreendimentos políticos e econômicos a mentalidade social já começa a cobrar a aplicação de metas para preservação da natureza a longo prazo.

"Uma modificação fundamental de atitude ocorreu durante as décadas de 1960-70. Ninguém ousaria afirmar hoje que a humanidade deve se adaptar aos imperativos tecnológicos ou que deva aceitar ser moldada por forças tecnológicas. Ao contrário, julgamos que o desenvolvimento tecnológico (industrial) deve adaptar-se à humanidade e à natureza"

(DUBOS, R. 1980)

A crise ambiental atual - tão discutida em todo o mundo - relaciona-se às intervenções do homem nos ecossistemas naturais. O que está se tornando consenso é que não se pode mais isolar o homem da natureza. É preciso encontrar uma lógica que englobe esta totalidade, que dê conta da complementariedade, das interações, dos conflitos, dos ajustes, das inter-dependências entre homem e natureza.

"A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo : é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa : é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema."

(MORIN, E. 1973)

Até onde é possível o homem constrói sistemas (interpretativos), mas a realidade - natural ou social - está sempre mais além da capacidade do homem em conhecê-la, interpretá-la, compreendê-la.

Entre os os seres vivos, mais inferiores até as teias mais complexas das dimensões naturais, sócio-culturais e econômicas ocorrem relações de trocas, perdas e complementariedade que sempre estão um pouco mais além do limite no qual o homem pode medir, analisar, codificar.

Cada um a seu modo, caiçaras, imigrantes e turistas possuem a sua concepção sobre natureza e sobre a maneira de tratá-la. A fala destes sujeitos reflete a percepção e o conhecimento dos problemas sócio-ambientais do distrito de Maresias. Não há como negar tais problemas embora, muitas vezes eles sejam deliberadamente evitados.

As questões cultural e ambiental são as mais polêmicas. Se de um lado não é "justo socialmente" a dominação do "outro", por outro lado quando o "outro" se apresenta frágil e suscetível nada mais lógico que dominá-lo. O caiçara possui um conhecimento precioso para a nossa sociedade urbana mas este "saber" está se perdendo na pressa em se apropriar - a qualquer custo - este ambiente litorâneo cada vez mais comprometido.

O imigrante é aquele que pode ter um importante papel nesta transição. Ele detém o conhecimento, o know-how das sociedades urbanas e, de modo geral, respeita a cultura local. Mas grande parte destes imigrantes são os "desapropriados" do país. Sem terras, sem casas, sem empregos, sem qualificação profissional e sem famílias eles não podem mais do que ficarem à mercê do que a natureza e a sociedade lhes oferece. Estão tão fragilizados quanto a própria natureza e os caiçaras do litoral norte paulista.

O turista possui um discurso mais bem articulado para defender a natureza e as diversidades culturais. Ele possui uma posição privilegiada e um papel mais definido dentro da sociedade. Está apto para defender o ambiente em todos os níveis. Contudo, ele rejeita os efeitos nocivos da sua sociedade mas não consegue abrir mão do que considera

direitos adquiridos (propriedade privada, consumo excessivo, conforto, superioridade econômica, etc.). A transformação da sociedade que deveria passar pela transformação do indivíduo acaba se reduzindo a ampliação de sua área de atuação, no espaço, absorvendo áreas que ainda não haviam sido incorporadas pela economia de mercado, e na própria sociedade, absorvendo culturas que possuem uma lógica própria e outros códigos de interação sociedade X natureza. Daí deriva a superficialidade do discurso do turista.

Resta ao Estado conciliar estes discursos tão diferenciados na gestão da paisagem. Não só da "paisagem turística" mas da paisagem que se mistura a ação das sociedades dando impulso a um processo social em constante movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa empreendida no campo, a partir do questionário de percepção ambiental, auxiliou na compreensão e numa leitura mais qualitativa da realidade. Esta leitura se preocupou menos com os fatos em si e mais com o significado deles para cada segmento social analisado. Dessa forma o parcelamento da paisagem do litoral norte paulista, por exemplo, não é tomado apenas como um dado, ou um componente estático da realidade, mas é a partir de como as populações interagem nesse ambiente, sentem, analisam, criam expectativas e sistemas interpretativos a partir de seus próprios códigos de existência e de suas experiências vividas naquele ou em outros ambientes que vão se configurando as várias "ideologias da paisagem" a partir da qual os diversos sujeitos sociais se relacionam com a natureza. Esta ideologia - ligada a estruturas sociais, a sistemas cognitivos, visão de mundo e a uma racionalidade específica para cada grupo social - é que vai "montando" as formas de relação e manejo do homem com a natureza.

Dessa maneira foi possível constatar que a paisagem construída, substituindo a paisagem primitiva não significa apenas a substituição de uma paisagem pela outra a partir de formas e proporções mensuráveis quantitativamente. Esta substituição se relaciona antes a formas diferenciadas de se apropriar do ambiente, a códigos de existência variados, a mecanismos de sobrevivência diferentes e, as vezes, divergentes, enfim, à substituição de uma postura do homem diante da natureza, onde a principal diferença é a pretensa postura atual que carrega em si a crença da dominação e da superioridade do homem sobre a natureza e dos homens sobre os homens (leia-se sociedades complexas sobre sociedades tradicionais).

Para os sujeitos sociais diretamente relacionados à ocupação

turística atual, a paisagem natural é apenas um "refúgio" que deve ser preservado para servir de área de lazer para suas residências secundárias. Secundária também se torna, nesta ótica, a relação produtiva do caçara com a natureza. Para a nova mentalidade capitalista que se implantou nesta área os mecanismos de sobrevivência (sistemas produtivos) do caçara são pobres e rudimentares. O retorno financeiro maior e mais rápido se dá a partir da especulação imobiliária e do comércio, e na mesma velocidade que a paisagem vai sendo apropriada e segmentada - o caçara, sua cultura e os seus mecanismos de sobrevivência vão sendo espoliados.

Talvez por isto tenha se forjado um consenso capitalista de que o homem caçara é "vadio, indolente, preguiçoso". O próprio dicionário (HOLANDA, Aurélio B.) traz como sinônimo de caçara os termos malandro e vagabundo. Este consenso facilitou, durante muito tempo, a manipulação da identidade do caçara que sempre se sentiu inferiorizado pelos sujeitos e agentes do turismo. Estes últimos, baseados num conceito pré-estabelecido do que venha a ser superioridade/inferioridade, conferiram ao caçara o atributo socialmente negativo, facilitando a perda de sua identidade social. Na verdade, essa falsa situação social de inferioridade que foi criada em torno do caçara, colocou-o à margem de seus próprios direitos enquanto cidadão comum (GOFFMAN, E. 1975)

Ele está perdendo todos os vínculos com o seu lugar e não se sente preparado ou mesmo capacitado para lutar por seus direitos. Não é apenas a paisagem que está sofrendo um processo de transformação e de degradação, a própria sociedade tradicional caçara, assim como a maioria das culturas litorâneas tradicionais do país, estão sendo consumidas junto com a paisagem primitiva.

Num primeiro momento o "lugar" dos caçaras foi transformado em uma paisagem turística, altamente valorizada. A manutenção dessa paisagem e seus ecossistemas - alimentada por um discurso e leis preservacionistas - está sendo também comprometida por uma visão espacial

mais ampla da economia de mercado que tem como objetivo a ampliação do espaço/mercado urbano através da incorporação de áreas novas onde um mercado consumidor, especulativo e gerador de serviços possa se expandir, e também como lugar de fuga ou refúgio das sociedades urbanas enriquecidas mas sem opção de lazer nos ambientes saturados onde vivem.

A cada novo empreendimento turístico se perde um pouco mais da peculiaridade da região, com sua cultura local e seus recursos paisagísticos. A dualidade natural da área (sertão/praias) está sendo absorvida no espaço funcional do lazer e homogeneizada nos seus usos. Parafraseando Guattari, com a destruição dos "territórios existenciais" do caçara está ocorrendo um "alisamento" dos espaços litorâneos.

"(...) Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. A partir daí, dá para colocar uma série de questões. Como é que se pode fazer um território num certo tipo de espaço ou inversamente, como no decorrer da história ou por ocasião de algum procedimento atual a gente desterritorializa territórios existenciais, distendendo-os em espaços lisos?"

(GUATTARI, F. 1985)(10)

A ocupação turística se sobrepõe à ocupação tradicional e foi mais além, tomando "territórios" que possuíam um valor intrínseco enquanto reservas extrativistas, usos complementares da atividade doméstica, ou mesmo enquanto "cenário" significativo culturalmente.

Dada a caótica situação da realidade local e da ocupação desenfreada da última década é fácil supor que medidas paliativas não

(10) "Um espaço liso - segundo Guattari - é um espaço desterritorializado, aonde não há mais os mesmos tipos de circunscrições ou delimitações por emblemas étnicos ou religiosos, por exemplo."

solucionarão os problemas e o embate que se criou entre a sobrevivência econômica e social das populações locais, a preservação ambiental e a ocupação turística. Os três segmentos sociais entrevistados deixam claro esse embate. E talvez, justamente, por esses grupos sociais não serem ouvidos no processo de tomada de decisão do planejamento regional, os problemas se avolumam e começam a se superpor. O interesse público está dividido entre as elites, o público em geral e os habitantes da área. Estes interesses são conflitantes, mas a população não é ouvida, respeitada, ela sequer compreende o processo de tomada de decisões. E mais ainda, as dimensões simbólicas, estéticas, culturais não são levadas em consideração para o planejamento, quer seja planejamento sócio-econômico ou de preservação ambiental. É como se estas dimensões pudessem ser dissociadas das estratégias de sobrevivência.

De um lado temos a expansão do turismo pressionando a reorganização da paisagem baseada em valores econômicos, estéticos e funcionais. De outro, temos a legislação ambiental e o discurso ecológico de entidades e indivíduos que - num exacerbado espírito preservacionista - reivindicam a manutenção dos ecossistemas sem incluir neles o homem. Entre estas duas oposições as comunidades caçaras querem sobreviver economicamente e socialmente.

Não se quer expulsar o setor turístico da região, ao contrário, é ele que gera novos mecanismos de sobrevivência para as populações locais. O que se contesta, é a insolente substituição de uma sociedade pela outra, é o saque à natureza, é o abuso da apropriação indevida. Os discursos dos três segmentos sociais envolvidos são as vezes divergentes, em forma e conteúdo, mas não se excluem mutuamente. Assim como a natureza convive com a diversidade o homem também deve aprender a conviver com ela. O homem possui uma necessidade de sobrevivência inerente a sua própria espécie, mas as estratégias que ele

estabelece entre ele e o mundo ou entre ele e o outro fundamenta-se numa relação opositiva, onde ele acredita que a harmonia só é conseguida após a eliminação das diversidades, mas como já foi dito anteriormente a harmonia só é conseguida após uma soma de diferenças, respeitando-se as devidas proporções.

O setor turístico, mais especificamente, não deve se apropriar destes espaços como se fossem um prolongamento dos ambientes urbanos. Deve sim, respeitar estas culturas litorâneas, suas peculiaridades e sua paisagem nativa. Além disso há uma questão ética a ser considerada. Estas populações tradicionais tiveram um papel histórico fundamental na preservação destes ecossistemas. O Estado ou o setor privado não podem destituí-los de seus territórios sem respeitar este processo de interação e de conhecimento da natureza, e mesmo sem respeitar os seus direitos a esta territorialidade.

Uma alternativa seria o próprio Estado fazer cumprir com maior eficácia a legislação ambiental vigente. Outra, seria o Estado delegar parte das 'obrigações' para o próprio setor turístico de forma que este também se responsabilizasse pela manutenção das populações nativas e da paisagem natural. Estas obrigações se traduziriam em diversos tipos de indenização a cada processo de degradação sócio-ambiental constatado e apontado pela população. É claro que, para isto, as populações locais devem ter maior acesso e participação nos processos de decisão sobre as áreas onde vivem, no mínimo ao nível municipal e, principalmente quando estas áreas abrangem unidades de proteção ambiental.

Para um desenvolvimento sustentável da região (econômica, social, ecológica e culturalmente sustentável) deve se levar em consideração todas as variáveis que se relacionam às populações locais, aos recursos disponíveis, às técnicas e aos modos de produção, às características do produto, as modalidades de sua apropriação, às condições

ambientais, aos estilos de vida. Todas essas dimensões se apresentam estritamente ligadas entre si por um conjunto de interações, e negar uma delas significa colocar em risco o sucesso de um desenvolvimento harmonioso e durável" (DIEGUES, A.C.S. e CUNHA, L.H. de O. 1989)

Esta investigação não teve a pretensão de abarcar todas as variáveis em questão mas tentou demonstrar a importância das diferentes formas de apropriação da natureza, dando ênfase as formas tradicionais de apropriação de modo a contrapor com as formas atuais e a partir daí descobrir áreas conflitantes no que tange à organização social, econômica, cultural e ambiental.

O saldo desse conflito seria a exposição de uma série de problemas que poderiam orientar propostas visando soluções para os mesmos. Os conflitos e os problemas mais emergentes foram levantados mas, ao contrário de listar propostas a partir de trabalhos técnicos e científicos sobre a temática, esta investigação optou por uma reprodução condensada dos princípios gerais e de algumas propostas (as mais especificamente ligadas ao tema dessa investigação), elaboradas no "I Congresso Caçara" e no "Encontro das Ilhas", organizados pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, o segundo em ação conjunta com o Programa de Conservação de Áreas Unidas (IO-USP), ambos com o apoio da Prefeitura Municipal de São Sebastião. Os dois encontros ocorreram nos dias 20 a 22 de abril de 1990 e 15 e 16 de dezembro de 1990, respectivamente, no Clube Municipal de São Sebastião. (ANEXO II)

Esses encontros contaram com a participação de autoridades, entidades e associações diretamente relacionadas às populações e aos ambientes litorâneos do litoral norte paulista, com representantes caçaras das ilhas e praias do município de São Sebastião e com representantes da comunidade acadêmica. Dada a representação efetiva na formulação das propostas achamos ser mais pertinente reproduzi-las para não correr o

risco de lançar propostas que não atinjam os problemas específicos da área, ou não se adequem aos reais interesses das comunidades caiçaras locais.

Além destes resultados representarem os interesses da população local e as peculiaridades da região representa, inclusive, o próprio trabalho de campo que possibilitou o acompanhamento na organização destes eventos, e ofereceu maior possibilidade de interação da pesquisadora com as associações locais.

Algumas considerações e propostas podem ser generalizadas para, no mínimo, o litoral paulista como um todo, outras devem gerar regras específicas em razão da própria demanda específica do município aqui investigado.

As principais considerações recaem sobre a necessidade do Estado garantir a sobrevivência sócio-econômica das comunidades caiçaras, sendo que esta ação deve partir da transparência nas decisões do planejamento e da efetiva participação da população local nas mesmas. Essas estratégias só serão concretizadas na medida em que as populações caiçaras puderem preservar a posse da terra e manter as atividades econômicas que lhes dá autonomia.

Acreditando que a permanência destas comunidades neste ambiente litorâneo possa resultar num conhecimento ampliado de seus ecossistemas, e que também possa derivar daí novas normas para a exploração dos recursos naturais visando a capacidade de reprodução dos mesmos, estas 'considerações e propostas' se limitaram a apresentar as principais medidas que garantirão a permanência desta cultura tradicional no distrito de Maresias. Elas se referem a propriedade da terra, a pesca, as reservas extrativistas e a agricultura, e a legislação pertinente. Estes são os pilares das atividades tradicionais dos caiçaras.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz N. e FLORENÇAND, P. (1950) "A Serra do Mar e a Mata Atlântica" Boletim Paulista de Geografia, S.P. (4):60-9
- AB'SABER, Aziz (1986) "O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo" Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 21:7-18
- ALMEIDA, A.P. de (1947) "O Litoral Norte" Revista do Arquivo Municipal, ANO XIII, Vol. CXII - São Paulo
- (1959) "Memória Histórica Sobre São Sebastião" Revista de História, Nº XIX - São Paulo
- AYROSA, Plínio (1934) "Os Primitivos Habitantes de São Paulo" Conferência do Club A.Bandeirantes, Nº 4 - São Paulo
- BERTRAND, G. (1978) "Le paysage entre la Nature et la Société" in Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Tome 49, Fasc. 2 pp. 239-258, Toulouse
- BLEY, Lineu (1990) "Morrêtes: Estudo de Paisagem Valorizada" Tese de Doutorado, IGCE/UNESP/RC - São Paulo
- BRANDÃO, C.R. (org.) (1985) "Participar-pesquisar" in Repensando a Pesquisa Participante, editora brasiliense - 2. ed., São Paulo
- BRANDÃO, C.R. E CAMPOS, M.D. (1991) Projeto de Pesquisa - "Rosana : Homem, Saber e Natureza" (sistemas cognitivos e formas culturais de apropriação do meio ambiente entre pescadores e camponeses tradicionais do Estado de São Paulo : uma abordagem inter - disciplinar), IFCH-UNICAMP
- CÂNDIDO, A. (1982) Os Parceiros do Rio Bonito, Livraria Duas Cidades, 6. ed. S.P.
- CARVALHO, Maria da C.U.de (1944) "Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista" Tese de Doutorado/FFCL/USP - São Paulo
- (1946) "O Pescador no Litoral Leste do Estado de São Paulo" Boletim Geográfico, IBGE, 3 (36):1543-1548 - São Paulo

I CONGRESSO CAIÇARA (depoimentos) de 20 a 22 de Abril de 1990. Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma e Prefeitura de São Sebastião - São Paulo

CORBIN, Alan (1989) O Território do Vazio - A praia e o Imaginário Ocidental (Trad. Paulo Neves), Companhia das Letras - São Paulo.

COSTA, José P.de O. (1986) "Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento : Reflexões Sobre a Estratégia de Preservação" Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 21:21-25

CUNHA, Lucia H.de O. (1987) "Entre o Mar e a Terra - tempo e espaço da pesca em Barra da Lagoa" Dissertação de Mestrado, PUC/SP, Ciências Sociais.

(1988) "Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal" in Ciências Sociais e o Mar no Brasil - II Encontro/ Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Unidas no Brasil (Org.por Antonio C.Diegues e Renato R.de Sales)

DIEGUES, A.C.S. (1973) "Pesca e Marginalização no Litoral Paulista", Tese de Mestrado, Dpto. de Ciências Sociais/FFLCH/USP - São Paulo

(1983) Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar (Col. Ensaio/94) Edit. Ática - São Paulo

DIEGUES, A.C.S. e CUNHA L.H. de O. (1989) "Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental : convivência e conflito, o caso de Guaraqueçaba.(Paraná)" Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Unidas no Brasil/USP - São Paulo

DUBOS, R. (1980) Namorando a Terra, Edit. Difel

DUMAZEDIER, J. (1973) Lazer e Cultura Popular, Edit. Perspectiva

DURHAM, Eunice R. (1986) A Caminho da Cidade, Col. Debates (Ciências Sociais), Edit. Perspectiva S.A., 3ª ed., S.P.

FELDMAN-BIANCO, Bela (1987) (Org.) "Antropologia Como Micro-Sociologia dos Fenômenos de Mudanças Sociais" in Antropologia das Sociedades Contemporâneas, Ed. Global Universitária

- FRANÇA, A. (1951) "As Paisagens Humanizadas da Ilha de São Sebastião"
Boletim Paulista de Geografia, Nº 10/AGB - São Paulo
- (1954) "A Ilha de São Sebastião" Boletim, 178 Geografia Nº 10,
FFLCH/USP - São Paulo
- GODELIER, M. (1973) Racionalidade e Irracionalidade em Economia, Edit. Tempo
Brasileiro Ltda. - Rio de Janeiro
- GOFFMAN, E. (1975) Estigma : Notas sobre a Manipulação da Identidade
Deteriorada. Antropologia Social, Zahar Edit. - Rio de Janeiro
- GUATTARI, Félix (1985) "Espaço e Poder : A Criação de Territórios na Cidade"
in Espaço e Debates (Revista de estudos regionais e urbanos),
ANO V, Nº 16
- HOGAN, D.J. (1991) "Transformações nos Padrões de Ocupação Humana no
Litoral Norte Paulista", IFCH-UNICAMP
- IANNI, Otavio (1979) A Luta Pela Terra (2ª ed.) Edit. Vozes - Rio de Janeiro
- IBGE (1977) Geografia do Brasil - Região Sudeste, Vol. 3
- IBGE - Censos Demográficos de 1940/50/60/70 e 1980
- LACOSTE, Yves (1977) "A Quoi Sert le Paysage?" Qu'est-ce un Beau
Paysage? Hérodote, Nº 7
- LANGENBUCH J.R. (1971) "Os Municípios Turísticos do Estado de São Paulo :
determinação e caracterização geral" Geografia, AGETEO
2(3):1-49, Rio Claro - São Paulo
- LOMBARDI, Mario (1982) "Urbanización y Medio Ambiente: el desarrollo
turístico en la Costa Balnearia Uruguaya" in CLACSO (Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales) e CIFCA (Centro Interna-
cional de Formación en Ciencias Ambientales) 2, Meio Ambiente
y Urbanización, pp. 83-100.
- LHOTE, C. (1982) "Trindade Para os Trindadeiros" Dissertação de Mestrado
Antropologia, UNICAMP/IFCH, Campinas - São Paulo

LOPES, Juarez B. (1976) Desenvolvimento e Mudança Social : (Formação de Uma Sociedade Urbano-Industrial) 3ª ed., Comp.Edit.Nacional/MEC, São Paulo.

LOUREIRO, Violeta R. (1985) Os Parceiros do Mar (Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia), CNPq / MPEG, Belém

(1987) Miséria da Ascensão Social (Capitalismo e Pequena Produção na Amazônia) Col. Trilhas, Edit. Marco Zero

MACHADO, L.M.C.P. (1988) "A Serra do Mar Paulista: Um Estudo da Paisagem Valorizada" Tese de Doutorado, UNESP/Dpto.Geografia, Rio Claro - São Paulo

MALDONADO, Simone C. (1986) Pescadores do Mar Edit. Ática (série princípios) São Paulo

MARCILIO, A.L. (1986) Caçara (Terra e População) Ed. Paulinas/CEDHAL

MARTINS, J. de S. (1981) Os Camponeses e a Política no Brasil, Edit. Vozes - Rio de Janeiro

MORAES, Antonio C.R. (1986) "A Introdução da Temática Ambiental nas Ciências Sociais" in I Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente, (SEMA/UNB) - Brasília/DF

MORAN, Emilio F. (1990) A Ecologia Humana das populações da Amazônia, Edit. Vozes - Rio de Janeiro

MOREIRA, Maria S.F. (1963) "O Estudo Sociológico de Comunidades" Revista de Antropologia, Vol. 11:29-39, São Paulo

MORIN, E. (1973) O Paradigma Perdido (A Natureza Humana), Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária

MUSSOLINI, Gioconda (1990) Ensaio de Antropologia Indígena e Caçara, Edit. Paz e Terra - Rio de Janeiro

NOFFS, Paulo da S. (1988) "Os Caçaras do Toque-Toque-Pequeno" Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP/Dpto. de Geografia, S.P.

NOGUEIRA, L. e ALENCAR, G. (1984) "Camburi, o Oásis dos Bandeirantes Ainda Resiste" in Pau Brasil, Nº 1 / Ano 1 - São Paulo

OLIVEIRA, A.F. (1991) "Revitalização em Picinguaba" T.B.I. - Arquitetura
PUC/Campinas.

PAPY, Louis (1957) "A Margem do Império do Café - A Fachada Atlântica de
São Paulo" Boletim Geográfico, Nº 137/Ano XV CNB/IEGE -
Rio de Janeiro

PRITCHARD, E. E. EVANS (1978) Os Nuer, Ed. Perspectiva (Antropologia/Estudos
Coleção Debates)

PETRONE, P. LÉOCOCQ-MULLER e FRANÇA, A. (1965) "Povoamento e População"
A Baixada Santista, Vol. II, Edic. da USP - São Paulo

QUEIROZ, Maria I. P. de () "Relatos Orais: Do 'Indizível' ao 'Dizível' "

RELATORIO do PTA/fase (1989) "Projeto de Tecnologias Alternativas da
Federação de Orgãos para Assistência Social e Educacional",
São Paulo.

RELPH, (1979) "As Bases Fenomenológicas da Geografia" Geografia Nº 7,
Vol. 4, AGETEO - São Paulo

SAHLINS, Marshall (1979) Cultura e Razão Prática, Univ. de Chicago
(Antropologia Social) Zahar Edit.

SANTOS, M. (1986) Pensando o Espaço do Homem, Ed. Hucitec, 2ª ed., S.P.

(1988) "O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica", in
O Espaço em Questão, A.B.B. - Terra Livre (5), Ed. Marco
Zero, São Paulo

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) (1982) "Análise
Demográfica Regional - Litoral" São Paulo

(1990) "Migração no Interior do Estado de São Paulo"
Informe Demográfico nº 23, São Paulo

SCHIMIDT, C.B. (1958) "Lavoura Caíçara" in Documentário da Vida Rural,
Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, R.J.

SETTI, Kílsa (1985) Ubatuba nos Cantos das Praias (um estudo do caíçara
paulista e da sua produção musical), Edit. Ática - São Paulo

SCHWARZ, Walter e Dorothy (1990) Ecologia - Alternativa Para o Futuro
Edit. Paz e Terra - São Paulo

SILVA, A.C. da (1975) O Litoral Norte do Estado de São Paulo, Ed. da USP -
São Paulo

SIQUEIRA, Priscila (1980) Genocídio dos Caícanas, Ed. Expressão, São Paulo

SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista) (1980)
Turismo Social e Balneários Praianos : Problemas e
Propostas - São Paulo

(1986) "Levantamentos Para Elaboração de Roteiro de Laudo
Geológico-Geotécnico Para Implantação de Loteamentos"
São Paulo

THOREAU, Henry D. (1989) Walden, ou A Vida nos Bosques, Ed. Global (5ª ed.)
São Paulo

YU-FU TUAN (1980) Topofilia (um estudo da percepção, atitudes e valores do
meio ambiente), Edit. Difel - São Paulo

(1983) Espaço e Lugar : A Perspectiva da Experiência, Edit. Difel
São Paulo

ARTIGOS DA IMPRENSA (Jornais e revistas)

O ESTADO DE SÃO PAULO (23/07/1972) "É Preciso Planejar na Área da
Rio-Santos"

FOLHA DE SÃO PAULO (22/01/1989) "Atuação da Sociedade de Amigos Valoriza
Imóveis"

(08/02/90) "Litoral de São Paulo" - Supl.de Turismo

(22/08/91) "Fim-de-semana é no Litoral norte de São Paulo" -
Supl.de Turismo

FOLHA DO LITORAL NORTE (2 quinz./out./1990) "Pescador de Barra do Una
denuncia : Draga de Areia Mata os Peixes do Rio Una" -
São Sebastião/SP

IMPrensa LIVRE (14/04/1990) "Lixo : Um Problema Sem Solução ? " Ano I -
N 21 - Litoral Norte de São Paulo

(21/04/90) "Quanto Vale Um Mangue" Ano 1 - N 22
Litoral Norte de São Paulo

(13/10/1990) "Pescadores Querem Proteção aos Criadouros"
Ano 1 - N 47 - Litoral Norte de São Paulo

REVISTA VEJA (21/06/1989) "Litoral Norte / Onde Estão os Melhores Negócios
A Explosão do Litoral Norte" (pp.12-20)

QUATRO RODAS (especial) Praias "Rio Santos : Onde o Verão Acontece"
Ano 30 - N 352

administração costeira, já que são eles os principais sujeitos de tal ação e os detentores do conhecimento prático, tradicional e necessário à eficácia de tais leis, assim como foram historicamente fundamentais na preservação desses ecossistemas

- efetuar gestões junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para maior participação das comunidades caiçaras nas decisões sobre as áreas consideradas objetos de preservação
- criar um conselho formado por representantes das comunidades caiçaras dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, universidades e sociedades ambientalistas, para a definição, juntamente com os poderes públicos, dos territórios de pesca e dos atos de aforamento
- estabelecer um fórum para se discutir o sistema nacional de Unidades de Conservação, com a participação dos caiçaras e ilhéus litorâneos, através de uma agenda que permita apresentar propostas alternativas caiçaras, a serem encaminhadas ao Poder Legislativo para a elaboração de um projeto de lei
- criar uma "Unidade de Conservação" específica - reserva caiçara - para as áreas ocupadas por populações tradicionais, onde se garanta o uso da terra para o desenvolvimento e manutenção da cultura caiçara
- ativar um sistema de assistência técnica-jurídica aos caiçaras, no sentido de ampliar os mecanismos de defesa e preservação de suas terras assim como para garantir a sobrevivência de suas atividades tradicionais
- criar um informativo - guia de sobrevivência do caiçara - sobre a legislação que incide sobre a pesca e questões ambientais de interesse das comunidades caiçaras

(10) Observação : Essas propostas são reproduções condensadas da "Carta do Caiçara" e da "Carta do Ilhéu", documentos que resultaram dos dois eventos citados. As observações e propostas muito específicas às ilhas, aos sistemas de saúde, educação e comunicação, assim como aos próprios eventos não foram contempladas aqui devido a não terem sido objetos específicos desta investigação. Algumas propostas foram resumidas, outras ampliadas e outras condensadas, mas sempre tendo em vista a coerência e o respeito aos resultados destes eventos que contaram com uma expressiva participação da comunidade local.

- permitir apenas a pesca artesanal nas áreas do balizamento
- promover a melhoria dos equipamentos da Polícia Florestal, a fim de efetuar uma eficiente e justa fiscalização na Costa (da praia da Bonacéia até Toque-Toque Grande, envolvendo a Ilha dos Gatos, "as ilhas" e a Ilha das Couves - rico nascedouro de vida marinha) e no mar aberto, onde operam as parselhas e demais grandes barcos
- constituir, nestas áreas, viveiros naturais de criação
- denunciar a ação predatória dos mergulhadores autônomos e dos caçadores submarinos nas regiões insulares
- fiscalizar efetivamente os períodos de "defesos", uma vez que apenas sua instituição formal não impede a pesca industrial
- que na determinação do "defeso" da pesca, o façam em conjunto com os pescadores do Litoral do Estado de São Paulo
- solicitar ao SPU maior agilidade nos atos processuais para a liberação de áreas de uso comum aos pescadores. Ressalta-se que o acesso à terra é fundamental na manutenção de suas atividades pesqueiras, pois necessitam construir ranchos de pesca a fim de protegerem-se e a seus bens
- incentivar os pescadores na organização de cooperativas e formas de comercialização mais diretas de modo a diminuir a ação dos atravessadores
- viabilizar a implantação de um serviço de pesquisa e extensão pesqueira voltado diretamente às necessidades dos pescadores artesanais
- destinar às colônias de pescadores um percentual das multas aplicadas às empresas que causam danos ao meio ambiente e à pesca
- constituir uma guarda costeira municipal
- que seja construído, pela Prefeitura Municipal de Sebastião, um entreposto de pesca, com cais de atracação, posto de abastecimento e fábrica de gelo, com local para fiscalização do pescado pelo Ministério da Agricultura, que atenda os pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Este entreposto deve prever inclusive a comercialização direta do peço à população, podendo se tornar polo de atração turística com a construção de restaurantes, como já ocorre em situações semelhantes em países desenvolvidos

QUANTO AS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS E A AGRICULTURA

- discutir, caso a caso, com a participação das comunidades, a possibilidade de reaproveitamento de áreas tradicionalmente utilizadas para o cultivo de produtos agrícolas de subsistência, inclusive nas Unidades de Conservação
- garantir o acesso e uso de materiais destinados à construção de canoas, habitações, artesanatos, cercas e cercos para uso exclusivo das comunidades caiçaras, incluindo aqueles existentes nas Unidades de Conservação (ilhas)
- que seja feita a identificação das áreas onde ocorrem a caxeta, taboa e outras matérias primas para artesanato, no município de São Sebastião, para que dessa forma as mesmas sejam transformadas em áreas de reserva extrativista, limitando-se a exploração à comunidade local produtora de artesanato, sempre de acordo com a preservação e renovação dos recursos naturais
- que seja feito um cadastramento junto ao DEPRN, dos canoeiros da região, no sentido de que seja autorizada a extração de madeira para a construção de canoas, garantindo assim, a sobrevivência da atividade profissional do canoeiro
- que seja feita uma campanha de incentivo ao replantio das árvores produtoras de madeira apropriada à construção de canoas
- formar viveiros de mudas a nível regional e municipal
- garantir a manutenção das nascentes e olhos d'água, através do replantio de espécies arbóreas nativas
- difundir técnicas de conservação e manutenção da fertilidade do solo, visando o aumento da produtividade e diversificação da produção

QUANTO A LEGISLAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS

- agilizar o levantamento fundiário do Litoral Paulista, considerando o território historicamente ocupado pelas comunidades caiçaras, garantindo a permanência e sobrevivência dessas comunidades
- que o Poder Legislativo nas várias esferas, não exclua os pescadores na formulação das leis ordinárias referentes à proteção, ordenação e

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS

Os participantes do "I Congresso Caiçara" e do "Encontro das Ilhas" (10)

"Considerando que :

- a preservação da cultura caiçara é de fundamental importância para a manutenção do patrimônio natural da região,
- tal cultura está ameaçada de destruição por fatores que vão da especulação imobiliária ao aumento desordenado do fluxo turístico,
- as populações tradicionais encontram dificuldades na manutenção de suas atividades (pesca artesanal, extrativismo, etc.) devido em grande parte à legislação ambiental vigente,
- a preservação de uma cultura tradicional só se dá na medida em que a terra e as atividades econômicas das comunidades são mantidas sob o controle das mesmas,
- as populações tradicionais são os maiores agentes de preservação dos ecossistemas onde vivem,
- a atuação do Estado, ao decretar áreas de reservas naturais, não leva em conta as populações locais, que são cercadas em seu direito de exercer livremente suas atividades tradicionais

(. . .) exigem que as intervenções junto às comunidades caiçaras, nas ilhas e em seu entorno, obedeçam aos seguintes princípios :

- 1) transparência nas decisões de planejamento,
- 2) respeito à especificidade das comunidades caiçaras, o que requer um maior contato com essas populações,
- 3) incentivo a participação efetiva das comunidades, à sua auto-organização, bem como sua aproximação dos poderes públicos,
- 4) consulta às comunidades de ilhéus-caiçaras, quando da implementação nas ilhas, de qualquer infra-estrutura de apoio à navegação, dentre outros,
- 5) participação das comunidades caiçaras no processo legal de definição das "Unidades de Conservação".

"Ademais, decidiram tomar como responsabilidade coletiva o encaminhamento às autoridades competentes das propostas abaixo, votadas e aprovadas em Assembléia Geral:

QUANTO A PROPRIEDADE DA TERRA

- que sejam preservadas todas as comunidades nativas dentro do seu "habitat", sem qualquer alteração em seu modo de vida, mesmo que as áreas por elas habitadas tenham sido ou venham a ser consideradas áreas de preservação. Está demonstrado historicamente que essas comunidades constituem os principais defensores destes ecossistemas
- que se garanta a manutenção da terra e do uso de áreas costeiras aos caiçaras, prioritariamente, através do aforamento coletivo para as associações representativas dos caiçaras (Ilhéus e litorâneos)
- que nenhum loteamento ou projeto de urbanização seja implantado no município sem prévia autorização dos órgãos competentes (CETESB, DEPRN, SPU - nos casos de Parques - CONDEPHAAT, Marinha, Prefeitura Municipal, SEMA) encarregados de zelar pelo meio ambiente
- que o direito constitucional de livre acesso às praias seja garantido e fiscalizado pela administração pública municipal. O acesso deve ser terrestre e compatível com o tráfego de veículos e embarcações utilizadas na pesca artesanal
- estabelecer, através de consenso, áreas para a constituição física das associações locais
- oficiar à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e a outros órgãos competentes, a fim de agilizar o levantamento fundiário do Litoral Paulista, considerando o território historicamente ocupado pelas comunidades caiçaras

QUANTO A PESCA

- efetuar o balizamento das ilhas e suas enseadas respeitando, pelo menos, o limite mínimo de 1,5 milhas e que tal demarcação conste nas cartas náuticas

DE QUESTIONÁRIO PARA SER EMPREGADO NA PESQUISA DE CAMPO
NÁRIO ABERTO PARA ANALISAR PERCEPÇÃO AMBIENTAL

voce, qual a principal transformação que ocorreu no litoral de Maresias
a presente década? _____

voce, quais as principais consequências da pavimentação da Rio-Santos ?

o que representa para voce o sertão e a praia no litoral de Maresias? _____

na voce, o litoral de Maresias deveria ser cuidado por quem? _____

na voce, da praia em direção ao sertão, até onde e de que forma deve ser
ocupado o litoral de Maresias? _____

se privatizaria a praia se dela fosse proprietário? Sim () Não () Porquê?

como voce utiliza cada um destes recursos?

praia: _____

sertão: _____

litoral: _____

cidade: _____

voce concorda que o litoral de Maresias seja ocupado pelo setor turístico ?
Sim () Não () Porquê? _____

na voce, como o litoral de Maresias deveria ser explorado? _____

o que voce mais gosta no litoral de Maresias? _____

o que voce não gosta no litoral de Maresias? _____

NOME: _____